



47

MAIO 2017 – AGOSTO 2017

Revista da Sociedade
Brasileira de Economia Política

revista.sep.org.br

CONSELHO EDITORIAL

ALAN FREEMAN UNIVERSITY OF GREENWICH
ALEJANDRO ARANDIA UNISINOS
ALEJANDRO VALLE BAEZA UNAM
ANITA KON PUC-SP
ANTONIO MARIA DA SILVEIRA (IN MEMORIAM)
ARTURO HUERTA UNAM
CESARE GIUSEPPE GALVAN UFPA
ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO USP
FABIO PETRI UNIVERSITÀ DI SIENA
FRANCISCO DE ASSIS COSTA UFPA
FRANÇOIS CHESNAIS UNIVERSITÉ DE PARIS XIII
FRED MOSELEY MOUNT HOLYOKE COLLEGE
GUIDO MANTEGA FGV-SP
JOÃO ANTÔNIO DE PAULA UFMG
JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA UNICAMP

LEDA MARIA PAULANI USP
LUCIANO VASSAPOLLO UNIVERSITÀ DI ROMA "LA SAPIENZA"
LUIZ GONZAGA DE MELLO BELUZZO UNICAMP
MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO UNB
MÁRIO DUAYER UFF
NIEMEYER ALMEIDA FILHO UFU
PAULO NAKATANI UFES
PAUL SINGER USP
PEDRO CÉSAR DUTRA FONSECA UFRGS
REINALDO CARCANHOLO UFES (IN MEMORIAM)
ROSA MARIA MARQUES PUC-SP
THEOTÔNIO DOS SANTOS UFF

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA — SEP

DIRETORES

PAUL SINGER (USP) PRESIDENTE DE HONRA
MARCELO DIAS CARCANHOLO (UFF) PRESIDENTE
VANESSA PETRELLI CORREA (UFU) VICE-PRESIDENTE

RAMÓN GARCIA FERNANDEZ UFABC
MÁRCIO LUPATINI UFVJM
PEDRO ROSSI UNICAMP
FREDERICO KATZ UFPE
JOÃO LEONARDO GOMES MEDEIROS UFF
TIAGO CAMARINHA LOPES UFG
MAURÍCIO SABADINI UFES
MAURÍCIO VAZ LOBO BITTENCOURT ANPEC
RUBENS ROGÉRIO SAWAYA ANGE

COMITÊ EDITORIAL

VICTOR LEONARDO ARAUJO UFF
HUGO CORREA UFF
TIAGO CAMARINHA LOPES UFG

**ENDEREÇO PARA
CORRESPONDÊNCIA**

Instituto de Economia
Universidade Federal de Uberlândia
Campus Santa Mônica, bloco J, sala lj254
Uberlândia, MG
CEP 38400-902
ww.sep.org.br – sep@sep.org.br

ASSINATURA

Preço da assinatura anual (três números),
para o Brasil e exterior via superfície:
R\$ 30,00 (para pessoas físicas). R\$ 40,00 (para instituições)
Preço do exemplar avulso: R\$ 20,00
As solicitações de assinaturas e exemplares avulsos podem ser feitos
por meio do correio eletrônico: revista@sep.org.br

**REVISÃO TEXTUAL E
ESTILÍSTICA**

Renake Bertholdo David das Neves

**EDITORAÇÃO
ELETRÔNICA**

Francine Sakata e Felipe Neres – NK&F Arquitetos Associados 2017
nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br

Ilustração da capa por Alessandro Sbampato

Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill.

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

6 **Apresentação**

ARTIGOS

10 **Desemprego e subdesenvolvimento: considerações políticas na visão kaleckiana do capitalismo**

Marcelo Soares de Carvalho

34 **Inflação como relação de poder: uma análise a partir da teoria dos preços em Marx**

Rubens Sawaya

60 **Teoria do valor e mercado mundial em Marx: desenvolvimento desigual e dominação internacional**

Flávio Miranda

78 **Ley del valor, intercambio desigual, renta de la tierra y dependencia**

Jaime Osorio

104 **Sobre o conceito de exército industrial de reserva em Ruy Mauro Marini**

Gil Felix

130 **O Materialismo Dialético Aplicado ao Processo de Evolução da Sociedade: um resgate da teoria dos modos de produção**

Antonio Carneiro de Almeida Júnior e Nelson Rosas Ribeiro

RESENHAS

O Problema da Crise Capitalista em o Capital de Marx 154
Hector Benoit e Jadir Antunes
Eleutério F. S. Prado

Finance Capital Today: Corporations and Banks in the Lasting 160
Global
François Chesnais
Gustavo Moura de Cavalcanti Mello

APRESENTAÇÃO

Entre os dias 30 de maio e 2 de junho, centenas de professores, pesquisadores e estudantes das mais diversas regiões do país se reuniram na Universidade de Campinas para discutir a *Restauração Neoliberal e as Alternativas na Periferia em Tempos de Crise do Capitalismo*, no XXII Encontro Nacional de Economia Política. A atmosfera e as inquietações produzidas naqueles intensos dias de debate foram materializadas em um documento escrito, a Carta de Campinas. Já há algumas edições da Revista da SEP, este Comitê Editorial tem sido obrigado a apresentar aos leitores uma avaliação da conjuntura econômica brasileira (e mundial) desanimadora. Seria ótimo poder começar esta edição com uma nota de otimismo, mas infelizmente os tempos ainda não mudaram. Ainda sem poder alterar nossas perspectivas imediatas, podemos ao menos oferecer, agora, ao público, uma avaliação que reflete uma consciência crítica coletiva, com a esperança de que essa mobilização conjunta seja capaz de nos conduzir a dias melhores. Nesse sentido, reproduzimos aqui, na íntegra, a Carta de Campinas que os associados à Sociedade Brasileira de Economia Política, reunidos na Assembleia de 2 de junho de 2017, aprovaram:

CARTA DE CAMPINAS

O cenário econômico e político do país deteriorou-se com muita rapidez no primeiro ano do governo ilegítimo, autoritário, antidemocrático e, no limite, imoral, de Michel Temer. Hoje, o Brasil encontra-se numa crise de enorme gravidade, cujos desdobramentos ainda não estão claros, mas são certamente ameaçadores. Há 14 milhões de desempregados/os, dezenas de milhões de subempregados/os e, a

estes, a falência dos entes federativos acrescenta outro contingente de trabalhadoras/es cujos salários são recorrentemente pagos com atraso. A miséria grassa nas cidades e no campo.

Por outro lado, a paralisia da economia brasileira desperta o anseio da rapinagem do grande capital sobre os fundos e orçamento públicos: a despesa com juros da dívida pública, rubrica que não foi atingida pelas políticas de austeridade, consumiu aproximadamente 437 bilhões de reais nos últimos 12 meses (o equivalente a 7% do PIB). Os efeitos da crise, portanto, pesam desigualmente sobre os ombros dos capitalistas e das/ os trabalhadoras/es.

Um cenário com tal dramaticidade não poderia senão provocar uma imediata turbulência político-social. A ofensiva neoliberal, como sempre, aproveita o momento para promover ataques aos direitos essenciais das/os trabalhadoras/es sob formas diversas: projetos de reformas trabalhista e previdenciária somam-se à já aprovada reforma fiscal, que comprimirá, especialmente, os gastos sociais por nada menos que duas décadas. O falacioso argumento de que essas medidas são necessárias para a superação da crise capitalista tem por contrapartida a escolha de suas principais vítimas para o sacrifício. Caso sejam aprovadas as reformas, a precarização do trabalho que fatalmente resultará da reforma trabalhista será agravada pela perda de direitos previdenciários. Por outro lado, o orçamento público, agora atingido pelo congelamento de gastos, será incapaz de incorporar os milhões de seres humanos que serão lançados à própria sorte.

Neste cenário de restauração neoliberal e tragédia social, emerge uma resistência, cada vez mais organizada, da classe trabalhadora, que também se expressa sob formas diversas: desde campanhas contra as reformas até a forma excepcional de greve geral. O aparato repressivo do Estado, um dos raros itens do orçamento fiscal relativamente preservado, tem sido mobilizado com todo vigor contra a resistência popular. São exemplos o uso de armas de fogo contra manifestantes

em Brasília, o cerco violentíssimo ao ato realizado no Rio de Janeiro no dia da greve geral (28 de abril), e mesmo políticas genocidas, como as aplicadas pelo prefeito de São Paulo e pelo governador do Pará.

O aparato ideológico e midiático que sustenta a ofensiva neoliberal ainda não alcançou um consenso para a saída da crise política, mas reafirma de modo unânimo, a cada momento, as prescrições privatistas e contrarreformistas como única solução para a economia. A Sociedade Brasileira de Economia Política sempre apresentou e continuará a apresentar alternativas nos campos teórico, normativo e de formulação de políticas para enfrentar os problemas mais imediatos que afligem o país, mas entende que o momento requer apoio e participação de suas/seus associadas/os nos movimentos populares de enfrentamento e resistência à restauração neoliberal em curso. As palavras de ordem mais do que nunca são: “Nenhum direito a menos”, “Fora Temer” e “Diretas já”.

*Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)
Campinas, 02 de junho de 2017.*

Com a publicação da Carta, esperamos inaugurar uma tradição de sempre tentar, na primeira edição publicada após ENEP, reproduzir o espírito do que foi o Encontro – e torçamos para que os próximos possam vir carregados de expectativas mais alvissareiras!

A seção de artigos desta 47ª edição da Revista da SEP é aberta com dois textos que propõem a reflexão sobre alguns dos temas que, sem sombra de dúvidas, mais têm preocupado economistas nos tempos modernos – desemprego e inflação –, a partir de tradições teóricas distintas, mas convergentes em propor a necessidade de discuti-los à luz da sociedade de classes e das relações políticas

e de poder. O primeiro deles, “Desemprego e subdesenvolvimento: considerações políticas na visão kaleckiana do capitalismo”, de Marcelo Soares de Carvalho, revisita a obra de M. Kalecki para debater os dilemas estruturais que enfrentam as sociedades capitalistas, especialmente em nações subdesenvolvidas. Em seguida, Rubens Sawaya, no artigo intitulado “Inflação como relação de poder: uma análise a partir da teoria dos preços em Marx”, estabelece, por meio de um resgate de K. Marx, uma crítica às teorias ortodoxas (dominantes) sobre a inflação.

Na sequência, temos, neste número, três artigos que, de formas distintas, invocam problemas ligados ao caráter desigual do desenvolvimento capitalista no plano mundial. Flávio Miranda, em “Teoria do valor e mercado mundial em Marx: desenvolvimento desigual e dominação internacional”, aborda estas questões partindo diretamente da discussão sobre o mercado mundial e a existência de transferências internacionais de mais-valor. Já os artigos “Ley del valor, intercambio desigual, renta de la tierra y dependencia”, de Jayme Osorio, e “Sobre o conceito de exército industrial de reserva em Ruy Mauro Marini”, de Gil Félix, tratam de temas correlatos – com foco no problema da renda da terra e da categoria exército industrial de reserva, respectivamente –, tomando por base a chamada Teoria Marxista da Dependência.

A seção de artigos é encerrada com “O Materialismo Dialético Aplicado ao Processo de Evolução da Sociedade: um resgate da teoria dos modos de produção”, de autoria de

Antonio Carneiro de Almeida Júnior e Nelson Rosas. Ali, os autores buscam retomar o debate sobre os modos de produção na tradição marxista, abrindo diálogo crítico com outras interpretações correntes sobre o assunto.

Nesta edição, a seção de resenhas apresenta dois trabalhos. Eleutério Prado resenhou “O problema da crise capitalista em O Capital de Marx”, de autoria de Hector Benoit e Jadir Antunes. Finalmente, Gustavo Moura de Cavalcanti Mello resenhou a obra “Finance Capital today: corporations and banks in the lasting global slump”, de François Chesnais.

Por último, gostaríamos de alertar aos leitores que, com o objetivo de tornar mais fácil aos leitores o acesso aos complementos e referências do texto principal, a partir desta edição, as notas de fim foram substituídas por notas de rodapé.

O Comitê Editorial reitera os agradecimentos às instituições que viabilizaram a realização do XXII Encontro Nacional de Economia Política: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Comitê Editorial

MARCELO SOARES DE CARVALHO

DESEMPREGO E SUBDESENVOLVIMENTO: CONSIDERAÇÕES
POLÍTICAS NA VISÃO KALECKIANA DO CAPITALISMO

Recebido em 06/2016

Aprovado em 04/2017

DESEMPREGO E SUBDESENVOLVIMENTO: CONSIDERAÇÕES POLÍTICAS NA VISÃO KALECKIANA DO CAPITALISMO

Resumo

A obra de Kalecki, embora baseada no tratamento das questões macroeconômicas, sempre se pautou pela descrição da sociedade capitalista como dividida em classes e interesses distintos. O protagonismo do gasto capitalista como definidor do nível de emprego e renda não implica, porém, a conclusão de que o nível dos lucros obtidos, em escala agregada, seja sempre o máximo possível: considerações de ordem política levam a recessão e o desemprego a desempenhar um relevante papel (político) na manutenção da ordem (econômica). Esse tipo de problema seria observado de modo mais complexo no contexto das economias subdesenvolvidas, nas quais o desemprego é mais que simplesmente o resultado de um nível insuficiente de demanda efetiva. O enfrentamento dos grandes dilemas estruturais do capitalismo – o desemprego e o subdesenvolvimento – demandaria a presença de instituições de perfil radicalmente inovador, voltadas aos interesses da classe trabalhadora.

Palavras chave: Marx; desemprego; subdesenvolvimento; classes sociais

Classificação JEL: B22; E24; O11.

Abstract

Kalecki's work, despite being on macroeconomic issues, has always pictured capitalist society as divided in opposed social classes and

**MARCELO SOARES DE
CARVALHO**

Professor de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp

interests. The central role of capitalist expenses in defining income and employment levels does not mean, however, that aggregate profits are always maximized: political considerations bring recession and unemployment to perform a relevant (political) role in maintaining (economic) order. This issue is seen in a much more complex feature within the context of underdeveloped economies, where unemployment is more than just deficient effective demand. Facing the great structural dilemmas of capitalism – unemployment and underdevelopment – would require institutions with radically innovating profiles, favoring the interests of the working class.

Keywords: unemployment; underdevelopment; social classes.

I. Introdução

A obra de Kalecki, embora baseada no tratamento das questões macroeconômicas, sempre se pautou pela descrição da sociedade capitalista como dividida em classes e interesses distintos. O protagonismo do gasto capitalista como definidor do nível de emprego e renda não implica, porém, a conclusão de que o nível dos lucros obtidos, em escala agregada, seja sempre o máximo possível: considerações de ordem política levam a recessão e o desemprego

a desempenhar um relevante papel (político) na manutenção da ordem (econômica).

Esse tipo de problema seria observado de modo mais complexo no contexto das economias subdesenvolvidas, nas quais o desemprego é mais que simplesmente o resultado de um nível insuficiente de demanda efetiva. A crônica escassez de capital e a grande heterogeneidade social – além da fragilidade externa – repõem a questão política em outros termos, cujo equacionamento revela-se menos provável, ainda que possível.

O enfrentamento dos grandes dilemas estruturais do capitalismo – o desemprego e o subdesenvolvimento – demanda a presença de instituições de perfil radicalmente inovador, voltadas aos interesses da classe trabalhadora. Aqui é apresentada uma proposta que aponta nessa direção, bem como seus elementos constitutivos principais.

Para adequadamente expor os elementos da argumentação indicada, o texto a seguir foi organizado em três itens, além desta breve introdução, da conclusão e das referências bibliográficas. No primeiro deles, são apresentados os elementos de base da visão kaleckiana a respeito das economias capitalistas, com destaque para os distintos interesses políticos aí presentes. Um segundo item trata das especificidades

das economias subdesenvolvidas, bem como dos instrumentos passíveis de uso para buscar a superação do subdesenvolvimento. Um terceiro bloco de texto presta-se à finalidade de apresentar uma proposta de geração e manutenção do pleno emprego, como estratégia de superação das estruturas do subdesenvolvimento econômico.

I. Capitalismo e desemprego: aspectos teóricos, nexos políticos

Muito embora a obra do britânico John M. Keynes seja comumente apresentada como o marco inicial da discussão teórica de âmbito especificamente macroeconômico, Michal Kalecki tê-lo-ia antecipado quanto a algumas de suas conclusões mais significativas. De fato, ainda antes da publicação de *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (KEYNES, 1936), Kalecki apresentaria seus primeiros trabalhos teóricos (KALECKI, 1933a e 1935a), onde o investimento é mostrado macroeconomicamente como determinante do nível de renda e, por conseguinte, da poupança – nesta ordem lógica, inédita até então. Talvez de modo exagerado, Joan Robinson (1978, p. 83) propõe que Marx teria sido o único autor lido por Kalecki no domínio das Ciências Econômicas – em contraposição a Keynes, que, ao ler Marx, teria sido incapaz de compreendê-lo. No entanto, há suficientes evidências de leituras (bastante críticas, é verdade)

de autores ortodoxos em escritos de Kalecki bem anteriores a seus mais conhecidos artigos¹.

Com efeito, o autor polonês (KALECKI, 1933a) já sinalizava o princípio da demanda efetiva ao propor a somatória dos gastos de capitalistas e trabalhadores como determinantes do nível agregado de renda. Aqui, porém, o embasamento marxista² já deixa notar sua importância: não apenas os gastos seriam qualitativamente distintos quanto às classes sociais que lhes dão origem, como também seria distinto seu papel quanto à centralidade para a determinação da renda agregada. O gasto capitalista em investimentos seria o principal determinante, autônomo, dos demais gastos – em consumo, tanto de capitalistas, quanto de trabalhadores (em um retrato simplificado de economia fechada e sem governo). Ali deveria ser procurada, portanto, a causa fundamental dos movimentos cíclicos das economias capitalistas.

¹ Tome-se como exemplo a referência aos “novos apologistas do capitalismo” (KALECKI, 1931, p. 37), a crítica explícita à postura “clássica” das reduções de salários como terapia para as crises (KALECKI, 1932a), as referências explícitas a Keynes, mesmo antes da publicação da Teoria Geral (KALECKI, 1932b), além de outras referências a economistas ocidentais (KALECKI, 1932c, pp. 38-39).

² Cabe aqui anotar que mesmo Keynes (1979, p. 81) eventualmente soube reconhecer na visão de Marx um elemento considerado crucial para o entendimento de uma economia capitalista: o objetivo perene de acumulação ampliada de riqueza na sua forma mais abstrata e líquida, a moeda.

Mais que a simples explicação dos motivos pelos quais haveria previsíveis mudanças no montante de riqueza produzida a cada período de tempo, Kalecki preocupou-se em demonstrar que, ao contrário do que era preconizado pela visão ortodoxa de então (e, talvez, também da atualidade), o mercado de trabalho ocuparia um papel claramente passivo na dinâmica econômica, uma vez que o nível de emprego (e renda) seria mero resultante das decisões de gasto dos capitalistas. Tanto a participação dos salários na renda quanto o seu montante absoluto seriam determinados fora do mercado de trabalho, ou seja, a reboque das despesas com a expansão da capacidade produtiva por parte dos possuidores da riqueza. Dentro de seu conhecido esquema de três departamentos (KALECKI, 1954a, pp. 65-67), de confessa inspiração marxista, os lucros capitalistas (bem como o nível total de renda) seriam determinados pelas decisões de gastos dos mesmos (em bens de capital, no Departamento I, e em consumo, no Departamento II), sendo consumo dos trabalhadores (Departamento III) determinado como resíduo³.

A abordagem kaleckiana quanto ao investimento é intrinsecamente cíclica, isto é, concebe-o como instável⁴ ao longo do tempo, ao menos em se tratando do investimento **privado**; este seria portador de características indissociáveis que operariam no sentido da inviabilidade de sua manutenção em patamar uniforme por

períodos subsequentes. Embora Kalecki tenha reelaborado repetidamente, ao longo de sua vida, o modelo explicativo das inversões produtivas, é bastante seguro afirmar que certos elementos teóricos sempre fizeram parte de sua forma de retratar a decisão capitalista de investir: o papel das variações dos lucros, o volume de inversões de período anterior, a relação entre investimento (fluxo) e capacidade instalada (estoque de capital), restrições relativas a aspectos financeiros (nas firmas e no mercado de capitais) e tendências de longo prazo (sobretudo no tocante à tecnologia).

3 A hipótese subjacente da não existência de poupança por parte dos trabalhadores adentra o esquema kaleckiano da mesma forma que as demais hipóteses simplificadoras (como no caso da economia fechada e sem governo), ou seja, apenas como recurso expositivo para esclarecer um determinado aspecto considerado relevante (neste caso, o protagonismo do gasto capitalista); tais simplificações são, em outros pontos da mesma obra citada (KALECKI, 1954a), abandonadas. Três considerações, no entanto, mereceriam destaque: em primeiro lugar, os citados departamentos operariam de modo autônomo entre si, fornecendo aos demais apenas a sua produção de bens finais (bens de capital, no caso do Departamento I, bens de consumo para capitalistas, no caso do Departamento II e, por fim, bens de consumo para trabalhadores, no caso do Departamento III). Segundo, os gastos em consumo dos capitalistas seriam apenas parcialmente autônomos, uma vez que dependentes do nível de renda auferida pelos capitalistas; torna-se, portanto, evidente o papel efetivamente autônomo (com respeito à renda corrente) apenas dos gastos em investimento. Finalmente, cabe lembrar que a participação relativa dos salários na renda agregada dependeria do montante total da mesma, do grau de monopólio e do poder de barganha dos sindicados – sendo este último, ao menos em certa medida, condicionado pelo nível total de renda.

4 Embora o esquema teórico de Kalecki (1954a, especialmente) resulte em um modelo que retrate os investimentos em um comportamento cíclico, é fácil perceber que se trata, como de outras vezes, da aceitação de certas hipóteses simplificadoras – nesse caso, quanto à decisão de investir; afinal, há uma série de fatores relevantes (como o princípio do risco crescente e as limitações impostas pelo mercado de capitais) cuja modificação levaria a flutuações não tão “bem comportadas” dos fluxos de investimento.

Com efeito, a própria noção de equilíbrio (tão cara à ortodoxia teórica) seria pouco afeita à visão de Kalecki, pois os investimentos – centrais à determinação da dinâmica econômica – seriam portadores de uma contradição de base: ao mesmo tempo em que constituem gastos e, portanto, demanda efetiva, são também ampliação da capacidade de produção, que exige maiores níveis de demanda para seguir sendo, pelo menos, tão lucrativa quanto o era o estoque de capital existente até o momento anterior. Assim sendo, mesmo que superadas as demais limitações quanto à decisão de investir, as novas inversões estariam permanentemente sujeitas a este caráter **dual** do investimento, ou seja, aumento da demanda (favorável ao movimento de expansão) concomitante ao aumento do estoque de capital produtivo (operando desfavoravelmente quanto à expansão das inversões). Seria ainda preciso ter em conta, no entanto, que as unidades produtivas frequentemente lançam mão do crédito para viabilizar seus novos investimentos; o volume crescente de endividamento relativo ao estoque de capital (ou seja, o **risco crescente**) seria, a partir de certo limiar, entendido como limitante de novas aquisições de capacidade produtiva. Nesse sentido, o próprio mercado de capitais poderia operar como fonte adicional de restrições, ao se mostrar eventualmente limitado quanto à capacidade de absorver dívida nova / emissão de novas ações por parte das firmas. Assim sendo, o nível agregado

de renda e de emprego seria permanentemente instável, sendo previsíveis agudas circunstâncias de baixa (recessão / depressão), as quais tenderiam a se fazer tão duradouras quanto o fosse a reposição das condições de retomada dos fluxos de (novos) investimentos⁵. Dados os elementos expostos, o movimento de expansão dos gastos (seguindo o aumento das inversões) tampouco seria passível de manutenção intertemporal. Torna-se incontornável a conclusão de que o nível de emprego e renda deverá ser tão instável quanto a dinâmica dos investimentos, situando-se, na maior parte do tempo, abaixo do nível de utilização plena dos recursos disponíveis – o pleno emprego.

Apesar de aparentemente intratável, o problema da geração do pleno emprego seria, na visão de Kalecki, bastante trivial – ao menos do ponto de vista de seu equacionamento técnico/teórico. Abrindo mão da hipótese simplificadora da economia sem governo, o autor demonstra (KALECKI, 1944) que haveria três instrumentos básicos para a obtenção do pleno emprego:

5 No limite, a progressiva depreciação do estoque de capital haveria de apresentar a necessidade de reposição mínima da capacidade produtiva instalada. Seria, porém, de se esperar que essa circunstância dificilmente apresentasse-se em curto (ou mesmo médio) prazo, especialmente se se considera que, em um ambiente macroeconômico de recessão, o grau de utilização do capital tende a ser baixo (bem como a depreciação física decorrente).

[...] three ways to achieve and maintain full employment:

1. By government spending on public investment (e.g. schools, hospitals, highways) or on subsidies to mass consumption (family allowances, reduction of indirect taxation, subsidies to keep down the prices of necessities) – provided this spending is financed by borrowing. We shall call this method deficit spending.
2. By stimulating private investment (through a reduction in the rate of interest, lowering of income tax or other measures assisting private investment).
3. By redistribution of income from higher- to lower-income classes.

[...] the second method, i.e. stimulating private investment, is not satisfactory, but [...] both the first method and the third method provide adequate means to maintain full employment.

(KALECKI, 1944, p. 357)

Ao defender que o gasto público amparado em dívida e a redistribuição progressiva da renda seriam instrumentos efetivos para a geração do pleno emprego, mas não o estímulo aos investimentos privados, Kalecki está apenas a propor que tais estímulos não lograriam alterar a natureza basal do investimento capitalista, em si portadora dos determinantes de sua inconstância – tal como já assinalado; ainda que estimuladas em um dado momento, as inversões produtivas iriam enfrentar, em momento posterior, as mesmas razões pelas quais demandaram estímulos anteriormente.

O autor polonês, porém, salienta o fato de que, embora haja dois instrumentos efetivamente capazes de levar a cabo a tarefa de gerar o pleno emprego, apenas o recurso aos déficits públicos tende a ser frequentemente empregado. Esse fato relaciona-se, antes de tudo, a aspectos puramente técnicos; o primeiro deles diz respeito à emissão de dívida pública. De certa forma, todo gasto público referente a déficits orçamentários seria, ao mesmo tempo, gerador de renda e de dívida pública: como parte da renda adicional gerada é poupada, os títulos de dívida poderiam ser absorvidos pela poupança adicional observada no período. De outra parte, o estoque de dívida não poderia ser visto como um “peso social” – ao menos, não para o conjunto da sociedade –, uma vez que corresponderia a direitos adquiridos sobre parte das receitas tributárias no futuro, sendo tais direitos remunerados com juros. Seria, além disso, razoável supor que a classe detentora da riqueza seria exatamente aquela com maiores disponibilidades para poupança e, portanto, para receber a remuneração pela posse de títulos de dívida pública. Acompanhada de uma política monetária acomodatória, não haveria razão para supor que os gastos públicos adicionais fossem causa de aumentos nas taxas de juros (que poderiam inibir os investimentos produtivos privados) ou da taxa de inflação, desde que o estímulo do gasto público se fizesse limitado às disponibilidades correntes de capital e trabalho.

Para além das questões essencialmente técnico-teóricas, Kalecki apresenta outra gama de argumentos pelos quais os instrumentos colocados em ação em prol do pleno emprego tenderiam a ser limitados em diversidade e em extensão. Mesmo que favorecendo os detentores da riqueza com a emissão de dívida pública, os gastos do governo ladeados por déficits públicos teriam seu foco reduzido, ao menos por conta do veto capitalista aos possíveis investimentos públicos em áreas passíveis de ser, em algum momento, objeto de interesse da iniciativa privada. Por outro lado, os subsídios ao consumo popular (também referentes à emissão de dívida pública) também haveriam de enfrentar oposição capitalista, ainda que em outros termos:

Indeed, subsidising mass consumption is much more violently opposed by these “experts” than public investment. For here a “moral” principle of the highest importance is at stake. The fundamentals of capitalist ethics require that “You shall earn your bread in sweat” – unless you happen to have private means. (KALECKI, 1943, p. 326)

Os “especialistas” aos quais se refere Kalecki na passagem acima transcrita seriam aqueles a argumentar em prol das “finanças públicas sadias”, ou seja, contra o uso de déficits orçamentários; cabe notar que estes mesmos argumentos far-se-iam notar, de acordo com o autor, em muito menor monta no caso das despesas públicas voltadas a obras em setores que não seriam de interesse privado – especialmente nas

conjunturas econômicas de profunda recessão (e queda nos lucros). E, paradoxalmente, a adoção do terceiro dos caminhos para o pleno emprego – em princípio, sem incorrer em qualquer déficit público – sofreria também a forte oposição dos capitalistas, já que implicaria a redistribuição de riqueza em favor dos trabalhadores (por exemplo, através de impostos mais progressivos e transferências de renda). Tratar-se-ia, portanto, de uma “doutrina econômica” carente de fundamentação e seletivamente aplicada: “The social function of the doctrine of ‘sound finance’ is to make the level of employment dependent on the ‘state of confidence’” (KALECKI, 1943, p. 325).

O efetivo poder de veto / retaliação política dos capitalistas dar-se-ia justamente por conta de sua capacidade de, através de suas despesas, definir o nível corrente de renda e emprego – e, como decorrência deste, também o nível de arrecadação tributária percebido pelo governo. Assim, ao associar a doutrina das “finanças públicas sadias” à sua capacidade de determinação do nível de renda, a classe proprietária da riqueza lograria restringir a ação governamental. Caberia, no entanto, observar que a ação do governo no sentido da manutenção do pleno emprego corresponderia à majoração dos lucros, no agregado – o que, em princípio, poderia ser apresentado como um argumento contra a oposição capitalista às políticas macroeconômicas voltadas ao sistemático rebaixamento do desemprego. Entretanto, este não seria o caso:

[...] the maintenance of full employment would cause social and political changes which would give a new impetus to the opposition of the business leaders. Indeed, under a regime of permanent full employment, “the sack” would cease to play its role as a disciplinary measure. The social position of the boss would be undermined and the self assurance and class consciousness of the working class would grow. [...] It is true that profits would be higher under a regime of full employment than they are on the average under *laissez-faire* [...]. But “discipline in the factories” and “political stability” are more appreciated by the business leaders than profits. Their class instinct tells them that lasting full employment is unsound from their point of view and that unemployment is an integral part of the “normal” capitalist system. (KALECKI, 1943, p. 326)

Dessa forma, o desemprego teria uma função de controle político-social das massas trabalhadoras, a despeito dos interesses pecuniários mais imediatos dos capitalistas. A “disciplina nas fábricas” e no conjunto da sociedade somente poderia se manter em face da ameaça perene da perda de postos de trabalho; nesse contexto, mais importante que a luta imediata entre salários e lucros (mediada pela capacidade de reajuste de preços, no caso mais geral dos oligopólios), seria a estabilidade política do próprio sistema. Portanto, ainda que a objeção à ação do governo para a **geração** (eventual) do pleno emprego possa ser superada (mesmo que em termos transitórios), haveria grande oposição à sua **manutenção** indefinida. Mesmo no

caso da viabilidade de despesas públicas com investimentos (em setores não almejados pela iniciativa privada), esta oposição ainda se faria sentir (KALECKI, 1943, p. 329). Não por acaso, as experiências mais longevas de pleno emprego sob o capitalismo seriam justamente aquelas verificadas sob os regimes totalitários, onde os gastos militares ocupam o lugar dos investimentos públicos “civis” e do consumo subsidiado e a coerção física assume o lugar daquela puramente econômica. Em outras configurações de regime político, porém, a classe capitalista prefere argumentar em favor de instrumentos que estimulem os investimentos privados (mesmo estando claros os efeitos limitados desta estratégia, pelos motivos anteriormente discutidos), ou, alternativamente, em prol do uso dos demais instrumentos de gasto público apenas quando da fase de baixa cíclica – desde que eles sejam posteriormente reduzidos ou eliminados tão logo se inicie a fase de recuperação; mesmo assim, haveria ainda uma certa preferência pelos investimentos públicos em relação ao consumo subsidiado (via transferências, como no caso de um seguro-desemprego), pelo motivo já mencionado. É por conta desta plethora de interesses de classe que Kalecki teria afirmado que o pleno emprego no capitalismo somente seria viável quando da fase de maior expansão dos investimentos privados, i.e., na alta do ciclo.

A peculiar forma (limitada) de ação estabilizadora por parte do Estado, desde sempre

submetido a pressões da classe capitalista, conduziria à progressiva estabilização do ciclo apenas no que tange à sua baixa; na recuperação, prevaleceriam os argumentos da “finança sadia” e o repúdio aos mesmos déficits orçamentários que teriam viabilizado a retomada do crescimento. Eis o chamado **ciclo político**, uma construção econômica “artificial” pela qual as depressões seriam abreviadas e o pleno emprego restrito ao efêmero *boom* de investimentos – privados, naturalmente (KALECKI, 1943, p. 330). Pode-se concluir, portanto, que o desemprego não constitui um problema cuja solução técnica / teórica seja de difícil encaminhamento; trata-se, essencialmente, de enfrentar obstáculos de natureza política.

2. Das especificidades do subdesenvolvimento e de seu (difícil) enfrentamento

A descrição das economias capitalistas, tal como indicado no item anterior, ganharia contornos mais agudos no contexto das **economias subdesenvolvidas**⁶, as quais merecem tratamento diferenciado no pensamento de Kalecki e, portanto, no tipo de prescrição que se refere ao objetivo do pleno emprego.

Kalecki (1966, p. 136) afirma que o problema de falta de demanda efetiva em nível adequado pode se apresentar tanto em economias desenvolvidas quanto subdesenvolvidas, mas é apenas nestas últimas que a questão-chave reside na falta de capacidade produtiva

adequada para absorver a dotação de mão de obra, o que resultaria em um padrão de vida médio extremamente baixo. Daí a necessidade de um processo de promoção acelerada dos investimentos; somente a adequada dotação de capital poderia cuidar de tornar factível a busca pelo pleno emprego, posto que, dada a escassez de capital, mesmo a sua plena utilização seria insuficiente para empregar a mão-de-obra disponível. A ampliação do volume de investimentos diria respeito, sobretudo, à indústria, setor cuja introdução e / ou adensamento encontram sérias limitações nos países subdesenvolvidos; em face da escassez de capacidade produtiva, o desemprego seria inevitável (KALECKI, 1944, p. 362). Com efeito, seria de se esperar que, no contexto do subdesenvolvimento, o fenômeno do desemprego se manifestasse em configurações distintas daquelas geralmente observadas em economias desenvolvidas:

⁶ Cabe anotar que Kalecki as descreve como espaços econômicos cuja autonomia política não se fez acompanhar de autonomia do ponto de vista econômico, permanecendo velhas estruturas sociais internas e laços de dependência econômica externa (KALECKI, 1967a, pp. 32-33 e 37).

It is [...] realistic to assume that in an agricultural country there is some unemployment, manifest or disguised⁷, and thus the supply of new saving is by no means fixed: it is equal to the investment undertaken (whose upper limit is that at which full employment is reached). If some new industry is protected, opportunity for investment increases, and the supply of capital rises pro tanto. (KALECKI, 1938b, p. 71)

A observação acima sugere que os países não industrializados deveriam encontrar formas de expandir (ou edificar) suas estruturas produtivas com foco no aumento da capacidade de produção industrial. Porém, tal processo ver-se-ia, desde logo, limitado por fatores objetivos: (i) o investimento privado pode (e frequentemente vai) se mostrar insuficiente; (ii) a disponibilidade de recursos pode ser insuficiente para promover os investimentos nas quantidades adequadas; (iii) a limitada disponibilidade de suprimentos para atender a maior demanda por bens-salário resultante do crescimento do volume de investimentos. Porém, tais fatores objetivos são tecnicamente contornáveis, dado que: (i) o investimento público pode desempenhar um papel complementar ou combinado ao investimento privado; (ii) os recursos para maiores investimentos poderiam ser obtidos com importações facilitadas pela redução das compras externas de bens não-essenciais, o que se poderia conseguir com impostos mais progressivos (nos moldes antes apontados: KALECKI, 1944, pp.

373-376) que, além do aspecto relativo às compras externas, poderiam liberar recursos produtivos internos para aumentar a produção de bens-salário, (iii) de tal modo que se preservasse o poder de compra real da renda dos trabalhadores. Os próprios investimentos realizados dentro do país permitiriam a geração de demanda efetiva suficiente para torná-los lucrativos e, portanto, economicamente viáveis; daí a importância de defender a participação do poder de compra dos salários na renda nacional, uma vez que os lucros tendem, em maior medida, a ser poupados (LÓPEZ GALLARDO *et alii*, 2009, p. 198). No contexto do subdesenvolvimento permanece válida a ideia do gasto “autofinanciado” em escala macroeconômica, viabilizado pelo crédito (aqui entendido como criação contábil de poder de compra), que tem sua contrapartida

7 Para Kalecki, o desemprego seria um conceito suficientemente claro apenas no contexto dos países desenvolvidos, já que as formas de inserção precárias no mercado de trabalho são abundantes nos países subdesenvolvidos, o que opera no sentido de ocultar o volume de desemprego total (para além daquele “aberto”, dir-se-ia atualmente), resultante da inadequada dotação de capital. Somente nos países desenvolvidos o desemprego pode se apresentar fundamentalmente como problema cíclico de demanda efetiva (KALECKI, 1951b).

na própria geração de demanda efetiva, vale dizer, gastos que acabam por gerar renda adicional que constituirá novos depósitos nos bancos comerciais – tal como antes sugerido com respeito à emissão de dívida pública. O raciocínio aplica-se, antes de tudo, ao investimento privado (que, portanto, não carece de poupança prévia para seu financiamento), mas também é válido para o investimento público.

As inversões públicas aqui ganham relevância particular, especialmente por conta da escassez absoluta de capital; nesse sentido, elas seriam importante complemento aos investimentos produtivos levados a cabo pela iniciativa privada. Embora o investimento público possa se apoiar na emissão de dívida do governo, seria conveniente que, ao menos em parte, pudesse se apoiar em impostos progressivos que ajudem a conter a inflação ao desestimular o consumo de bens de luxo. Na verdade, o processo de incorporação de novos setores produtivos tende a apresentar problemas de desajustes intertemporais quanto à capacidade de oferta de recursos, cuja demanda estará se alterando a cada nova atividade internalizada; nesse contexto, pressões inflacionárias são previsíveis (SAWYER, 1985, p. 217).

As pressões inflacionárias relativas à concentração intertemporal dos esforços de aumento dos investimentos poderiam ser contornadas com o planejamento de longo prazo destas medidas,

tendo como base a ação condutora essencial do Estado; no entanto, aqui se colocam como obstáculos decisivos (novamente) os aspectos políticos, uma vez que o grau de intervenção necessária por parte do governo seria maior e mais profundo que no tocante à gestão da demanda efetiva em economias desenvolvidas: no contexto do subdesenvolvimento, trata-se de cuidar de controlar não apenas o volume agregado de investimento, mas também – e desde o início do processo – a direção setorial (estrutural) dos investimentos (KALECKI, 1966, pp. 138-139). Isso significa um elevado grau de **planificação** econômica e a definição de prioridades que podem ser bem pouco agradáveis às elites do país – como no caso dos impostos mais progressivos e da redução do consumo de bens não essenciais.

O mesmo tipo de dificuldade aplica-se à busca de maior oferta de bens essenciais (bens-salário), uma vez que a produção agrícola aqui é crucial. Garantir a oferta adequada de bens-salário atende ao objetivo de conter a inflação e manter o poder de compra real dos salários, os quais tenderiam a, nessas condições, manter sua participação na renda nacional recém-aumentada pelos novos investimentos; esse objetivo não é incoerente com os aspectos dinâmicos do investimento pelo fato de não deprimir os lucros: ao contrário, ao aumentar o poder de compra agregado dos trabalhadores, é aumentada também a demanda efetiva, que mantém em

nível adequado o uso da capacidade produtiva – e dos lucros, portanto (KALECKI, 1954b, p. 148; LÓPEZ GALLARDO *et alii*, 2009, pp. 197-199). A eclosão de um processo inflacionário que se converta em uma “espiral inflacionária de preços e salários” jogaria contra a desejada expansão dos investimentos privados, particularmente por não garantir a referida participação dos salários na renda e do gasto dos trabalhadores – excluídas as demais fontes de demanda efetiva, é claro (déficits públicos, saldos comerciais externos positivos)⁸. Ademais, a inflação tenderia a se apresentar antes mesmo que a indústria atingisse seu grau de utilização plena; na verdade, este tipo de inflação impediria que se chegasse a uma situação mais próxima desse ponto, mais favorável aos lucros⁹. Logo, para que um mercado de consumo puxado pelos salários possa se edificar concretamente, o aumento dos volumes produzidos de alimentos deve ser garantido e dar-se de tal modo que seja impedida a apropriação dos estímulos do crescimento por maior grau de monopólio de grandes proprietários, dos comerciantes que controlam a distribuição dos produtos agrícolas e pelos ganhos dos prestamistas que oferecem crédito à atividade agrícola¹⁰; favorecer os pequenos proprietários, porém, significaria provocar mudanças estruturais no campo. Se já difícil em termos políticos, a reforma agrária poderia não ser suficiente para superar o problema da rigidez de oferta de alimentos com origem

no campo: mesmo se quebradas as resistentes relações sociais arcaicas e a estrutura concentrada da propriedade fundiária, restariam os problemas do domínio estabelecido por grandes comerciantes e financistas do setor, além das fraudes ao próprio processo de redistribuição das propriedades. Novamente, os motivos políticos mostram-se como obstáculo mais relevante que aqueles de natureza técnica.

As eventuais restrições ao pleno emprego do ponto de vista das contas externas ganham, no contexto do subdesenvolvimento – até por conta da citada necessidade de abastecer o país com os materiais importados que vão possibilitar a expansão dos investimentos –, grande destaque: o esforço adicional por incorporar mais capacidade produtiva tem aspectos setoriais que podem implicar demanda por produtos que só

8 Embora isso não esteja explícito no texto de Kalecki o tempo todo, seu modo de conduzir a exposição da proposta indica que o autor busca com esta atingir um tipo específico de desenvolvimento econômico, onde é privilegiada a participação dos salários na renda e, portanto, na própria fruição do processo de desenvolvimento. As demais fontes de demanda efetiva tornam claro que esta não é a única possibilidade de seguir adiante com o processo de desenvolvimento econômico; porém, as estruturas a serem edificadas deveriam ser modificadas para atender a outros perfis de demanda, em consonância com o estilo de desenvolvimento adotado e suas respectivas prioridades.

9 Os aumentos de produtividade corresponderiam a outra forma de enfrentar o potencial problema inflacionário; no entanto, agravar-se-iam os problemas relativos à capacidade de absorção de mão-de-obra, já limitada pelo estoque de capital disponível (KALECKI, 1954b, pp. 150-151).

10 Especialmente porque, em economias subdesenvolvidas, os níveis mais elevados de desemprego urbano e de concentração da propriedade rural tendem a gerar uma perversa distribuição de renda (LÓPEZ GALLARDO *et alii*, 2009, p. 204).

podem ser obtidos no exterior, fato que se soma à maior pressão sobre as contas externas já esperada como simples resultado do crescimento econômico (como no caso dos países desenvolvidos). Assim sendo, as vias de acesso a poder de compra denominado em moeda de curso internacional devem fazer parte do processo de enfrentamento das limitações colocadas pela escassez de capital nos países subdesenvolvidos, ou, por outra, devem fazer parte das estratégias de **desenvolvimento econômico**; não por outro motivo, são discutidos os termos em que convém fazer uso de empréstimos externos ou investimentos externos diretos (KALECKI, 1954b, pp. 151-159) e até mesmo de ajuda externa (KALECKI & SACHS, 1966, p. 146); estas opções de base deveriam ser analisadas do ponto de vista de seus custos prospectivos. Dessa forma, seria preciso ter em mente o fato de que os empréstimos externos obtidos via mercado devem implicar encargos de dívida futuros, constituindo um potencial peso sobre as contas externas; da mesma forma, os investimentos diretos podem gerar importantes saídas de moeda estrangeira a título de remessas de lucros (explícitas ou não, dadas as perenes possibilidades de fraudes ao fisco local via *transfer pricing* no comércio com a empresa-sede), além do fato de que, da mesma forma que o investimento privado local, o investimento estrangeiro pode se direcionar a setores não convenientes à expansão equilibrada da capacidade de produção

industrial do país. As doações ou empréstimos oficiais em termos financeiramente mais favoráveis que aqueles de mercado são, em princípio, ideais; porém, costumam se apresentar em volumes insuficientes ou sujeitos a condições político-econômicas que podem limitar a melhor condução (autônoma) do processo de desenvolvimento industrial. Além de ressaltar uma vez mais a importância do investimento público e do controle sobre o investimento privado, Kalecki sugere ser fundamental cuidar para que o poder de compra adicional em moeda estrangeira seja, de fato, encaminhado para os fins de combate à escassez de bens-salário e de aumento da capacidade produtiva industrial; usos alternativos seriam contraproducentes (inflacionários) e teriam por consequência agravar a concentração de renda (como no caso clássico do uso dos recursos para aumento da oferta de bens de luxo, tanto na forma de importações quanto no aspecto setorial do investimento externo).

No tocante ao enfrentamento efetivo da questão externa, como já mencionado, podem se mostrar necessários certos expedientes (KALECKI & SACHS, 1966, pp. 148-149 e 154-158), como a regulação estatal dos investimentos externos (quanto ao aspecto setorial, às remessas de lucros, ao compromisso de reinvestimentos futuros e à sua capacidade de geração adicional

de divisas¹¹), bem como políticas de substituição de importações e de promoção de exportações que logrem produzir uma melhora dos termos de intercâmbio¹². A rigor, a situação considerada ideal por Kalecki seria aquela referente à melhora na capacidade de importar obtida por meio de recursos internos e sem a perda da independência da política nacional de controle do processo de desenvolvimento, donde os estímulos a exportações adicionais e à substituição de importações (KALECKI, 1954b, p. 158; 1951a, pp. 115-124).

Também fariam parte do leque de opções de políticas acordos de comércio internacional de âmbito bi / plurilateral com cláusulas de estabilidade de longo prazo para quantidades e preços de exportação de gêneros já correntemente produzidos – o que garantiria um nível estável de poder de compra em moeda estrangeira; de outra parte, seriam igualmente convenientes acordos internacionais que tenham por meta a edificação de novos setores industriais¹³ – a complementaridade bilateral seria a mais provável nestes casos, que poderiam também envolver os chamados **créditos autoliquidáveis** (operações comerciais bilaterais baseadas no uso apenas contábil de moeda estrangeira) e ganhos de escala relativos à integração de mercados nacionais. Novamente, trata-se de propor projetos de longo prazo, com elevado grau de planificação econômica, onde a restrição externa só pode ser pensada no contexto de um

programa de desenvolvimento nacional (KALECKI & SACHS, 1966, pp. 175-176).

Fica claro que tais projetos de prazo dilatado e planificação econômica profunda só podem se concretizar com base em configurações políticas bastante peculiares, particularmente em face dos inevitáveis conflitos de interesses que tendem a se apresentar no desenrolar do processo de desenvolvimento, conforme acima sugerido por Kalecki, como no caso das restrições ao consumo de elite, da reforma agrária e da regulação dos investimentos do setor privado, tanto local quanto estrangeiro. Por esse motivo, o autor identifica os **projetos políticos** de transformação das estruturas econômicas com os estratos sociais da classe média baixa e do campesinato mais próspero, tanto por conta de seus interesses materiais (que envolvem a

11 Seria possível, no entanto, que retaliações a estas medidas se apresentassem. Essa possibilidade, porém, era entendida por Kalecki como menos relevante que os benefícios obtidos por essa via, vista como crucial para controlar os fluxos de saída de capitais (SAWYER, 1985, pp. 219-220).

12 Eis porque uma simples desvalorização cambial não é vista pelo autor como a superação da restrição externa, já que uma (apenas possível) melhora nas exportações seria acompanhada por uma redução na capacidade de obter compras externas (KALECKI, 1933b, pp. 168-169; 1951a, p. 131).

13 Com destaque para indústrias parcial ou totalmente voltadas para a exportação (SAWYER, 1985, p. 229).

melhora da distribuição de renda e das condições de inserção no mercado de trabalho), quanto pela sua razoável capacidade de articulação (KALECKI, 1967a, pp. 32-33). Ocorre que o controle dos destinos da nação por parte destes segmentos sociais tende a ser improvável ou efêmero, em vista das condições estritas de sua manutenção / viabilidade continuada: obter maior independência em relação ao capital externo, efetivar a reforma agrária e manter crescimento econômico contínuo; somente em face destas condições seria possível cooptar outros estratos sociais para um projeto de capitalismo de Estado em bases nacionais. Mesmo assim, seria de se esperar a oposição perene do capital privado externo e dos latifundiários e financeiros locais (não raro, de modo associado), os quais tendem a limitar as ações coerentes com a maior autonomia frente ao exterior, tal como acima descritas – a começar pelo improvável sucesso da redistribuição da propriedade fundiária, aparentemente tão (ou mais) difícil quanto a redução do consumo de bens de luxo ou a tributação dos estoques de riqueza. Logo, haveria obstáculos políticos – ao menos tão formidáveis quanto aqueles relativos à manutenção do pleno emprego, em economias desenvolvidas – aos projetos de superação do subdesenvolvimento, na visão de Kalecki (1967a, p. 37).

3. Do ceticismo às propostas: pistas para superação dos obstáculos

Kalecki (1943; 1944) demonstra claro ceticismo quanto à linha de atuação dos Estados nacionais no sentido de eliminar o problema do desemprego dentro da ordem capitalista; com efeito, o “ciclo político” seria dificilmente contornável, a não ser diante da presença de um novo (e radicalmente inovador) arcabouço institucional, capaz de garantir maior participação – e efetivo poder de decisão – aos trabalhadores, sob pena de se provar o capitalismo incapaz de prover vida digna à maioria dos povos. Um “capitalismo de pleno emprego” (KALECKI, 1943, p. 331) deveria, portanto, mostrar-se substancialmente distinto daquele típico do *laissez-faire*, ou mesmo das intervenções públicas pontuais (para resgate circunstancial do nível agregado de demanda efetiva).

Assim sendo, mesmo em face da ocorrência de certos aspectos de reforma, o sistema não teria deixado de manter em sua base a cisão entre capitalistas (proprietários de riqueza) e trabalhadores (proprietários apenas de sua força-de-trabalho), bem como (pelo menos) algum antagonismo de interesses:

While Kalecki seemed to concede that capitalism has achieved a permanently higher level of stability owing to the extension of the economic role of the state, nevertheless he felt that this merely changed the nature of the social contradic-

tions that 1970s capitalism was grappling with. The essence of the system, taken as a whole, had remained unchanged (KRIESLER & MCFARLANE, 1993, p. 226).

Nos países subdesenvolvidos, estas mesmas realidade e natureza (limitada) da ação estatal também se aplicam – porém, de modo mais complexo, devido à maior heterogeneidade de segmentos sociais relevantes quanto à condução da política econômica (grandes proprietários de terra, capital privado estrangeiro, alta e baixa classes médias, burocracia estatal, camponeses mais abastados, pequenos proprietários, sem-terra, desempregados, ambulantes e subempregados urbanos) e das tarefas a serem encampadas pelo Estado (com respeito ao desenvolvimento econômico, para além da gestão do nível de demanda efetiva). Alianças políticas de certos segmentos subalternos podem edificar um perfil de Estado que opere em favor do desenvolvimento econômico com bases nacionais e com orientação de elevação do padrão de vida das massas; dadas as maiores carências de ação por parte do Estado e as condições mais restringidas de sucesso, as reformas essenciais são aqui mais limitadas e raramente conseguem levar a cabo sequer uma efetiva redistribuição da propriedade fundiária. A estabilidade do sistema capitalista aqui se revela bem menor, portanto; considerando os argumentos anteriores do autor, poder-se-ia supor ser esta uma das

causas para as tão frequentes soluções totalitárias encontradas por segmentos sociais dominantes em tais países.

Kalecki tem em mente o fato de que diferentes fontes de demanda efetiva privilegiadas ao longo de um processo de desenvolvimento econômico nacional devem ser equivalentes a estruturas produtivas (e sociais) que aí se desenham, o que seria o equivalente a configurar diferentes estilos de desenvolvimento de acordo com a ênfase concedida aos diferentes departamentos de produção (I, II e III); daí suas sugestões de tributar mais pesadamente o consumo de bens não-essenciais (ou seja, o consumo capitalista, correspondente ao Departamento II) e favorecer o mercado de consumo de massa (Departamento III) como fonte de demanda efetiva interna (KALECKI, 1954b). Esse aspecto seria particularmente válido quanto à condução dos investimentos privados nacionais (eventualmente guiados pela concessão de licenças oficiais e / ou pelo crédito dirigido) e às limitações ao investimento direto estrangeiro (que teria tendência a se concentrar em poucos setores, além de pressionar as contas externas ao repatriar lucros). Essa perspectiva sugere que Kalecki certamente apoiaria uma estratégia de geração do pleno emprego prioritariamente voltada para o aspecto da redução da escassez de capital, no que diz respeito ao subdesenvolvimento. Conforme visto, tal processo não poderia prescindir

da participação crucial (e setorialmente direcionada) dos investimentos públicos, estes largamente objetados por parte dos interesses capitalistas.

Tais interesses, já presentes no bojo de economias maduras, far-se-iam notar de modo ainda mais pronunciado no contexto do subdesenvolvimento, devido à maior heterogeneidade social aí presente – com destaque para o papel “contraproducente” do capital estrangeiro (em princípio, interessado na manutenção do *status quo*) e de seus vínculos econômicos com o espaço nacional, sobretudo com o segmento dos grandes proprietários, estes evidentemente engajados em negócios de exportação “tradicionais” (KALECKI, 1967a). Não por acaso, Kalecki sugere o “enquadramento” desses segmentos sociais quando da consecução de um projeto de desenvolvimento econômico em bases nacionais, sendo o crescimento da oferta de postos de trabalho e a reforma agrária elementos fundamentais para cooptar o apoio da classe média urbana e dos pequenos produtores agrícolas ao processo de industrialização capitaneado pelo Estado. Logo, não há possibilidade prática de um governo pró-pleno emprego e/ou pró-desenvolvimento politicamente neutro: um governo com tal orientação seria, antes, o reflexo de uma particular correlação de forças políticas, com elevada participação proletária, agindo de forma a atingir objetivos econômicos necessariamente mais vinculados a certos segmentos

sociais que a outros. O aparato politicamente formal que viabilizaria a manutenção do pleno emprego envolveria, portanto, a formatação de instituições políticas capazes de oferecer estabilidade quanto à gestão dos interesses socialmente antagônicos e garantias mínimas de distribuição funcional da renda em favor dos trabalhadores. O processo de superação do subdesenvolvimento far-se-ia, portanto, em meio ao deslocamento constante em direção ao pleno emprego da mão-de-obra disponível, ao passo em que for sendo reduzida a escassez de capital; para que não fosse concentrador de renda (e de propriedade), o estilo de desenvolvimento a ser adotado deveria operar no sentido de privilegiar as inversões para o fornecimento de bens-salário (condicionando, portanto, a formatação da estrutura de oferta), ao mesmo tempo em que se busca autonomia no flanco externo – para que o projeto de desenvolvimento não seja abortado pela escassez de recursos em moeda de curso internacional (KALECKI, 1946). Esse duplo movimento de expansão das inversões produtivas seria também indispensável para evitar previsíveis pressões inflacionárias, tanto por conta da incorporação progressiva de indivíduos ao mercado de trabalho, quanto pelo aumento da demanda de importados (não passíveis de substituição, ao menos no curto prazo).

López Gallardo e Cardim de Carvalho (2008, p. 406) indicam que este movimento haveria de dar-se em três frentes de expansão das

inversões: (i) investimentos em setores considerados “protegidos” da competição internacional (dos serviços de proteção social desmercantilizados aos conhecidos *non-tradables*), onde deveria ser empregada tecnologia intensiva em mão-de-obra¹⁴, o que resultaria na maximização dos postos de trabalho por unidade de investimento; (ii) investimentos em setores com potencial para substituição de importações e promoção de exportações, com foco na busca por “nichos” (mercados menos sujeitos à concorrência) no mercado mundial; (iii) investimentos na geração (nacional) autônoma de progresso técnico, com foco em **alguns** setores selecionados (dada a escassez de capital e pessoal qualificado / especializado), conforme identificadas maiores competências dentre os setores econômicos eventualmente já – limitada ou parcialmente – instalados no país. Tal tipo de abordagem, ao contemplar diferentes frentes para o avanço dos investimentos (incluindo aquelas que poderiam melhorar os padrões de vida de amplos segmentos sociais), permitiria aumentar a capacidade produtiva instalada sem sacrificar demasiadamente o consumo no contexto do pleno emprego.

O enfrentamento da restrição externa, no entanto, não deveria dar-se somente no âmbito comercial externo; embora Kalecki tenha se detido mais sobre este último aspecto, não se pode dizer que desconsiderasse o eventual peso representado pelo lado financeiro das contas

externas (vide observações anteriores sobre remessas de lucros, *transfer pricing* e o perigoso caráter condicionado dos créditos oficiais). É claro, o contexto dentro do qual o autor escrevia (entre o pós-guerra e o início da década de 1970) era marcado pela presença generalizada de controles de capitais; uma abordagem atualizada de suas considerações dificilmente poderia deixar de contemplar a adoção de alguma forma de controle desses fluxos:

The constraints created by financial liberalization are even tougher in the case of developing economies. [...] Many of these economies had a past record of high inflation, fiscal disequilibria, balance of payments disequilibria, and so on. A legacy of macroeconomic disequilibria inevitably makes governments even weaker when facing global financial markets. Open capital accounts allow local financial investors to join international investors to judge and veto policies that may be construed as hostile to them. (CARDIM DE CARVALHO & LÓPEZ GALLARDO, 2007, pp. 18-19)

Dessa forma, a regulação do sistema financeiro seria importante para evitar o poder de veto dos capitais financeiros às medidas internas de busca do pleno emprego – poder que tende a se mostrar ainda mais relevante no contexto do subdesenvolvimento (e de suas moedas nacionais não conversíveis).

14 Logo, a ênfase em investimentos públicos em serviços de proteção social atenderia ao objetivo de maximizar a absorção de mão-de-obra, sem comprometer os investimentos no setor industrial que, por suposto, devem manter elevada produtividade de para buscar maior competitividade internacional.

O obstáculo representado pelo uso do desemprego como instrumento coercitivo de manutenção da ordem capitalista também seria passível de equacionamento; tratar-se-ia de construir alternativas à própria coerção, eventualmente substituída por instrumentos de estímulo:

I would not wish to argue that unemployment is necessary to ensure work effort; indeed, unemployment heightens fear and brings demoralization which serve to undermine work effort. In so far as unemployment does enforce work it is likely to be more successful in routinized jobs where effort can be readily monitored. It will be much less useful for jobs which require the use of discretion and initiative. Full employment would obviously mean that unemployment and the threat of it would no longer be available to enforce work intensity and productivity, and hence alternative mechanisms would be required. (SAWYER, 1994, p. 14)

Evidentemente, este seria um contexto de maior poder de barganha dos trabalhadores, donde sua maior participação na fruição das riquezas geradas por seu trabalho. A aposta implícita no argumento de Sawyer seria a de que maior estabilidade social seria obtida pelo afrouxamento do conflito classista, pela via da redistribuição de renda – nesse caso, não intermediada apenas pelos impostos e transferências públicas. Como se poderia supor, a coalizão política a dar respaldo a esse tipo de programa econômico seria, tal como antes assinalado, extremamente delicada – especialmente em meio

à grande heterogeneidade de segmentos sociais dentro do subdesenvolvimento. Se a manutenção do pleno emprego viabilizaria maior poder relativo aos trabalhadores, o cerne da questão deslocar-se-ia para o modo de obter (e manter) o adequado aparato institucional a fim de garantir que um programa com as linhas aqui sugeridas (de geração e manutenção do pleno emprego, malgrado o contexto do subdesenvolvimento) seja efetivamente seguido em longo prazo. Nos termos de Ramsay e Lloyd:

While the underlying strategy must be collective action to achieve institutions that operate as countervailing forces to the (unequal) “labour market”, the de-marketisation of “labour” (as a social democratic objective) can only be achieved under the condition of full employment. [...] While social protection has reduced labour commodification, a more robust decommodification can only come about at the point of full employment. Only then is there the possibility of “de-marketising” the “labour market” because of the change in the balance of power towards organised labour and away from capital. As such, organised labour must pursue wider objectives than the wage/profit struggle. Central to this strategy is ensuring that part of labour’s forgone wages drives the socialised investment function that is aimed at creating full employment. (RAMSAY & LLOYD, 2010, pp. 65-66)

Na atualidade, existiria uma dupla tendência quanto à gestão dessas imensas massas de recursos constituídas pelos fundos de pensão:

(i) a de direcionar cada vez maiores porções dos recursos para aplicações mais arriscadas (e mais rentáveis) e, ao mesmo tempo, (ii) aquela de internacionalizar crescentemente estas aplicações, na busca de novas e maiores oportunidades de lucratividade (*ibidem*, pp. 70-72). Ambas as tendências seriam contraproducentes, tanto em relação aos resultados financeiros da gestão dos fundos (já que há maior exposição ao risco, o que se traduz em perdas patrimoniais significativas quando das conjunturas de crise financeira – tal como recentemente), quanto à geração de condições financeiras mais favoráveis para o adensamento dos negócios produtivos no espaço econômico nacional (uma vez que os recursos não ficam circunscritos a aplicações locais). Depreende-se que instrumentos de regulação financeira são aqui novamente demandados, desta vez para convenientemente direcionar tais massas de recursos em prol dos investimentos que mais importam aos trabalhadores, vale dizer, em favor dos setores mais efetivamente capazes de absorver mão-de-obra, de gerar benefícios aos que sobrevivem de seu trabalho (como a estrutura de oferta de serviços de proteção social, além dos setores produtores de bens-salário) e de conceder maior autonomia à economia nacional (e ao próprio programa macroeconômico de pleno emprego).

Os fundos, sob a proposta orientação regulatória, mesmo com menor número de alternativas disponíveis para aplicação de seus recursos,

tenderiam a não exibir perdas patrimoniais como resultado desta regulação mais intensa por conta da obtenção de um macroambiente de maior estabilidade e lucratividade – além do fato de que o pleno emprego tenderia a aumentar a base contributiva que alimenta aqueles mesmos fundos.

O uso dos recursos provenientes dos fundos de pensão (obtidos, ao menos parcialmente, via arrecadação compulsória) daria ao Estado o “financiamento” de curto prazo necessário à execução dos seus próprios investimentos – em complemento àqueles da iniciativa privada –, sendo posteriormente possível emitir dívida pública de prazo mais dilatado para oferecer, aos mesmos fundos, um rendimento positivo – sem violar as preferências de portfólio dos demais agentes privados:

[...] if, on an annual basis, superannuation fund managers were required to make 5% of their total resources available to the National Development Fund (NDF) for investment in new capacity (a Compulsory Appropriation Provision or CAP), the government could plan investment to meet effective demand equal to full employment and also reimburse superannuation funds by issuing annualised government bonds. (*ibidem*, pp. 78-79)

Adicionalmente, benefícios fiscais poderiam ser concedidos aos fundos de pensão em troca de maior (e voluntário) comprometimento de recursos com o fundo de desenvolvimento, ampliando a disponibilidade de recursos, os

quais seriam, portanto, destinados tanto a investimentos públicos (executados diretamente pelo Estado), quanto a investimentos privados (desde que dirigidos / alinhados com a gestão agregada aqui proposta). Os encargos adicionais sobre o orçamento público seriam de pequena monta em termos líquidos, posto que a arrecadação projetada para o nível de atividade de pleno emprego (perene) seria francamente superior à correntemente disponível, mesmo em face de situações episódicas de expansão econômica.

Para além dessas considerações, o uso dos fundos de pensão dos trabalhadores em seu próprio proveito – enquanto classe¹⁵ – significaria ainda a constituição de uma massa de **recursos não orçamentários** passíveis de mobilização em prol da geração / manutenção do pleno emprego; vale dizer, seria o equacionamento definitivo do entrave colocado pelo “ciclo político” das intervenções (limitadas / pontuais) do Estado. Tratar-se-ia, portanto, de solapar mais uma frente de atuação do veto capitalista a este tipo de programa econômico.

Conclusão

Os obstáculos que separam as economias capitalistas da manutenção do pleno emprego são, conforme se argumentou, essencialmente políticos, ainda que se apresentem dentro do cenário econômico. Ligados aos interesses de classe, esses obstáculos seriam, em princípio, estruturais. No entanto, a evidência histórica mostra

que o sistema capitalista tem exibido grande capacidade de conceber instrumentos que operam para sua própria manutenção, malgrado suas conhecidas contradições internas – com destaque (nos moldes da discussão aqui apresentada) para o caráter dual do investimento, intrinsecamente instável, e para os interesses dos capitalistas enquanto classe no tocante ao dilema da escolha entre maiores lucros (com maior nível de emprego e renda) ou maior estabilidade sócio-política (com maior desemprego).

Os Estados nacionais lograram, no último século, erigir uma estrutura orçamentária capaz de garantir a superação das situações de colapso da demanda efetiva, ainda que esta mesma estrutura tenha se mostrado pouco capaz de garantir a manutenção do pleno emprego – ao menos, fora das experiências totalitárias. A despeito das possibilidades do ponto de vista estritamente lógico, a natureza antagônica e desigual, presente na raiz bipartida do capitalismo, limita severamente as práticas de política econômica nele adotadas efetivamente; o conflito entre capitalistas e trabalhadores desloca-se para dentro da agenda política do Estado – donde a impossibilidade de sua neutralidade.

15 “As social democracy is not predicated on narrowly individual outcomes but on a wider societal interpretation of welfare, fiduciary duty (to the investor) should also incorporate what can be termed an ‘Employment Generating Targeted Investment’ that offsets the oscillations of private sector investment. This policy would not only assist to de-individualise workers’ investments, it would, more importantly, help de-individualise unemployment” (RAMSAY & LLOYD, 2010, p. 70).

A desigualdade de poder entre as classes seria também visível, portanto, dentro da condução das políticas governamentais que, em última instância, prestam-se ao papel de manutenção do sistema e de sua ordem típica; o pleno emprego seria um grande passo no sentido de subverter esta mesma ordem. Daí o franco pessimismo de Kalecki com respeito à sua deliberação da manutenção.

Apesar de seu ceticismo, o autor polonês admitia a possibilidade de construção de instituições de natureza inovadora, capazes de garantir a preservação dos interesses da classe trabalhadora. Aqui se argumentou em favor da proposta de direcionamento dos recursos dos fundos de pensão, gerados por contribuições dos trabalhadores, em prol dos próprios trabalhadores, coletivamente.

Por suposto, é esperada oposição a este leque de medidas, sobretudo por parte do grande capital financeiro, grande beneficiário da gestão dos imensos volumes de recursos acumulados pelos fundos de pensão. No entanto, a introdução gradual de mecanismos de drenagem de recursos desses fundos em prol do programa aqui retratado já poderia sinalizar a sua própria viabilidade – no mínimo, pelo aspecto de conferir maiores possibilidades de autonomia aos trabalhadores. Um gesto com natureza apenas política; mas, como se viu, também é esta a natureza dos grandes dilemas econômicos.

Bibliografia

- CARDIM DE CARVALHO, F. J. & LÓPEZ GALLARDO, J. "Are Full Employment Policies Obsolete?" *International Journal of Political Economy*, Vol. 36, No. 3, pp. 5–23, 2007.
- KALECKI, M. "The World Financial Crisis." In: *Collected Works of Michal Kalecki. Vol. I*. New York: Oxford University Press, 1990 (1931).
- _____. "Reduction of Wages During Crisis." In: *Collected Works of Michal Kalecki. Vol. I*. New York: Oxford University Press, 1990 (1932a).
- _____. "Mr. Keynes's Predictions." In: *Collected Works of Michal Kalecki. Vol. I*. New York: Oxford University Press, 1990 (1932b).
- _____. "Is a 'Capitalist' Overcoming of the Crisis Possible?" In: *Collected Works of Michal Kalecki. Vol. I*. New York: Oxford University Press, 1990 (1932c).
- _____. "Outline of a Theory of the Business Cycle." In: *Collected Works of Michal Kalecki. Vol. I*. New York: Oxford University Press, 1990 (1933a).
- _____. "On Foreign Trade and 'Domestic Exports'." In: *Collected Works of Michal Kalecki. Vol. I*. New York: Oxford University Press, 1990 (1933b).
- _____. "A Macrodynamics Theory of Business Cycles." *Econometrica*. Vol. 3, No. 3, pp. 327-344, 1935a.
- _____. "The Essence of Business Upswing." In: *Collected Works of Michal Kalecki. Vol. I*. New York: Oxford University Press, 1990 (1935b).
- _____. "The Business Upswing and the Balance of Payments." In: *Collected Works of Michal Kalecki. Vol. I*. New York: Oxford University Press, 1990 (1935c).
- _____. "Foreign Trade and the National Forces of Production (Review Article)." *The Economic Journal*, Vol. 48, No. 192, pp. 708-711, 1938.
- _____. "Political Aspects of Full Employment." *Political Quarterly*. Vol. 14, No. 4, pp. 322-331, 1943.
- _____. "Three Ways to Full Employment." In: *The Economics of Full Employment*. Oxford: Basil Blackwell, 1944. Reprinted In: *Collected Works of Michal Kalecki. Vol. I*. New York: Oxford University Press, 1990.
- _____. "Multilateralism and Full Employment." *The Canadian Journal of Economics and Political Science / Revue Canadienne d'Economie et de Science Politique*, Vol. 12, No. 3, pp. 322-327, 1946.
- _____. "Report on the main current economic problems of Israel". Tel Aviv: Government Printing Press, 1951a. Tradução brasileira: "Relatório sobre os Principais Problemas Econômicos Atuais de Israel." In: *Economias em Desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, 1987.

_____. "A Note on Long-Run Unemployment.", *The Review of Economic Studies*, Vol. 18, No. 1, pp. 62-64, 1951b.

_____. *Theory of Economic Dynamics: An Essay on Cyclical and Long-Run Changes in Capitalist Economy*. London: Allen and Unwin, 1954a. Tradução brasileira: *Teoria da Dinâmica Econômica*. São Paulo: Nova Cultural, 1977.

_____. "El Problema del Financiamiento del Desarrollo Económico.", *El Trimestre Económico*, Vol. 21, No. 4, pp. 381-401, 1954b. Tradução brasileira: O Problema do Financiamento do Desenvolvimento Econômico. In: KALECKI, M; MIGLIOLLI, J. (org.). *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1977.

_____. "The Difference Between Crucial Economic Problems of Developed and Underdeveloped Non-Socialist Economies." In: *Essays on Planning and Economic Development*. Warsaw: PWN, 1966. Tradução brasileira: "A Diferença entre os Problemas Econômicos Cruciais das Economias Capitalistas Desenvolvidas e Subdesenvolvidas." In: *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec, 1977.

_____. "Social and Economic Aspects of Intermediate Regimes.", *Coexistence*, Vol. IV, No. 1, pp. 01-05, 1967a. "Tradução brasileira: Observações sobre Aspectos Sociais e Econômicos dos 'Regimes Intermediários'." In: *Economias em Desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, 1987.

KALECKI, M. & SACHS, I. "Forms of Foreign Aid: An economic analysis.", *Social Science Information*. Vol. 5, No. 1, pp. 21-44, 1966. Tradução brasileira: "Formas de Ajuda Externa: uma Análise Econômica." In: MIGLIOLLI, J. (org.). *Kalecki*. São Paulo: Ática, 1980.

KEYNES, J. M. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. London: Macmillan; New York: First Harvest / Harcourt, 1991 (1936).

_____. *The collected writings of John Maynard Keynes*. Vol. XXIX. London: Macmillan, 1979.

KRIESLER, P. & MCFARLANE, B. "Michal Kalecki on Capitalism.", *Cambridge Journal of Economics*, Vol. 17, N. 2, pp. 215-234, 1993.

LÓPEZ GALLARDO, J. & CARDIM DE CARVALHO, F. J. "Resuming growth in Latin America: short and long term policies.", *Revista de Economia Política*, Vol. 28, No. 3, pp. 392-413, 2008.

LÓPEZ GALLARDO, J. et alii. "Michal Kalecki, um pioneiro da teoria econômica do desenvolvimento.", *Revista de Economia Política*, Vol. 29, No. 2, pp. 191-211, 2009.

RAMSAY, T. & LLOYD, C. "Infrastructure Investment for Full Employment: A Social Democratic Program of Funds Regulation.", *Journal of Australian Political Economy*, Edition No. 65, pp. 59-87, 2010.

ROBINSON, J.. "Kalecki and Keynes." In: *Contributions to Modern Economics*. Oxford: Basil Blackwell, 1978. Tradução brasileira: *Contribuições à Economia Moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SAWYER, M. *The Economics of Michal Kalecki*. London: Macmillan, 1985.

_____. "The Intellectual and Institutional Requirements for Full Employment." In: DAVIDSON, P. & KREGEL, J. A. (eds.). *Employment, Growth and Finance*. Aldershot: Edward Elgar, 1994.

RUBENS R. SAWAYA

INFLAÇÃO COMO RELAÇÃO DE PODER:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA DOS PREÇOS DE MARX

Recebido em 02/2017

Aprovado em 04/2017

INFLAÇÃO COMO RELAÇÃO DE PODER: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA DOS PREÇOS DE MARX

Resumo

O debate sobre a determinação de preços e inflação a partir da teoria quantitativa da moeda tem sido dominado pela metafísica ortodoxa baseada na ideológica relação entre agentes econômicos iguais em mercados regidos por “taxas naturais” que fundamentam expectativas racionais diante de um imaginário “PIB potencial”, limitado pela oferta – mercado de trabalho. O objetivo é discutir preços como resultado de relações de poder sobre o valor criado socialmente a partir de uma leitura marxista. As pressões inflacionárias fundam-se sobre relações de poder, graus de centralização de capital e não na quantidade de moeda ou em seu hipotético valor. A inflação é a materialização de uma disputa sobre a riqueza social. Entender este fenômeno é fundamental para a crítica aos fundamentos do pensamento ortodoxo hegemônico.

Palavras-chave: Marx; concorrência; teoria quantitativa da moeda; inflação; valor e preço.

Classificação Jel: B14-B22-E24-E31-E60-L10

Abstract

The debate on the determination of prices and inflation has been dominated by orthodox metaphysics based on ideological relation between equal economic agents acting on markets where “natural rates” are basis

of “rational expectations” at the imaginary “potential GDP”, where offers are limited by labor market. This theoretical base serves to prevent the public intervention on the capital accumulation. The objective of this article is to argue, from a Marxist point of view, that prices set are result of power relations on value socially created. Inflationary pressures are established on power relations, degrees of centralization of capital and not by the quantity of money or its hypothetical value. These pressures are the result of the strategy of the monopolist companies in increase its share of social value. Inflation is a materialization of a conflict over wealth. Examining this phenomenon is fundamental to a critique of foundations of orthodox thought.

Keywords: Marx; concurrence; oligopoly; inflation; value; price.

Evidentemente não é surpresa que o conceito de “relações de poder” esteja ausente dos textos de todos os economistas marginalistas. Eles se contentam em descrever seu próprio mundo de “realidades econômicas” em termos rigorosamente individualistas, recusando-se a encarar, no mundo realmente observável, a tendência de transformações monopolistas mais intensas do que nunca – com toda sua força brutal para anular a decisão dos indivíduos, incluindo-se até o dos idealizados “empresários inovadores que assumem riscos”

István Mészáros (2002, p.153).

Introdução

O pensamento ortodoxo que domina a teoria econômica mainstream retomou seu poder nos anos 1970 e 1980 tendo como base a questão inflacionária. Ainda hoje se sustenta fundado nesta questão, a partir do monetarismo de Friedman, e nas taxas naturais de emprego e produto. Em seguida, seus discípulos Lucas e Sargent vangloriam-se por acreditar “liquidado” o keynesianismo ortodoxo da IS-LM¹, trazendo os novo-keynesianos para junto da ortodoxia, como demonstra Mankiw em “The Reincarnation of Keynesian Economics” (1991)². Configura-se assim uma nova síntese neoclássica moderna. Por isso, criticar a ortodoxia passa, dentre outros debates, por repensar a determinação dos preços.

1 Pensavam estar liquidando Keynes dado que já não sabiam a diferença desse autor em relação à síntese neoclássica realizada por Hicks e Samuelson.

2 Ver também Mankiw (2005, p.6)

A questão inflacionária abriu espaço para a adoção de políticas neoliberais nos anos 1990. Foi utilizada como o “monstro” a ser domado por ações que garantissem psicologicamente os preceitos oriundos da teoria quantitativa da moeda, recuperada por Friedman, em respeito ao equilíbrio entre oferta e demanda agregadas, elemento central para a teoria das “Expectativas Racionais” de Lucas e Sargent. Utilizam a inflação como “firewall” ao seu pensamento e como justificativa para as práticas neoliberais. Colocam a culpa da elevação dos preços no “desrespeito” ao movimento metafísico das “leis naturais do mercado” por pressões artificiais de demanda agregada sobre uma oferta rígida. O culpado seria o Estado populista, que emitiria moeda em excesso, gastaria além da poupança social e incentivaria o consumo, pressionaria a taxa de desemprego para baixo em desrespeito à sua “taxa natural”. Além disso, culpam os trabalhadores por exigirem salários acima do que seria o “justo” ou equivalente ao que contribuem à produção – o valor de seu produto marginal –, apropriando-se “indevidamente” do lucro. Acusam os trabalhadores de, ao não aceitarem este salário “justo”, decidirem por não ofertar emprego, tornando-se, assim, o fator de produção “escasso” que limita a oferta agregada ao nível de “desemprego natural”, uma vez que não aceitariam trabalhar por salários inferiores à sua desutilidade marginal³.

As empresas, em sua forma moderna (corporação), nesta lógica, são consideradas agentes maximizadores passivos que garantem o uso ótimo dos fatores de produção disponíveis em sua “função produção”, dada a tecnologia. Definiriam seus preços como autômatos. De um lado, olhariam para os custos que lhes são dados pelo desejo dos trabalhadores explícitos em sua oferta de trabalho em função de seus salários; de outro, submeter-se-iam aos desejos dos “poderosos” consumidores hegemônicos, com suas curvas de demanda. Assim, elevariam ou não seus preços em função dos custos ou demanda, ambos definidos por outros agentes.

A corporação tomadora de decisões e que define seus preços e quantidades em função de estratégias de controle sobre mercados passa ao largo da discussão, solução ideologicamente perfeita para o objetivo de obscurecer as relações de poder no capitalismo. Nada como colocar a culpa de todos os males (o monstro da inflação) nas mãos dos trabalhadores e do Estado, “bodes expiatórios” sempre disponíveis, cujas ações seriam já conhecidas e previstas nas vagas “expectativas racionais” dos agentes.

³ Para uma discussão mais completa sobre a lógica teórica do mainstream sobre a inflação, veja Sawaya, 2017.

Apesar da ampla discussão nos anos 1970/1980 sobre a determinação dos preços em economias com elevado grau de centralização de capital⁴ – dominada por grandes grupos econômicos –, baseada em Marx, Kalecki e Silos Labini (1980) dentre outros, a ortodoxia prevaleceu politicamente. Com algumas modificações, talvez por não conseguir negar a realidade concreta, essa ortodoxia incorporou a “concorrência imperfeita” ao admitir preços determinados por markup em situações de oligopólio ou monopólio. A complexa determinação do percentual que compõe o markup de onde surge a taxa de lucro sobre o custo direto foi incorporada à mesma lógica, reformulada pelas “teorias dos jogos” entre agentes iguais, mantendo a estrutura teórica original praticamente intacta. A “inflação de custos” foi acrescentada à “inflação de demanda”. As empresas permanecem como agentes autômatos, agora subordinados ao custo e à demanda. Na verdade, repassar custos⁵ ou aproveitar-se da demanda envolve relações de poder.

O objetivo desse artigo é rediscutir a inflação como uma relação de poder, materializada no processo de concorrência monopolista liderado por grupos econômicos que controlam mercados e cadeias produtivas – os verdadeiros atores no capitalismo – em sua disputa por parcelas crescentes do valor social criado e em sua luta para impedir uma maior apropriação do valor pelos trabalhadores e capitalistas mais fracos.

Para isso, buscar-se-á retomar a determinação de preços com base em Marx para demonstrar como essa guerra encarniçada (SHAIKH, 2006, p.105) pode resultar em constante pressão inflacionária. O objetivo é demonstrar que, a partir da discussão proposta por Marx, principalmente no que tange à disputa pela riqueza social criada, é possível entender como as empresas com poder de mercado procuram definir seus preços e, por esse mecanismo, seriam as verdadeiras causadoras das pressões inflacionárias⁶. Nessa luta entre as empresas e entre estas e os trabalhadores, o que parece menos plausível – pela lógica presente em Marx – é a possibilidade de estabilidade ou equilíbrio de preços, dado o grau de centralização de capital. Pode-se acrescentar nessa disputa – não será tema neste texto – os bancos, monopolistas do dinheiro (em parte criado pelo Estado, e outra parte criado por eles mesmos, via crédito), que também disputam o valor social criado pelos juros e por serem proprietários de direitos (ativos financeiros) sobre a riqueza criada pelo capital produtivo. O Estado também está na disputa, por seu poder de retirar parte do valor da economia via

4 Centralização nas palavras de Marx “não se trata mais da concentração simples dos meios de produção e de comando sobre o trabalho, a qual significa acumulação. O que temos agora é a concentração de capitais já formados [...] a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitalistas grandes” (MARX, 1980, p. 727).

5 Os custos compõem-se, além dos operacionais diretos, por juros, impostos e variações nas taxas de câmbio.

6 O objetivo não é tratar nem discutir as hiperinflações.

impostos e redistribuí-lo conforme o bloco de poder (cf. SAWAYA, 2016) político que o constitui em cada momento.

Essa abordagem busca demonstrar que a discussão sobre inflação no capitalismo é mais complexa, o que fica mais claro quando associada à estagnação econômica⁷, momento no qual estão afastadas quaisquer pressões de demanda sobre produtos ou sobre a oferta de trabalho. A determinação dos preços envolve relações de poder que estão nas mãos daqueles que detêm o controle sobre o capital, grandes grupos econômicos, empresas que dominam os mercados e disputam o valor social.

Este artigo é composto de quatro partes, incluindo esta introdução. Na segunda, dados os debates que suscitou, trata da discussão da moeda e dinheiro em Marx, para tentar demonstrar que o autor não é quantitativista e os preços não são determinados pelo dinheiro. A terceira parte, a partir da discussão da concorrência na formação de preços feita por Marx, trata de como os preços estariam relacionados às questões de poder, o que seria a causa das pressões inflacionárias, dado o grau de centralização de capital. A quarta trata da inflação como relação de poder, uma espécie de conclusão.

Advertência

Muitos marxistas “travam” ao tentar entender o que exatamente Marx teria dito ou desejado dizer. Entram em disputas arraigadas e perdem a oportunidade de ver como Marx pode nos ajudar a entender a realidade concreta atual. Se não pode, se errou em sua análise, para o que serve sua teoria? Este texto parte de Marx. Foi a partir dele que foi possível pensar sobre o assunto na forma como aqui proposto. Neste texto há apenas uma das diversas interpretações sobre Marx que nos ajuda a entender a realidade atual. Assim, seria no mínimo intelectualmente incorreto não citar ou trazer as frases daquele autor que nos fez pensar essas questões. Ao invés de ficar debatendo sobre o que realmente Marx teria dito, o objetivo aqui é tomar dele o que ajuda a entender o problema proposto de uma forma diversa do mainstream. Nossa visão é que ele ajuda muito, mesmo que outros marxistas não concordem com nossa interpretação. As ideias expostas neste texto surgem diretamente da leitura de “O Capital”, por isso está repleto de citações diretas do autor e não foca no debate entre os marxistas, o que não é o objetivo deste artigo. Após o texto escrito, foi publicado o livro de Moseley (2016) que, este sim, propõe-se a fazer este debate e de forma brilhante.

7 Para Kalecki (1983, p.12), na depressão, a elevação dos preços pode ser explicada pela “proteção dos lucros” quando “o total dos rendimentos decresce na mesma proporção que os custos diretos [e] o grau de monopolização permanece inalterado”.

I. Preço: seria Marx quantitativista?

Antes de entrar na complexa discussão de como os preços são determinados a partir do valor e as relações de poder aí envolvidas, a partir de uma leitura de “O Capital” de Marx focada no Livro III, que será feita no próximo tópico, deve-se analisar até que ponto Marx é ou não um adepto da Teoria Quantitativa da Moeda. O objetivo aqui é demonstrar que os preços não são determinados pela quantidade de moeda ou pela mercadoria escolhida socialmente como dinheiro (ouro e prata ou notas), tema bastante controverso. Não se pretende adentrar na histórica discussão entre os marxistas sobre o tema⁸. Neste tópico, apenas se tomará citações⁹ do próprio Marx que parecem apontar para uma crítica radical à teoria quantitativa da moeda como eixo da determinação dos preços das mercadorias.

Com base na teoria quantitativa, os preços seriam definidos pelo valor do ouro (prata), numa alusão à ideia de Ricardo de preço determinado como valor relativo e por sua quantidade disponível. Ricardo, sim, era quantitativista¹⁰. Este é o ponto de partida do próprio Marx (MARX I, 1980, pp.54-79), ao apresentar, de forma evolutiva, já no capítulo I, a “forma simples do valor”, a “forma total ou extensiva do valor” e a “forma geral do valor”, para terminar com a “forma dinheiro do valor”, quando anuncia preço como a quantidade de dinheiro que reflete o valor de

troca das mercadorias, sendo o dinheiro a expressão do valor de troca, representante geral do trabalho abstrato presente em todas as mercadorias, aceito socialmente. Dinheiro é uma forma do valor¹¹.

Assim, dinheiro é uma mercadoria que abandona sua característica de mercadoria valor de uso para se tornar refletor do valor de troca de todas as mercadorias (*ibidem*, pp.76-78). “A forma dinheiro é apenas o reflexo [do valor] que adere uma mercadoria” socialmente escolhida (*ibidem*, p.100), que, na época de Marx, confundia-se com ouro, prata. Essa função do dinheiro de atuar como facilitador das trocas, meio de circulação que surge do processo de troca, seria a primeira aproximação; é uma mercadoria que “presta a função [social] de equivalente universal”, um tipo especial de mercadoria (*ibidem*, p.99), que abandona seu valor de uso como mercadoria para ter seu valor de uso “decorrente de sua função social específica” como dinheiro (*ibidem*, p.100). Nesse processo, esta mercadoria escolhida abandona seu próprio valor (dinheiro não tem valor em si) para tornar-se representante quantitativo do valor de todas as outras

8 Há muitos pontos em comum com Moseley (2016) a leitura que aqui se propõe, embora tenham sido escritos antes do livro dele ser publicado.

9 O autor pede desculpas pelo excesso de citações, mas julga necessário, dada a polêmica que envolve a questão.

10 “O preço alto do ouro, uma prova da desvalorização das notas de banco” de Ricardo, escrito em 1810.

11 Ver Foley (1983).

mercadorias. “O processo de troca dá à mercadoria que se torna em dinheiro, não o valor dela, mas sua forma específica de valor” (*ibidem*, p. 101). Portanto, o dinheiro não tem valor porque o ouro ou a prata tem valor (trabalho); estes já saem “das entranhas da terra como encarnação de todo o trabalho humano” (*ibidem*, p.103) abstrato, como dinheiro em si, não como uma mercadoria como as outras que têm valor de troca, mas como mercadoria que tem o valor de uso de refletir o valor de troca de todas as mercadorias. “O dinheiro [...] [em si] não tem preço” (*ibidem*, p.107).

Marx aprofunda a questão no capítulo III do Livro I. Nesse capítulo, parece construir uma “ontologia do dinheiro”, o que já havia iniciado no capítulo I. No capítulo III, inicia com o dinheiro em sua forma mais simples, meio de circulação, forma histórica que não é particular do capitalismo (*ibidem*, p.130), passando para sua forma como dinheiro de tesouro, reserva de valor, portador de poder sobre a riqueza em abstrato, para chegar à forma mais avançada do dinheiro, prevalente no capitalismo, o dinheiro como meio de pagamento, que extrapola a forma moeda, o dinheiro de crédito. No processo desta construção – o que aqui mais interessa –, Marx parece destruir a teoria quantitativa da moeda como forma de determinação dos preços, mesmo que estes sejam sempre uma quantidade de dinheiro, mas não exclusivamente uma quantidade de moeda. Em sua discussão

no Livro III sobre a determinação dos preços, nem retomará mais o assunto.

A primeira aproximação está no conceito de dinheiro como “meio de circulação”. De início, aponta que “A fim de simplificar pressuporemos sempre que ouro é a mercadoria dinheiro” (*ibidem*, p.105), suposição que logo abandonará. Já de cara afirma: “não é através do dinheiro que as mercadorias se tornam comensuráveis. Ao contrário. Sendo as mercadorias como valores, encarnação do trabalho humano e, por isso, comensuráveis, podem elas, em comum, medir seus valores por intermédio da mesma mercadoria específica transformando esta [...] em dinheiro” (*ibidem*, p.106). [...] O preço é uma forma puramente ideal ou mental. [...] Em sua função de medida do valor tem, por isso, o dinheiro apenas serventia como dinheiro ideal ou figurado” (*ibidem*, p.107). Como medida ideal do valor, o dinheiro nem precisa existir como coisa física, dado que basta ser uma quantidade imaginária, peso fixo que mede o valor de todas as coisas. Aqui, o que importa é a quantidade, peso, e não o valor do metal: “[...] uma variação no valor do ouro não traz prejuízo à sua função de padrão de preços. Por mais que varie o valor do ouro, quantidades determinadas de ouro mantêm entre si a mesma proporção de valor” (*ibidem*, p.110). O ouro, ou qualquer outra mercadoria que viesse a ser escolhida socialmente como dinheiro, deixa sua forma ouro para tornar-se dinheiro. Isso não significa que a variação do

valor do ouro não possa modificar os preços das mercadorias, mas como o preço é uma quantidade física em ouro, sua base em peso é socialmente aceita, regulada por lei, de forma que este nem precisa ser o peso real, mas o peso social, definido por “[...] processos históricos [que] deram origem ao costume de distinguir as designações monetárias das designações correntes dos pesos dos metais” (*ibidem*, p.112). Portanto, seu poder de representação é convencional e pouco influenciado pelo valor do ouro (trabalho) como mercadoria. “Determinado peso do metal continua sendo o padrão do dinheiro metálico” (idem *ibidem*), independente do valor do ouro como mercadoria em si. Portanto, está distante a ideia de que o valor do ouro determinaria os preços como valor relativo ricardiano. Adiante diz Marx: “O próprio curso do dinheiro, ao separar o peso real do peso nominal da moeda, a existência metálica desta de sua existência funcional, traz latente a possibilidade de o dinheiro metálico ser substituído em sua função de moeda por senhas feitas de outro material, por meros símbolos” (*ibidem*, p.139), ou seja, notas.

Esclarecida essa questão, a discussão segue para qual a quantidade de ouro, prata ou notas necessária para a circulação das mercadorias. A análise de Marx passa do dinheiro meio de circulação para o dinheiro reserva de valor e, por fim, meio de pagamento em que está o crédito.

Como meio de circulação, “[...] a forma direta de circulação que estamos observando confronta corporeamente dinheiro e mercadoria, aquele no polo da compra e esta no polo da venda. Por conseguinte, o montante de meios de circulação exigidos pela circulação do mundo das mercadorias já está determinado pela soma dos preços das mercadorias” (*ibidem*, p.130). Portanto, é a somatória dos preços das mercadorias, referenciadas antes por seus valores, que determina a quantidade de meios de circulação necessários. Nesse caso “a elevação ou queda dos preços de certo número de artigos importantes basta para aumentar ou diminuir a soma dos preços de todas as mercadorias a realizar e, em consequência, para lançar mais ou menos dinheiro em circulação”, ideia que se completa no rodapé, ao afirmar que “São as mercadorias que põem o dinheiro em movimento e o fazem circular [...]” (*ibidem*, p. 132) e não o contrário.

O termo até aqui usado é dinheiro, dado que não precisa ser separado da forma moeda, como fará à frente. De qualquer forma, até esse ponto, parece que Marx está de acordo com a teoria quantitativa da moeda no sentido de que a soma dos preços é igual à quantidade de moeda. Mesmo assim adianta: “A observação dos fatos, de um ponto de vista unilateral, sobrevivendo à descoberta de novas minas de ouro e prata, levou, no século XVII e principalmente

no XVIII, à conclusão errônea de que a ascensão dos preços das mercadorias se originava da maior quantidade de ouro e prata na função meio de circulação” (*ibidem*, p.131).

Ao incluir a velocidade de circulação das notas, a quantidade de meios de circulação necessários modifica-se: “a soma dos preços das mercadorias dividida pelo número de movimento das peças de dinheiro do mesmo nome é igual ao montante de dinheiro que funciona como meio de circulação” (*ibidem*, p.133). Ainda está próximo da teoria quantitativa, embora afirme que a velocidade não é constante: “o retardamento do curso do dinheiro [...] reflete a paralisação da metamorfose das mercadorias, do giro social das coisas” (*ibidem*, p.134), uma vez que são as mercadorias que colocam o dinheiro em circulação. Mesmo assim, não é a teoria quantitativa: “os três fatores, o movimento dos preços [valor], a quantidade das mercadorias em circulação e a velocidade do curso do dinheiro podem variar em sentidos diferentes e em proporções diversas” (*ibidem*, p.135).

Mas, em seguida, Marx já adverte que não é o dinheiro que determina os preços, subvertendo a teoria quantitativa, agora com mais uma justificativa. “A ilusão de que os preços das mercadorias são determinados pela quantidade dos meios de circulação [...] é uma ilusão fundamentada, por seus primitivos adeptos, na hipótese absurda de que as mercadorias entram

em circulação sem preço [...]” (*ibidem*, p.137). A discussão do Livro III, que faremos no item três, será como o valor transforma-se em preço, quantidade de dinheiro.

Prossegue Marx, em “A moeda. Os símbolos do valor”, ao separar a forma moeda do dinheiro de suas outras formas (dinheiro de crédito). Mas antes, reforça novamente um ponto importante sobre a moeda ao afirmar que “O peso das peças de prata e cobre é determinado arbitrariamente pela lei. [...] A função monetária delas torna-se de fato totalmente independente de seu peso [real] e, em consequência, de seu valor. [...] Coisas relativamente sem valor, pedaços de papel, podem substituí-lo no exercício da função de moeda. [...] caráter puramente simbólico...”. E adianta: “Aqui aludimos apenas ao papel moeda, o dinheiro de papel do Estado, com curso compulsório. [...] O dinheiro de crédito pressupõe, ao contrário, condições que ainda nos são desconhecidas do ponto de vista da circulação de mercadorias” (*ibidem*, p.141). Assim, já deixa claro que dinheiro não é ouro, nem prata, mas estes assumem a forma dinheiro por questões históricas e sociais em determinada época, o que, para os dias de hoje, é uma afirmação extremamente importante, dado que os metais não têm mais qualquer importância como forma do dinheiro.

Antes da forma crédito, Marx trata do dinheiro de tesouro (reter moeda como riqueza na forma

abstrata – direito e poder em abstrato sobre a riqueza social material, *ibidem*, p.147), o que modifica a quantidade de moeda necessária à circulação. “Para a quantidade de moeda em curso corresponder sempre às necessidades da esfera de circulação, é mister que a quantidade de ouro ou de prata [ou notas] [...] exceda a absorvida na função moeda. Dinheiro sobre a forma tesouro preenche essa condição” (*ibidem*, p.148). No rodapé, aponta que “esse fluxo e refluxo de dinheiro regula-se por si mesmo, sem qualquer ajuda de políticos [...]”, portanto, é endógeno, e não exógeno, como imaginam os quantitativistas. Agora a circulação de mercadoria necessita de mais moedas para realizar seus valores, dado o desejo de tesouro.

No item “Meio de pagamento”, Marx chega então à forma mais moderna e atual do dinheiro, o crédito. “Um vende a mercadoria existente, outro compra como mero representante de dinheiro, ou de dinheiro futuro. O vendedor torna-se credor; o comprador, devedor” (*ibidem*, p.149). “Cessou o aparecimento simultâneo dos equivalentes, mercadoria e dinheiro, nos dois polos de processo de venda”. Dinheiro, aqui, “serve como meio ideal de compra. Embora só exista na promessa do comprador, motiva a transferência da mercadoria” (*ibidem*, p.150). “Mas agora, o meio de pagamento só penetra na circulação depois de a mercadoria ter sido expulsa. O dinheiro já não exerce mais a função de intermediário do processo” (*ibidem*, p.151). O

crédito dissocia a compra de mercadorias da venda de mercadorias; dissocia a oferta agregada da demanda agregada. Compra-se antes de ser criado o valor que dará o poder de pagamento no futuro. Cria-se uma “cadeia de pagamentos sucessivos”, com intervalos entre as diversas datas de pagamentos (*idem ibidem*).

De qualquer forma, o objetivo aqui é destacar que a quantidade de dinheiro como moeda perde total relevância, dado que o dinheiro de crédito – direitos sobre riqueza futura – ocupa esse lugar.

A soma global de dinheiro circulante em determinado período, dada a velocidade do curso dos meios de circulação e de pagamentos, é igual à soma dos preços a realizar das mercadorias mais a soma dos pagamentos vencidos, menos os pagamentos que reciprocamente se compensam, menos as repetições do emprego da mesma moeda como meio de circulação ou meio de pagamento. (*ibidem*, p.153)

Portanto, a quantidade de meios de circulação necessária é apenas “o saldo a pagar” (*ibidem*, p.152) após a compensação das transações realizadas por crédito.

O dinheiro de crédito decorre diretamente da função do dinheiro como meio de pagamento, circulando certificados das dívidas relativas às mercadorias vendidas, com o fim de transferir a outros o direito de exigir o pagamento delas. À medida que se amplia o sistema de crédito,

desenvolve-se a função dinheiro como meio de pagamento. Através dessa função adquire formas próprias de existência [crédito] no domínio das grandes transações, ficando as moedas de ouro e prata [notas] geralmente relegadas para o comércio miúdo. (*ibidem*, p.154)

Dessa forma, com o dinheiro de crédito¹², já no livro I, Marx parece ter superado a teoria quantitativa da moeda. A quantidade de moeda necessária é apenas a diferença que, por ventura, passa a existir entre credores e devedores. Este ajuste é antes feito pelo sistema bancário que negocia as dívidas (títulos de crédito). Demonstra também, e principalmente, que os preços não são determinados nestas relações e desta forma. A determinação dos preços deve, portanto, ser buscada no Livro III, como se fará em seguida. Marx mesmo mostra essa transição no Livro III:

Mostramos anteriormente (livro primeiro, capítulo III, 3b) como surge da circulação simples das mercadorias o dinheiro da função meio de pagamento, estabelecendo-se entre produtores e comerciantes de mercadorias relação de credor e devedor. Com o desenvolvimento do comércio e do modo capitalista de produção [...] amplia-se, generaliza-se e aperfeiçoa-se esse fundamento natural do sistema de crédito. Em regra, o dinheiro serve aí apenas como meio de pagamento, isto é, vende-se a mercadoria trocando-a não por dinheiro, mas por promessa escrita de pagamento em determinado prazo. [...] letras [notas de troca]¹³. Até o dia de vencimento e pagamento circulam por sua vez como meio de pagamento, e constituem o dinheiro genuíno do comércio.

Quando por fim se eliminam pela compensação entre débitos e créditos, [atuam] absolutamente [como] dinheiro, pois não há conversão final em dinheiro [moeda]. [...] o instrumento de circulação, a letra constitui o fundamento do dinheiro de crédito [...] os bilhetes de banco. Estes baseiam-se não na circulação monetária, de metal ou papel emitido pelo Estado, mas na circulação de letras (MARX III, 1980, p.461).

2. Preço e poder de apropriação sobre a riqueza

A análise de Marx, no Livro III, sobre como o valor determina os preços fornece os elementos para se entender a relação preço/poder. A determinação dos preços relaciona-se com o poder dos capitais individuais¹⁴ em sua disputa pelo valor social global. Para tanto, deve-se ir além da determinação dos “preços de produção”, como parece fazer o próprio Marx no capítulo IX do livro III (1980). A definição de preços de produção a partir do valor é uma categoria intermediária entre valor e preço final, início do problema que se desenvolve com a análise da concorrência entre os capitais individuais – que possuem diferentes níveis de produtividade e

12 Foley (1983) já havia alertado para a maior importância dessa forma do dinheiro em Marx na economia capitalista.

13 Devido a problemas de tradução da edição em português, utilizamos termos da versão de O Capital em inglês.

14 Como Marx, utiliza-se aqui o conceito de capital individual para frisar que não são capitalistas individuais (pessoas) e empresas individuais no sentido usual. Esse conceito engloba grandes grupos de controle por relações de propriedade, contratuais, hierárquicas, etc..

“composições do capital”¹⁵ – em sua disputa pelo valor, com diferentes graus de poder e tamanho, o que faz Marx no capítulo X do mesmo livro. A leitura das três partes do Volume IV do Livro III indica, em sequência, essa disputa impulsionada pela concorrência, pela busca por maior produtividade, e que resulta na elevação da composição orgânica do capital (investimento em máquinas e equipamentos), concentração de capital, tendência à queda nas taxas de lucro no capítulo XIII do livro III. Essa sequência conduz à centralização de capital, bem como ao aumento do grau de exploração do trabalho pela queda relativa na participação dos salários na renda e pela criação de “superpopulação relativa”, contratendências à queda na taxa de lucro, explorada nos capítulos XIV e XV do livro III. A disputa sobre o valor está no eixo desses movimentos.

Na sequência de capítulos¹⁶, parece haver uma relação dinâmica entre a formação dos preços de produção, a concorrência (luta por apropriação do valor) e a formação de monopólios e oligopólios (centralização de capital) em reforço às estruturas de poder sobre cadeias de valor. Seria pobre concluir que a transformação do valor em preço de produção termina em preços de equilíbrio com taxas de lucro iguais para todos os capitais. Ao disparar o processo de acumulação ampliada e a guerra da concorrência, não existe preço de equilíbrio ou repouso (*ibidem*, pp.218-219). Como percebeu Shaikh (2006, p.105),

“a noção marxista de competição define um processo e não um estado. Descreve um processo destrutivo e antagônico, não a fantasia de equilíbrio. Por competição entre capitalistas, descreve uma guerra”.

Este processo resulta do movimento dos capitais individuais, uns em busca da apropriação de parcelas crescentes do valor social global criado, outros apenas tentando sobreviver à guerra ou sendo destruídos por ela. A determinação dos preços de produção e a busca em baixar o “valor individual” das mercadorias abaixo de seu “valor de mercado”¹⁷ fazem parte do eixo dessa disputa, dessa guerra que, segundo o próprio Marx, tem a aparência de uma simples mobilidade de capitais, como imaginava Smith, no processo de igualação das taxas de lucro, mas que, analisando-a com mais profundidade,

15 Em termos simples, constitui-se pela relação capital-trabalho como relação técnica e de valor.

16 Mesmo que essa sequência não tenha sido proposta pelo próprio Marx, há em nossa visão uma coerência.

17 Valor de mercado é determinado como quantidade de trabalho social média (ou da maioria) empregada em um segmento, dada a composição orgânica média do capital no segmento (Marx III, 1980, pp.202 e 207).

torna-se uma guerra que destrói capitais individuais, principalmente os mais fracos (menos produtivos), uma vez que o seu resultado “depende da magnitude relativa do capital aplicado [...] que decorre da quantidade de capital empregado...” (MARX III, 1980, pp.184-185). Os maiores capitais individuais com determinada composição de capital, acompanhada de maior produtividade, por simples relação matemática, determinam ou puxam a composição média, o nível tecnológico e o valor de mercado. Os grandes capitais individuais economizam “capital constante com a concentração e a cooperação dos trabalhadores em grande escala” (*ibidem*, p.92), elevando sua taxa de lucro. É a concentração de “mais capital numa só mão [...] que permite economizar capital constante” (*ibidem*, p.98). A centralização de capital – a formação de monopólios e oligopólios – é seu resultado. Trata-se de uma guerra de desiguais na disputa pelo valor global, baseada na relação valor/preço.

“[...]na concorrência, o mínimo ascendente de capital que, com a elevação da produtividade, se torna necessário para a exploração eficaz de uma empresa industrial [assume o seguinte aspecto]: logo que o no ramo industrial se generaliza o emprego de instalações mais custosas, passam a ser dele excluídos os capitais menores”. (*ibidem*, p.301)¹⁸.

Dado que a “mais-valia aparece [para o capitalista] como um excedente do preço de venda

sobre o valor imanente [preço de custo] das mercadorias” (*ibidem*, p.41), pode-se deduzir daí que grupos econômicos com elevado grau de centralização (poder de mercado) podem elevar seus preços ao tentarem se apropriar de mais valor social global. Dessa forma, podem criar pressões inflacionárias. Podem também usar seu poder de mercado para definir preços abaixo do valor de mercado, a fim de eliminar seus concorrentes. Portanto, o mecanismo de preços está vinculado à estratégia do grande capital centralizado, além de, pelo seu tamanho, puxar o valor médio para baixo, uma vez que dentro do capital social global, sua composição de capital é determinante da média, bem como do grau de produtividade. “Para se formar a taxa geral de lucro, o que está em jogo não são apenas as diferentes taxas de lucro, das quais se tiraria a média, mas o peso relativo com que essas diferentes taxas de lucro entram na formação da média” (*ibidem*, p.184).

Para entender o raciocínio, em sua análise da mais-valia e sua transformação em lucro, Marx pensa em termos do capital em geral, no qual

18 A referência na versão de O Capital em inglês é mais clara: “Under competition, the increasing minimum of capital required with the increase in productivity for the successful operation of an independent industrial establishment assumes the following aspect: As soon as the new, more expensive equipment has become universally established, smaller capitals are henceforth excluded from this industry”. (Source: Institute of Marxism-Leninism, USSR, 1959; Publisher: International Publishers, NY, [n.d.]; First Published: 1894; On-Line Version: Marx.org 1996, Marxists.org 1999).

cada capitalista é uma espécie de acionista¹⁹. O conjunto da sociedade cria valor a partir de determinado volume de horas de trabalho em geral, social. O valor daí resultante, dada a tecnologia e o grau de produtividade, poderia ser assim até chamado de PIB – ou valor do produto global, como faz Marx (*ibidem*, p.182) –, formado pelo que Marx denomina de custo social de produção, o tempo em geral (social abstrato) que a sociedade gastou para criar esse valor, que é dado em determinado período e lugar. O valor global é sempre igual à somatória dos preços de produção. Só é possível elevá-lo estendendo-se a jornada de trabalho em horas trabalhadas sobre o mesmo capital fixo, aumentando-se a intensidade do trabalho ou, dada a tecnologia, elevando-se o número de trabalhadores envolvidos no processo de produção (*ibidem*, p.56) para elevar a massa de mais-valia global. Dessa forma, a taxa e a massa globais de mais-valia estão previamente determinadas pelo grau de exploração social do trabalho por todos os capitalistas. O grau de exploração é algo global. Os capitais individuais disputam a mais-valia global; “[...] o lucro se deve à exploração global dos trabalhadores [...]” (*ibidem*, p.193). Portanto, este valor global é o que a sociedade tem para distribuir em determinado tempo e espaço.

O valor novo criado, tempo de trabalho social novo, compõe a renda dos trabalhadores, salários (trabalho pago), e a soma da massa de mais-valia (trabalho excedente). A massa de

mais-valia global é igual à massa de lucros da economia a ser dividida e disputada pelos capitais individuais (*ibidem*, p.197).

Por essa lógica, em dado momento, só existe um valor social global a ser distribuído e a massa de lucros já se encontra dentro dele como resultado do trabalho social aplicado (*ibidem*, p.986). Assim, não há qualquer sentido em pensar o lucro dos capitais individuais como resultado destes venderem seus produtos por um preço superior ao custo social, mesmo que os capitais individuais assim o vejam pela aparência. Está suposto que os trabalhadores, em conjunto, ganham o equivalente ao necessário para sua existência social, que se materializa como “salário real”, poder de compra, menor do que o valor global que criam. Numa exemplificação simples da forma absurda como os capitalistas veem o lucro, se estes em geral determinassem o lucro como um acréscimo de 20% de margem sobre seus custos diretos – todos os capitalistas fazendo o mesmo –, os custos também se elevarão em 20%, considerando o salário real estável, e não haveria lucro. Portanto, não há sentido

19 “Aqui, do ponto de vista dos lucros, os capitalistas são vistos como simples acionistas de uma sociedade anônima em que os lucros se repartem segundo uma percentagem uniforme [...] os dividendos [...] correspondendo a cada capitalista, pela magnitude de capital que cada um colocou no empreendimento, [...] pelo número de ações que possui” (*ibidem*, p.181).

em pensar a determinação dos preços como composta pela taxa de lucro, como simples acréscimo sobre o custo.

Assim, para os trabalhadores, o aumento dos preços das mercadorias, oriundo de um acréscimo do lucro médio, tem de ser anulado por aumento na expressão monetária do capital variável. Na realidade, essa alta nominal e geral de taxa de lucro e do lucro médio acima da percentagem estabelecida pela relação entre a mais-valia real e o capital adiantado não é possível sem acarretar alta dos salários e também dos preços das mercadorias que formam o capital constante. [...] Uma vez que o valor global das mercadorias regula a mais-valia global, e esta o nível de lucro médio, e por consequência a taxa geral de lucro, como lei geral ou tendência que domina as flutuações, então inferimos que a lei do valor rege os preços de produção. (*ibidem*, p.204)

Neste contexto, “Uma vez que os [produtores capitalistas particulares] só se defrontam como possuidores de mercadorias, cada um procura vender sua mercadoria tão caro quanto possível [...]” (*ibidem*, p.1007), aproveitando talvez um excesso de demanda ou ludibriando o comprador com ações que “enfeitiçam” as mercadorias e criam desejos abstratos. Vendendo-as acima do valor, ele está diminuindo a capacidade dos consumidores de comprar outras mercadorias que, para serem vendidas, teriam que ter seus preços diminuídos, ou serem vendidas abaixo do valor (*ibidem*, p. 204). Isso significaria uma

transferência de mais-valia das empresas que tiveram que baixar seus preços para aquela que os elevou, dado que “Ao vender-se uma mercadoria acima ou abaixo do valor, a mais-valia apenas se reparte de maneira diferente” (*ibidem*, p. 47). Se por outro lado, os outros capitais individuais não diminuem seus preços, ocorre uma transferência de renda do conjunto dos trabalhadores aos capitalistas pela queda de seu salário real, o que é uma transferência de uma parte maior do valor social aos capitalistas pela elevação da taxa de mais-valia.

A repartição do valor entre o trabalho e o capital está na proporção entre trabalho necessário (pago) e trabalho excedente (mais-valia). A taxa de mais-valia global é determinada a partir da massa global de salários pagos. Esta repartição, de fato, modifica-se se os salários reais em geral elevarem-se acima da produtividade. Isso significa que houve elevação da participação dos salários no valor global criado e diminuição na taxa de mais-valia.

A elevação da produtividade, pela incorporação de capital fixo mais moderno ou novos métodos de produção e nova tecnologia, aumenta a quantidade de valores de uso produzida e diminui o valor de cada unidade de produto (com o mesmo trabalho social total, custo social, produz-se maior quantidade). Por isso, ganhos de produtividade não elevam o valor global

social produzido em termos de trabalho social necessário (horas trabalhadas)²⁰. O ganho de produtividade atinge os capitais em geral:

[...] a economia de capital constante oriunda do progresso contínuo da indústria tem por característica o seguinte: a elevação da taxa de lucro num ramo industrial deve-se ao desenvolvimento da produtividade em outro ramo. O capitalista aí se beneficia [...] de um ganho que é produto social do trabalho, embora não o seja dos trabalhadores diretamente por ele explorados. (*ibidem*, p.92)

A pressão constante pela elevação da produtividade deve-se ao aumento da taxa de mais-valia relativa (MARX I, 1980, pp.424,463,702), resultado do movimento de conjunto de vários capitais individuais, e à economia de trabalho (MARX III, 1980, p.97), ganho aparente para cada capital individual. A pressão vem da concorrência sobre cada capital individual, “que força o capitalista a produzir as mercadorias o mais barato possível” (*ibidem*, p.96), e pela economia de trabalho quando se investe em equipamentos de melhor tecnologia (*ibidem*, p.298), afinal, “a maquinaria é o meio mais poderoso para aumentar a produtividade do trabalho” (MARX I, 1980, p.459). O resultado beneficia todos os capitalistas, ao diminuir o valor das mercadorias (custo social) e, com isso, o valor da força de trabalho relativamente.

Com a elevação da produtividade, para obter a mesma quantidade de valores de uso necessários à sua existência social (salário real), o trabalhador precisa de menos horas de trabalho, elevando-se o trabalho excedente. Assim, em linguagem não marxista, se o trabalhador tem aumentos salariais reais conforme sua “produtividade”, estaria mantida a taxa de mais-valia e sua participação no valor global criado. Ele compra mais valores de uso sem elevar sua participação no valor total criado. Por outro lado, a elevação dos salários acima da produtividade significa uma diminuição na taxa de mais-valia e um aumento da participação do trabalho no valor global. Por isso, elevações salariais compatíveis com a elevação da produtividade, quando não inferiores, impedem o aumento da participação do trabalho na renda global via salários, a distribuição de renda.

É interessante notar que, apesar de a elevação generalizada nos salários acima da produtividade representar uma queda na taxa de lucro (queda na taxa de mais-valia global), isso não significa, necessariamente, uma queda na massa de lucros globais da economia e nem na massa de mais-valia. Como apontado por Marx

20 A incorporação de capital fixo, se diminuir o tempo de rotação do capital, eleva a massa de mais-valia (*ibidem*, p.162).

e corroborado por Kalecki (1983, cap. 9)²¹, uma elevação dos salários reais leva a uma alteração na composição da demanda e na redistribuição na massa de lucros da economia. Mas, essa, por ser uma lógica macroeconômica, não é perceptível para cada capital individual, que vê na elevação dos salários apenas elevação de custos e, como classe, desejará repassá-los aos preços. Por isso, aumentos nos salários levam as empresas a elevar preços nessa disputa.

Os preços, para Marx, definidos como preços de produção que, no agregado, são iguais à soma dos valores de mercado, são definidos por cada capitalista individual como preços de markup²² pelo acréscimo de um percentual (margem de lucro) sobre os custos pagos (c+v), a taxa média de lucro, ou taxa geral de lucro mínima almejada pelos capitais individuais como acionistas do capital em geral. Isso não significa que a somatória dos preços seja diferente do valor global, mas que cada preço de cada capitalista individual pode diferir do valor das mercadorias que cria individualmente (MARX III, 1980 p.204). Todos os capitais individuais buscariam, em princípio, uma taxa de lucro pelo menos igual ou superior à geral, vendo-a como algo “dado pelo mercado”, aparentemente, para eles, definida em abstrato.

O problema configura-se porque diferentes capitais individuais, mesmo produzindo mercadorias por hipótese relativamente homogêneas,

mas com composições de capital díspares, buscando a mesma taxa de lucro sobre seu custo, chegariam a diferentes preços individuais de produção. Capitais individuais que possuem diferentes níveis de produtividade devido às diferenças tecnológicas – reflexo da relação capital/trabalho em termos de valor ou de sua composição orgânica, “capitais de igual magnitude se repartem de maneira desigual em constante e em variável [...], produzindo montantes desiguais de mais-valia” (*ibidem*, p.169) – teriam que vender suas mercadorias por preços de produção díspares para obterem a mesma taxa de lucro. Aqueles capitais individuais menos produtivos (menos eficientes ou que produzem em piores condições) teriam que vender suas mercadorias por preços mais elevados do que aqueles que têm produtividade maior (*ibidem*, p.178). Isto não teria coerência no mundo real. Assim, a formação de preços não pode terminar no processo de igualação das taxas de lucro, como se encontrassem o equilíbrio. Ao contrário, a disputa começa a partir da definição de preços de produção que igualariam a taxa de lucro entre todos os capitais como parte alíquota de seu capital aplicado.

Para Marx (*ibidem*, pp.201-202), a sobrevivência dos capitais menos produtivos só seria possível

21 Veja também, sobre esse assunto, Possas (1987, p.100).

22 Marx não usa essa nomenclatura. Define o preço de produção como “k+kl’ (preço de custo [c+v] + o produto da taxa média de lucro pelo preço de custo)” (*ibidem*, p.196).

quando a demanda fosse superior à oferta, fazendo com que as empresas mais produtivas, ao acompanharem os valores de mercado mais elevados, vendessem suas mercadorias acima do seu valor individual e tivessem superlucro, o que elevaria ainda mais seu poder de acumulação, concentração e centralização sobre os capitais mais fracos. Por outro lado, quando a oferta é igual ou superior à demanda, os capitais que possuem produtividade inferior não conseguiriam vender suas mercadorias, dado que os preços determinados pelo capital individual mais produtivo (melhores condições) seriam menores. Para sobreviver, os menos produtivos teriam que vender suas mercadorias abaixo do valor individual, às vezes abaixo de seus custos de produção, e a sua sobrevivência depende de conseguirem acompanhar as “revoluções do valor”, investimentos na melhor tecnologia. Nessa situação, capitais individuais quebram e eleva-se a centralização de capital.

A taxa geral de lucro é determinada pela média de lucro em cada ramo, mas também pela repartição de todo o capital pelos diferentes ramos particulares, a qual, mudando sem cessar, constitui a permanente variação na taxa geral de lucros [...] (*ibidem*, p.192). [...] Nessa luta, as perdas se distribuem de maneira bem desigual [...], segundo as vantagens particulares de cada um ou das posições já conquistadas, e desse modo um capital é posto em ociosidade, outro é destruído, um terceiro tem perda somente relativa [...]. (*ibidem*, p.291)

A análise da guerra concorrencial deflagrada por esta diferença de preços está relacionada diretamente à luta dinâmica pela apropriação da mais-valia global, dado que “a conversão de valores em preços de produção não elimina os limites macroeconômicos do lucro, mas apenas altera a repartição entre os diferentes capitais particulares que compõem o capital social” (*ibidem*, p. 986). Os capitais individuais buscam, o tempo todo, abocanhar parcelas crescentes da mais-valia global. Os capitais menos produtivos ou vão à bancarrota, ou buscam a tecnologia mais avançada para garantir sua existência como capital individual. Cada capital individual é permanentemente empurrado para a inovação para sobreviver. Produzir por menor valor do que o de mercado é o elemento impulsionador na guerra por apropriação de partes maiores da mais-valia global e o mecanismo da determinação de preços está em seu centro.

Demais, quem produz mais barato e pode vender mais, apodera-se de parte maior do mercado vendendo abaixo do preço corrente de mercado ou do valor de mercado, assim fará, iniciando a ação que forçará os outros pouco a pouco a introduzirem estilo de produção mais barato e que reduz o trabalho socialmente necessário a quantidade inferior, nova. Quando um lado tem posição predominante, ganham todos que fazem

parte dele; é como se tivessem de tirar partido de um monopólio comum. (*ibidem*, p.219)²³

Portanto, pode-se dizer, a partir da análise de Marx, que não existem preços de equilíbrio e essa ideia é descabida de sentido. Os capitais individuais estão metidos em uma dinâmica concorrencial hierárquica incessante. Disputam o espaço do mercado entre si e buscam, o tempo todo, inovações tecnológicas que lhes garantam uma participação crescente nesse mercado e uma maior parcela da mais-valia global. Buscam a liderança, como diriam os gurus da administração (cf. Porter, 1998).

Vale a pena acrescentar que essa busca tem pouca relação com a oferta e demanda²⁴.

Variações entre elas apenas modificam a forma e a estratégia de cada capital individual em sua busca por apropriação sobre o valor social, como antes apontado. Isso não é contraditório com o fato de que o capital centralizado, diante de seu poder de determinar preços, consiga com isso abocanhar parte maior da mais-valia geral da economia. No caso de os capitalistas mais fracos não conseguirem elevar os preços, dada a taxa de mais valia, a massa de mais-valia seria repartida dos capitais mais fracos para os capitais mais fortes e poderosos.

É interessante notar que o tamanho do mercado não é limitante nessa guerra concorrencial. Cada capitalista individual busca crescer sobre o mercado de seus concorrentes (*market share*) e a capacidade de oferta²⁵ tende a ser sempre

superior à demanda, refletindo-se na possibilidade de superprodução (não faz sentido a ideia de escassez ou restrição de oferta), situação na qual os capitais menores ou mais fracos simplesmente perecem. Cada capital individual procura maior participação no valor excedente criado socialmente, lucro e superlucro, retirando-o dos outros capitais pelo monopólio temporário sobre a inovação.

Nenhum capitalista [...] emprega processo novo de produção [mais produtivo] que diminua sua taxa de lucro, por mais produtivo que seja ou por mais que aumente a taxa de mais-valia. Mas todo o processo novo desse gênero reduz o preço das mercadorias. Por isso, no início vende-as [...] acima do preço de produção e talvez acima do valor. Embolsa a diferença que existe entre seus custos de produção e o preço de mercado das mercadorias concorrentes produzidas a custos mais elevados.[...] Seu processo de produção tem

23 Já no Livro I, Marx (1980, pp.463-464) apontava que para o empresário que sai à frente “a produção mecanizada assume o aspecto de monopólio, os lucros são extraordinariamente altos e o capitalista procura explorar ao máximo essa lua de mel [...]”.

24 “Quando procura e oferta se igualam reciprocamente, cessam de explicar qualquer coisa, não influenciam o valor de mercado e mais do que nunca deixam na obscuridade a questão: por que o valor de mercado se exprime nesta e não noutra soma de dinheiro? Evidentemente as leis internas efetivas da produção capitalista não podem ser explicadas pela interação da procura e da oferta”, mesmo porque “essa coincidência nunca é real, a não ser por mera casualidade”. [...] “A oferta e a procura determinam os preços e os preços determinam a oferta e a procura; a essa confusão acresce que a procura determina a oferta e, inversamente, a oferta, a procura, a produção determina o mercado e o mercado a produção” (MARX III, 1980, pp.214 e 216).

25 As empresas sempre trabalham com capacidade ociosa.

eficácia superior à média social. [...] Quando o novo método de produção começa a difundir-se [...], têm os capitalistas que operam nas condições antigas de produção de vender seu produto abaixo do respectivo preço de produção [...], pois o tempo de trabalho exigido para produzi-la está acima da média social. Em suma – o fenômeno é efeito da concorrência –, eles têm que introduzir também o novo processo que reduz a proporção de capital variável com o constante [o que baixa a taxa de lucro]. (*ibidem*, pp.303-304)

O que interessa ressaltar é o fato de que, na guerra concorrencial, cada capital individual, quanto maior seu poder e tamanho, vê a possibilidade de se apropriar de uma parte maior do valor global criado por meio do mecanismo de preços. A própria inovação tem como fundamento diminuir custos unitários diante de preços mais elevados praticados. Para cada capital individual isoladamente, o modo para ganhar mais toma a aparência de algo que resulta dos preços, de conseguir vender por preços mais elevados do que lhe custa. De fato, diante da forma como são definidos os preços de produção, “a mais-valia toma a feição do excedente do preço de venda sobre o valor imaneente das mercadorias” (*ibidem*, p.47). Todo seu ganho parece, para ele, provir do diferencial de preços.

A permanente elevação da produtividade²⁶, como bem percebeu Schumpeter a partir de Marx, é uma busca por um poder de monopólio pelo menos temporário. Assim, pode-se

dizer que, conforme o capital se concentra e se centraliza, o monopólio temporário pode ser percebido como duradouro. A empresa “líder de preço” (LABINI, 1980, p.109), olhando o mercado de cima, com todas as barreiras que impõe para preservar seu grau de monopólio pode, via preços, garantir parcelas elevadas da mais-valia global.

A pressão inflacionária que se forma torna-se, portanto, algo natural no capitalismo oligopolizado. É o resultado da sensação de poder para elevar preços sem ser acompanhado por outros capitais ou por pressões salariais dos trabalhadores. Se acompanhada pelos outros capitalistas ou pelos salários, o resultado é a elevação generalizada de preços, inflação, caso em que a tentativa de apropriação sobre o valor acaba simplesmente como uma apropriação sobre uma quantidade maior de moeda, que originalmente representaria poder sobre a riqueza social, mas, neste caso, simplesmente significa mais unidades monetárias refletindo o mesmo valor social²⁷, por conta do aumento generalizado de preços.

O preço de monopólio de certas mercadorias apenas transferiria para elas parte do lucro dos outros produtores de mercadorias. Seria pertur-

26 “O impulso para restringir ao mínimo o custo de produção torna-se a mais poderosa alavanca para crescer a produtividade social do trabalho” (*ibidem*, p.1008).

27 Esse fato é o que torna a inflação aparentemente um fenômeno monetário.

bada de maneira indireta e tópica a repartição da mais-valia entre os diferentes ramos de produção, mas não se alteraria o limite da mais-valia mesma. A mercadoria com preço de monopólio, se entrar no consumo dos trabalhadores, fará subir o salário e em consequência reduzirá a mais-valia, caso o trabalhador continue a receber o valor de sua força de trabalho. Poderá reduzir o salário abaixo do valor da força de trabalho, mas somente se o salário estiver acima do limite vital. Neste caso o preço do monopólio seria pago mediante a redução do salário real (da massa de valores de uso que o trabalhador recebe em troca de dada massa de trabalho) e do lucro dos outros capitalistas. (*ibidem*, p.987)

O fato de um capital individual ver sempre seu ganho como resultado do preço elevado que consegue cobrar resulta, necessariamente, em tendência inflacionária. Se tiver poder, possuir controle sobre o mercado ou sobre a cadeia de valor, é líder, sempre tentará elevar o preço toda vez que sentir que é possível apropriar-se de partes crescentes do valor social. E são normalmente as empresas maiores e com melhor tecnologia que fazem com que o valor médio seja determinado, sempre pressionando as outras empresas (*ibidem*, p. 184). Esta parece ser a lógica da pressão sobre preços em um capitalismo concentrado e centralizado, com elevado grau de monopólio ou oligopólio. Quanto maior esse grau, mais forte seria essa pressão, balizada pela estratégia concorrencial das empresas. Vale lembrar ainda que essa lógica descrita é sempre

dinâmica e a guerra é incessante. O capital individual líder deve sempre procurar manter-se na liderança, ou por mecanismos de poder institucionais ou tecnológicos (barreiras à entrada e outros).

A busca incessante por inovação, apontada por Marx como mecanismo desse processo, é fundamental. A produtividade torna-se chave para o capital individual superar seus concorrentes e roubar-lhes mais-valia, conquistar e manter-se na liderança, erguendo barreiras pelo grau de concentração, tamanho, controle sobre mercados e tecnologia, bem como é forma de eliminar seus concorrentes. Esse mecanismo também contribui para baixar a participação do trabalho no valor global, uma vez que o ganho de produtividade eleva a taxa de mais-valia relativa ao baixar relativamente o trabalho social necessário para a existência do trabalhador, sem mesmo ser imprescindível uma queda em seu poder de compra.

Cada capital individual sempre buscará ganhos de produtividade, mesmo se em uma situação de monopólio, porque vê ganhos nos cortes dos custos unitários relativos pela substituição de trabalho vivo por capital constante. Essa estratégia independe de seu poder de controle sobre preços. Ambas as formas – controle de preços e elevação da produtividade – atuam em conjunto para proporcionar uma maior apropriação sobre a riqueza social criada.

As modificações no grau de monopolização são de importância decisiva não só para a distribuição de renda entre trabalhadores e capitalistas, como também [...] para a distribuição de renda entre capitalistas. Assim, o aumento no grau de monopolização motivado pelo crescimento das grandes corporações resulta em uma transferência relativa de renda das outras indústrias para as dominadas por tais corporações. Dessa forma, a renda é redistribuída, passando das pequenas empresas para as grandes empresas (KALECKI, 1983a, p.13).

3. Preços e inflação: um fenômeno muito além do monetário

À primeira vista, a elevação “generalizada” (o que nunca é) de preços não passa de uma quantidade mais elevada de dinheiro que cada agente se apropria e que se tornaria necessária para dar-se em troca de todas as mercadorias. Olhando por este ângulo, seria apenas um fenômeno monetário sem qualquer ligação com a economia real, dado que a troca real continuaria sendo entre mercadorias por seus valores. Por isso, para os teóricos da Teoria Quantitativa da Moeda, bastaria controlar a quantidade da mercadoria numérica (moeda), mantendo-a escassa, para controlar os preços. Elimina-se assim, prudentemente, qualquer relação de conflito ou referência à questão do valor presente no preço, como proposto por Marx.

Essa visão aborda a superfície da questão. Torna-se fácil e útil ideologicamente colocar o problema da elevação dos preços na quantidade de moeda, seu reflexo, como se a imagem refletida fosse o próprio objeto, e independente do objeto refletido, dado no “mercado” por uma abstração de desejos hipotéticos relacionados. Deslocando-se da aparência, diz Marx que, na realidade, o “preço é a designação monetária do trabalho corporificado na mercadoria” (MARX I, 1980, p.114).

O dinheiro tem certa autonomia, o que de fato ajuda a embaralhar as relações, mas este continua sendo imagem, mesmo que distorça o objeto que reflete. “Como forma do valor, o preço ou a forma dinheiro das mercadorias se distingue de sua forma corpórea, real tangível. O preço é a forma puramente ideal ou mental [...], dinheiro é uma forma ideal ou figurada” (*ibidem*, pp.106-107). Mas, como Marx adverte, “embora o dinheiro não seja mais do que uma expressão da circulação de mercadorias, esta aparenta, ao contrário, ser apenas o resultado do movimento do dinheiro” (*ibidem*, p.120). Assim, ajuda a entender como a Teoria Quantitativa vê o problema invertido. É exatamente isso que os monetaristas confundem. Achrom que é o dinheiro que dá existência e valor às mercadorias e não as próprias mercadorias, já carregadas de valor, que determinam a existência e a validade do dinheiro. O dinheiro só existe porque existem mercadorias carregadas de valor para lhe dar

significado. Caso contrário, se não houver mercadorias para representar seu valor – o trabalho social nelas incorporado – na forma dinheiro, este não passaria de “papel pintado”. Por isso o dinheiro em si não tem valor, possui apenas valor de uso, que é representar o trabalho abstrato social criado, incorporado às mercadorias.

Indo um pouco mais além, o dinheiro não é como qualquer mercadoria. Tomou a forma de uma mercadoria escolhida socialmente que abandonou sua forma original para tornar-se apenas representante do valor universal do trabalho social. Hoje é fácil ver que a mercadoria-moeda (ouro, por exemplo), uma forma do dinheiro, foi há tempos substituída por um simulacro, foi substituída “em sua função de moeda por senhas feitas de outro material, por meros símbolos”. Isso demonstra claramente que o valor metálico do dinheiro, ou ele enquanto mercadoria em si, não tem qualquer relação com sua função dinheiro.

O dinheiro de crédito, percebido como um problema para a teoria quantitativa da moeda por Wicksell (1986, p.175), joga ainda mais dúvidas sobre a lógica quantitativista. Crédito é uma forma de meio de pagamento que não deve sua existência a nenhuma forma de dinheiro físico em papel ou outra. O dinheiro de crédito torna-se, no capitalismo moderno, a mais importante forma de meio de pagamento, monopólio do

sistema financeiro, onde está concentrado, e que, por isso, disputa a mais-valia global pela taxa de juros.

Portanto, parece claro que não é prudente fixar-se na aparência da coisa e abandonar o conjunto de relações em que o objeto realmente ganha algum significado. A determinação dos preços não pode estar relacionada à quantidade de moeda. Isso não modifica a ideia de que quando se tem inflação, é necessária a elevação da quantidade de dinheiro para a realização da troca, como resultado.

A questão torna-se, então, entender a origem da pressão sobre os preços e não explicar esse processo pelo seu resultado. Pensar a inflação como simplesmente elevação generalizada de preços em que todos os agentes tomam a decisão em simultâneo, nenhum deles se sobrepondo aos outros, com poderes idênticos sobre a riqueza, só pode ter coerência para uma hipótese em abstrato de concorrência perfeita num mundo onde todos são iguais. Se de fato todos os agentes tivessem o mesmo grau de poder, a única explicação lógica para a elevação de preços seria a elevação da demanda para uma oferta rígida determinada pelo mercado de trabalho, com estruturas produtivas onde os custos marginais são crescentes.

Na economia capitalista, as relações de poder são, não apenas desiguais na origem entre

capital e trabalho, mas crescentemente desiguais entre os próprios capitais individuais. Esse fato, em conjunto com a imagem distorcida de que dinheiro em si é a verdadeira riqueza e não um representante refletor dela, leva todos a lutarem por apropriações sobre ela na forma monetária. As relações de poder indicam quem sairá vitorioso nesta disputa. O ato de elevar preços é, em sua forma mais simples, um desejo de apropriação sobre o dinheiro com a perspectiva óbvia de que isso significaria um poder de comando maior sobre a riqueza social. E de fato assim se materializa quando aquele que elevou seus preços detém poder econômico e apropria-se de parte maior do trabalho abstrato social criado. A hipótese aqui desenvolvida é de que esse mecanismo importante deve ser levado em consideração, uma vez que mantém permanentemente uma pressão sobre os preços.

A questão está em que medida os trabalhadores e outros capitalistas mais fracos conseguem acompanhar a elevação de preços realizada pelo capital concentrado e centralizado. Acrescenta-se a isso o poder do Estado em permitir esse acerto de preços por parte dos menos favorecidos (via legislação trabalhista) ou em impedir a acumulação da mais-valia criada nas mãos de poucos, utilizando-se de políticas fiscais, ou, ao contrário, impedindo reajustes salariais em favor dos capitalistas. Diante do grau de poder do

grande capital em sua definição de preços por markup, esse mecanismo pode, de fato, pressionar os preços. Diante do poder dos oligopólios ou monopólios, qualquer tentativa de redistribuir o valor social global vê-se questionada por esse poder. “Os preços [refletem] os efeitos dos conflitos para a acumulação de capital” (AGLIETTA, 1990, p.139).

Em economias com elevado grau de centralização de capital, parece ser muito difícil esperar uma distribuição da riqueza via elevação dos salários reais acima da produtividade ou via políticas fiscais distributivas. O grande capital quase sempre consegue, pelo menos em parte, neutralizar essa distribuição ajustando preços. Essa guerra é muito mais feroz em economias periféricas dominadas pelo grande capital multinacional, estruturado mundialmente em oligopólios. Nessas economias, as históricas pressões inflacionárias revelam a dificuldade de se impor qualquer regulação a esse conflito distributivo. Ao contrário, só se aceitam políticas para proteção dos lucros, justificadas como necessária à continuidade da acumulação.

Como é possível pensar em desenvolvimento econômico com distribuição da riqueza em uma economia regida por grandes grupos econômicos controlando as cadeias de valor? Parece que, em economias periféricas, a disputa sobre o valor social via ajustes de preços estará sempre

presente. Mais, a teoria econômica ortodoxa que se esconde no chamado “risco inflacionário” viabiliza políticas econômicas distributivas perversas em favor do grande capital. Além disso, promove a queda nos preços via políticas recessivas que contribuem para eliminar os capitais mais fracos e elevar a centralização de capital, portanto, o poder dos capitais mais fortes.

Bibliografia

- AGLIETTA, M.A. *violência da moeda*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- FOLEY, D. K. “On Marxist theory of money”, *Social Concept* 1(1), pp. 5-19, 1983.
- KALECKI, M. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- _____. *Teoria de Dinâmica Econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1983a.
- LABINI, S. *Oligopólio e Progresso Técnico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.
- MANKIWI, G. “The reincarnation of Keynesian Economics.”, *Working Paper* nº3885, NBR Working Papers Series. Cambridge-MA: National Bureau of Economic Research, 1991.
- MANKIWI, G. “The macroeconomist as scientist and engineer.”, *Working Paper* nº 12349, NBR Working Papers Series. Cambridge-MA: National Bureau of Economic Research, 2005. http://www.nber.org/papers/w12349.pdf?new_window=1
- MARX, K. *O Capital: para crítica à economia política*. Livros I, II e III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOSELEY, F. *Money and Totality: A Macro-Monetary Interpretation of Marx’s Logic in Capital and the End of the “Transformation Problem”*. Historical Materialism book series. Leiden/Boston: Brill, 2016.
- PORTER, M. *Competitive Advantage: creating and sustaining superior performance*. New York/London: Free Press/ClierMilan, 1998.
- POSSAS, M.L. *Dinâmica da Economia Capitalista: uma abordagem teórica*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- SAWAYA, R. *Dependência e Subordinação: capital transnacional nas estruturas do Estado*, 2016. Disponível em <https://s3.amazonaws.com/acadex.articles/Articles/56d8776f7e2b5205253a6b82-fileIdentified.pdf>
- _____. “Ortodoxia e desenvolvimento: inflação e mito.” In: LACERDA, A.C. (org.). *Desenvolvimento Brasileiro em Debate*. São Paulo: Blucher/PUCSP, 2017.
- SCHUMPETER, J.A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SHAIKH, A. *Valor, acumulación y crisis*. Buenos Aires: Ediciones 191, 2006.
- SMITH, A.A. *Riqueza das Nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- WICKSELL, K. *Lições de Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

FLÁVIO MIRANDA

TEORIA DO VALOR E MERCADO MUNDIAL EM MARX
DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E DOMINAÇÃO
INTERNACIONAL

Recebido em 10/2016

Aprovado em 02/2017

TEORIA DO VALOR E MERCADO MUNDIAL EM MARX - DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E DOMINAÇÃO INTERNACIONAL

Resumo

Agumentamos que a transferência de mais-valor corresponde à essência das relações intercapitalistas no mercado mundial e buscamos na análise da concorrência realizada por Marx, no escopo de O capital, pistas para compreendê-la. Avaliamos que a transferência de mais-valor consoma-se em uma relação internacional de dominação/subordinação entre países que se inserem de modo diverso no mercado mundial. Como todas as tendências gerais do capital, esta relação internacional de dominação/subordinação tende a reproduzir-se em escala ampliada, o que responde em grande medida pela forma necessariamente desigual do desenvolvimento do modo de produção capitalista no mercado mundial, isto é, pelo modo necessariamente desigual de efetivação de suas tendências gerais sintetizadas na lei do valor. Por fim, esboçamos alguns pontos que devem ser desenvolvidos para a compreensão dos fluxos internacionais do mais-valor e de suas consequências.

Palavras-chave: Lei do valor; mercado mundial; desenvolvimento desigual; dominação internacional

Abstract

We argue that the surplus value transference is the essence of intercapitalist relations in the world market and we try to grasp it through Marx'

FLÁVIO MIRANDA

Professor de Economia Política
e História do Pensamento
Econômico no IM-UFRRJ.

analysis of competition in Capital. We conclude that the transference of surplus value comes to being in an international relation of domination/subordination among countries that are insert differently in the world market. As all general tendencies of capital, this international relation of domination/subordination tends to amplified reproduction, what is in great measure responsible for the unequal development of capitalist mode of production in the world market, in another words, for the necessarily unequal mode of realization of its general tendencies synthesized in the law of value. At last, we sketch some points to be developed to the analysis of the international flows of surplus value and its consequences.

Keywords: Law of value; world market; unequal development; international domination

Introdução

Como se sabe, não foram poucas as questões relativas à processualidade do valor que deixaram de ser tratadas em O capital ou, para dizer melhor, no que do livro pôde chegar às nossas mãos graças ao notável esforço de Friedrich Engels. Os diversos planos de redação da obra como um todo revelam que as questões relativas ao mercado mundial não apenas se encontravam na órbita dos interesses de Marx (como

não poderia deixar de ser), como constituíam objetos de sua análise da forma especificamente capitalista da riqueza, qual seja, do valor¹. No entanto, o exame dos manuscritos que serviram de base para a publicação do livro III da referida obra mostra que nosso autor chegara à conclusão de que não teria condições de alcançar este domínio em seu escopo. É precisamente isso o que Marx afirma na seguinte passagem – livre das alterações de Engels, conforme transcrição de Michael Heinrich:

“O fenômeno analisado neste § requer para seu pleno desenvolvimento” o sistema de crédito e a competição no mercado mundial... Essas formas mais definitivas da produção capitalista podem 1) apenas ser apresentadas, contudo, após ter-se entendido a natureza geral do capital, e 2) elas não estão contidas no escopo deste trabalho e pertencem a sua eventual continuação. (MARX apud: HEINRICH, 1997, p. 462)

¹ Como argumenta Rosdolsky: “[...] no que diz respeito à modificação dos planos, devemos estabelecer uma distinção entre os livros primeiro, segundo e terceiro originais, e os livros quarto [‘Sobre o Estado’], quinto [‘Sobre o comércio exterior’] e sexto [‘Sobre o mercado mundial e as crises’]. Embora os temas previstos para constar destes últimos não tenham sido incorporados à estrutura posterior, parece que eles não chegaram a ser propriamente ‘abandonados’, permanecendo à espera de um ‘desdobramento eventual’ da obra. Mas, como esses temas só são abordados ocasionalmente em O capital, parece justificar-se o que se convencionou chamar a ‘teoria das lacunas’ [...]” (ROSDOLSKY, 2001, p. 37).

A elucidação da “natureza geral do capital”, portanto, eis o objetivo de *O capital*². Exatamente por ser este o caso, no entanto, tal análise pressupõe a efetividade mundial do processo de valorização do valor, isto é, do capital. Dizemos isso porque, como reconhece Marx, o modo de produção capitalista não apenas parte do mercado mundial³, como o capital, enquanto sujeito automático autoexpansivo, não pode caber em qualquer fronteira nacional⁴.

A compreensão deste ponto exige uma breve nota metodológica. Se, como entendemos, o sentido geral de *O capital* corre de considerações fundamentais sobre a sociabilidade do valor em alto grau de abstração, e simplicidade, para suas formas mais concretas, e complexamente determinadas, trata-se de tomar as tendências gerais aí descobertas e com elas seguir adiante. Isto é, de seguir o que Marx denominou certa vez de “modo de exposição”. O que só se pode levar a cabo, aliás, com o acompanhamento indispensável de um rigoroso “modo de investigação”.

O que nos toca, portanto, é analisar os determinantes essenciais do movimento internacional do valor, isto é, do capital. Não pretendemos, nem mesmo de longe, esgotar a questão, mas apontar para um caminho que nos parece profícuo. A operação internacional do valor determina diferenciais no desenvolvimento econômico geral. Isso significa que a compreensão

desse movimento é condição para a análise do desenvolvimento desigual do modo de produção capitalista no mercado mundial. Parece-nos evidente que, em se tratando das distintas aptidões para a efetivação de determinadas tendências históricas que se impõem como necessidades incontornáveis, por indivíduos imersos em contextos sócio-históricos absolutamente distintos e que determinam de maneira complexa, por sua vez, formas particulares de disputas entre as classes sociais em cada caso, seria impossível oferecer um tratamento exaustivo à questão. Ou seja, uma análise das tendências gerais relativas à desigualdade do desenvolvimento nunca pode ser capaz de explicar completamente cada caso singular. De acordo com Marx: “A dificuldade consiste simplesmente na compreensão geral dessas contradições. Tão logo são especificadas, são explicadas” (MARX, 2011, p. 63).

No entanto, isso não significa, de maneira nenhuma, que não possamos identificar tendências gerais que apontem para essa desigualdade necessária (neste artigo, ocupamo-nos apenas das tendências estritamente econômicas), consubstanciada em formas particulares de inserção no mercado mundial. Portanto,

2 Como o próprio autor anuncia no Prefácio da primeira edição da obra (MARX, 2013, p. 78).

3 “O comércio e o mercado mundiais inauguram, no século XVI, a história moderna do capital” (*ibidem*, p. 223).

4 “A tendência de criar o Mercado mundial está imediatamente dada no próprio conceito do capital” (MARX, 2011, p. 332).

essa, digamos, “lei geral do mercado mundial”, como qualquer legalidade, não pode ser senão uma lei de tendência. Trata-se da identificação de um mecanismo causal, transempírico, que atua em conjunto com outros mecanismos, dos quais emanam forças que apontam nas mais diversas direções⁵. Assim sendo, a identificação de uma tendência não garante, de forma alguma, a ocorrência efetiva do fenômeno a ela associado. A propósito, discorrendo sobre a lei geral da acumulação capitalista, assevera Marx: “Como todas as outras leis, ela é modificada, em sua aplicação, por múltiplas circunstâncias, cuja análise não cabe realizar aqui” (MARX, 2013, p. 720).

Argumentaremos abaixo que a transferência de mais-valor corresponde à essência das relações intercapitalistas no mercado mundial e buscamos na análise da concorrência realizada por Marx, no escopo de *O capital*, pistas para compreendê-la. Avaliamos que a transferência de mais-valor consuma-se em uma relação internacional de dominação/subordinação entre países que se inserem de modo diverso no mercado mundial. Como todas as tendências gerais do capital, esta relação internacional de dominação/subordinação tende a reproduzir-se em escala ampliada, o que responde em grande medida pela forma necessariamente desigual do desenvolvimento do modo de produção

capitalista no mercado mundial, isto é, pelo modo necessariamente desigual de efetivação de suas tendências gerais sintetizadas na lei do valor.

○ “caso clássico” e os casos não-clássicos do desenvolvimento capitalista

Já dissemos que Marx não trata do modo de produção capitalista no nível de abstração das determinações postas pela interação entre distintos capitais nacionais no mercado mundial. Recordemo-nos, também, que a necessidade de se compreender o movimento real do modo de produção capitalista vis-à-vis a impossibilidade de isolamento, em laboratório, de suas determinações essenciais, a fim de observá-las livre de perturbações, impõe a Marx, em *O capital*, o recurso à análise do “caso clássico” de seu desenvolvimento (MARX, 2013, p. 78). Por conseguinte, se o objetivo da obra é investigar “o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e de circulação”, Marx é consequente ao tomar a Inglaterra por “ilustração principal à minha exposição teórica”, uma vez que o país corresponde à “[s]ua localização clássica até o momento” (idem *ibidem*).

Não obstante, se ao seguir o caminho da concreção da análise de *O capital* para além de seu

5 Sobre o caráter das leis científicas de Marx, veja-se Prado (2009; 2014).

escopo, desemboca-se na relação dialética entre mercados nacionais e mercado mundial⁶, podemos colocar esta questão nos termos da relação entre o “caso clássico” e os casos não-clássicos do desenvolvimento da sociedade burguesa.

Isto é, da maneira pela qual as tendências gerais descobertas, tomando-se por ilustração o “caso clássico”, apresentam-se, em maior complexidade, no mercado mundial, condicionando a forma da relação entre distintos capitais, baseados em distintos espaços nacionais.

Devemos partir, então, da compreensão do significado de “classicidade” em Marx e, adicionalmente, de seu oposto. Para tanto, recordemos que desenvolvimento para o autor diz respeito ao aumento de complexidade como resultado do movimento de objetos estruturados, como o ser social⁷. Desta forma, no caso do modo de produção capitalista, como anota Carcanholo, “a noção de desenvolvimento significa o desenrolar contraditório, dialético, das leis de tendência desse modo de produção” (CARCANHOLO, 2013, p. 193). Em outras palavras, refere-se à afirmação desta forma de sociabilidade. Para Marx, o “caso clássico” é aquele no qual, em determinada etapa histórica, “essas leis gerais puderam se explicitar ao máximo grau, não turvadas por componentes estranhos” (LUKÁCS, 2012, p. 376).

Atendo-nos ao objeto de *O capital*⁸, o desenvolvimento clássico do capitalismo teve lugar quando uma complexa interação das forças internas à sociedade inglesa pôs o modo de produção capitalista como realização casual (isto é, contingente) de possibilidades concretas⁹. Nesse sentido, esse desenvolvimento prescindiu “da intervenção de uma violência externa” (*ibidem*, p. 377). Com isso, não se quer dizer que o mesmo não tenha sido permeado por atos extremamente violentos; no entanto, seguindo uma vez mais Lukács, há “[...] uma diferença qualitativa entre o caso no qual a violência é um momento, é órgão executivo do desenvolvimento direto

6 Em comentário à obra do protecionista estadunidense Carey, diz Marx: “Todas as relações que lhe parecem harmônicas no interior de determinadas fronteiras nacionais ou, inclusive, na forma abstrata de relações universais da sociedade (...), parecem-lhe desarmônicas ali onde se apresentam em sua forma mais desenvolvida - em sua forma de mercado mundial (...). O que Carey não compreende é que essas desarmonias do mercado mundial são unicamente as expressões adequadas últimas das desarmonias que [são] fixadas nas categorias econômicas como relações fixas ou que têm uma existência local em menor escala” (Marx, 2011, p. 30, adendo do editor)”.

7 Sobre a noção de desenvolvimento em Marx, a monumental *Para uma ontologia do ser social*, de Lukács, é referência obrigatória (2012). Para uma competente crítica da noção corriqueira, burguesa, de desenvolvimento com base na teoria marxiana, veja-se Bonente (2016).

8 Engels, por exemplo, discute a forma clássica da formação do Estado, identificando-a em *Origem da família, da propriedade privada e do Estado na emergência e “desenvolvimento da pólis antiga”* em Atenas (LUKÁCS, 2012, pp. 376-377).

9 Com Lukács: “No momento em que usamos o termo ‘casualmente’, devemos mais uma vez recordar o caráter dessa categoria: um caráter ontológico, objetivo e determinado em sentido rigorosamente causal. Como a presença da casualidade resulta sobretudo da natureza heterogênea das relações entre complexos sociais, só post festum é possível entender como rigorosamente fundado, como necessário e racional, o modo pelo qual ela se torna válida” (*ibidem*, p. 376).

das forças econômicas, e aquele no qual ela cria condições inteiramente novas para a economia [...]” (*ibidem*, pp. 377-378).

No Livro I de *O capital*, Marx analisa momentos de violência extraeconômica absolutamente necessários para a emergência do modo de produção capitalista. Nesse tocante, apenas “na Inglaterra, e por isso tomamos esse país como exemplo, tal expropriação se apresenta em sua forma clássica” (MARX, 2013, p. 788). Isto é, apenas nesse país a violência extraeconômica apresentou-se como um “órgão executivo do desenvolvimento direto das forças econômicas” burguesas¹⁰. No entanto, como complementa alguns anos depois, na edição francesa de *O capital*: “[...] todos os outros países da Europa ocidental percorreram o mesmo caminho, ainda que, segundo o meio, ele mude de coloração local, ou se restrinja a um círculo mais estreito, ou apresente um caráter menos pronunciado, ou siga uma ordem de sucessão diferente” (*idem ibidem*).

Simetricamente, nos países de desenvolvimento capitalista não-clássico, a forma burguesa de sociabilidade só se pode afirmar pela conquista externa. Isto é, como subproduto da expansão do capitalismo “clássico”. Nesses casos, apenas a dominação estrangeira, sempre barbaramente violenta, poderia ter forjado as novas condições de produção e distribuição. Trata-se, portanto, de um tipo de relação que subordina e, como

veremos, reproduz, de modo contínuo e ampliado, essa subordinação. Ademais, o abertamente provocativo “De te fabula narratur[A fábula refere-se a ti]”, que Marx lança aos leitores alemães no Prefácio da primeira edição de *O capital*, também se aplica nestes casos (*ibidem*, p. 78). Afinal: “Não se trata do grau maior ou menor de desenvolvimento dos antagonismos sociais decorrentes das leis naturais da produção capitalista. Trata-se dessas próprias leis, dessas tendências que atuam e se impõem com férrea necessidade” (*idem ibidem*).

Concorrência e transferência internacional de mais-valor

O que importa aqui é compreender o sentido econômico da relação estabelecida entre países que se inserem de forma distinta no mercado mundial, isto é, como as condições econômicas de uns e outros condicionam-se reciprocamente. O mercado mundial, diz Marx, “[...] não é só o mercado interno na relação com todos os mercados estrangeiros existentes fora dele, mas é simultaneamente o [mercado] interno de todos os mercados estrangeiros como partes integrantes, por sua vez, do mercado nacional” (MARX, 2011, p. 219, adendo do editor). Nesse

10 Além disso, no seio do modo de produção burguês: “A violência extraeconômica, direta, continua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, é possível confiar o trabalhador às ‘leis naturais da produção’, isto é, à dependência em que ele mesmo se encontra em relação ao capital, dependência que tem origem nas próprias condições de produção e que por elas é garantida e perpetuada” (MARX, 2013, pp. 808-809).

sentido, nele resplandecem os diferentes graus de desenvolvimento nas forças produtivas em diferentes nações.

Veremos que o modo como opera a lei do valor no mercado mundial determina uma forma específica de relações internacionais. Como se sabe, é na interação entre capitais distintos que as tendências imanentes ao modo de produção capitalista aparecem para cada capital individual “como uma coerção imposta por capital alheio[...]” (*ibidem*, p. 338; grifo do autor). Essa complexa inter-relação entre os diversos capitais existentes Marx chama de concorrência. Em suas palavras:

Conceitualmente, a concorrência nada mais é do que a *natureza interna do capital*, sua determinação essencial, que se manifesta e se realiza como ação recíproca dos vários capitais uns sobre os outros, a tendência interna como necessidade externa [...]. O capital existe e só pode existir como muitos capitais e, conseqüentemente, a sua autodeterminação aparece como ação recíproca desses capitais uns sobre os outros. (idem *ibidem*; grifos do autor)

Se no mercado mundial os capitais distintos interagem (com o perdão da redundância) mundialmente, é nos marcos da concorrência que devemos desenvolver este tema¹¹. Trabalhar a questão da concorrência significa, ademais, romper o nível de abstração do “capital em geral”¹², tal qual faz Marx a partir da Seção II do Livro III de *O capital* e, pontualmente, para

demonstrar o aumento da produtividade como tendência imanente ao capital, nos capítulos X e XXIII do Livro I. Resulta a análise da separação entre produção e apropriação do mais-valor para cada capital singular. Isto é, um capital não necessariamente se apropria de todo o mais-valor criado por ele mesmo ou, por outro lado, pode apropriar-se de quantia de mais-valor maior do que ele próprio produziu. O ponto, portanto, é o da transferência intercapitalista do mais-valor. Como aponta em breve nota ao final do *Grundrisse*:

Tendo em vista que o lucro pode ser inferior ao mais-valor, ou seja, que o capital [pode] trocar-se lucrativamente sem se valorizar no sentido

11 Notemos que a forma como Marx compreende o conceito de desenvolvimento clássico prescinde de julgamento de valor. Isto é, trata-se da afirmação das leis imanentes ao modo de produção capitalista, não da postulação de um caso “melhor” diante dos outros, “piores”. Assim, como aponta Lukács: “Como medida de valor, portanto, a oposição entre clássico e não clássico não tem muita serventia” (LUKÁCS, 2012, p. 378). Na mesma linha, a análise desta relação deve antes focar seus determinantes objetivos. Por conta disso, rejeitamos aqui tratá-la, a priori, por “relação de dependência”, como se convencionou a partir do referencial da Teoria Marxista da Dependência. Em nossa opinião, antes de se compreender o movimento geral do valor no mercado mundial, qualquer tentativa de tipificar valorativamente, em categorias particulares, as nações segundo determinações econômicas (centrais e periféricas; dependentes e independentes etc.) é mero postulado. Avaliações éticas sobre relações sociais devem partir da análise objetiva de seus condicionantes, isto é, da descrição teórica de seu movimento. Acreditamos que apenas assim se possa fundamentar uma moral revolucionária imune à cooptação por um moralismo conceitualmente vazio e potencialmente reacionário.

12 Como esclarece Marx: “só é possível uma análise científica da concorrência depois que se apreende a natureza interna do capital, assim como o movimento aparente dos corpos celestes só pode ser compreendido por quem conhece seu movimento real, apesar de sensorialmente imperceptível” (MARX, 2013, p. 391).

estrito, segue-se que não só os capitalistas individuais, mas também as nações podem trocar continuamente entre si, e repetir continuamente a troca em escala sempre crescente, sem que por isso precisem ganhar de modo uniforme. Uma pode apropriar-se continuamente de uma parte do trabalho excedente da outra, pelo qual nada dá em troca, só que nesse caso a medida não é como na troca entre capitalista e trabalhador (MARX, 2011, p. 747, adendo do editor).

Analisando unicamente o capital industrial¹³, Marx identifica duas formas essenciais de transferência de mais-valor: na concorrência entre capitais em um mesmo ramo; e entre capitais em distintos ramos de produção. Começamos pelo último caso.

A Seção final do Livro I de *O capital* sugere a categoria composição orgânica (composição em valor do capital - relação entre capital constante e capital variável - determinada por sua composição técnica - relação entre meios de produção e força de trabalho -, isto é, pela produtividade do trabalho) para se pensar os efeitos fundamentais da evolução das forças produtivas na produção capitalista. Sem esta categoria, não é possível compreender a transferência de mais-valor na concorrência entre capitais em ramos de produção distintos.

A pedra fundamental aqui é a tendência à formação de uma taxa média de lucro, uma vez que os capitais, por via de regra e desconsiderando-se as restrições que se lhe interpõem,

tendem a migrar para os ramos que oferecem taxas de lucro maiores¹⁴. Se não fosse assim, dadas as diferenças nas composições orgânicas e nos tempos de rotação que vigoram entre os ramos distintos¹⁵ (para dada taxa de mais-valor), as taxas de lucro nos diferentes ramos seriam profundamente desiguais (MARX, 2008, pp. 202-203). Não obstante:

[...] não há a menor dúvida de que, na realidade, excluídas diferenças não essenciais, fortuitas e que se compensam, não existe diversidade nas taxas médias de lucro relativas aos diferentes

13 A propósito, uma abstração real: uma vez que não se pode apropriar de algo que não existe, a apropriação de mais-valor por capitais que não o produzem diretamente pressupõe o processo de produção e circulação do mais-valor.

14 Como vimos, uma vez que a formação da taxa geral de lucro corresponde a uma tendência, ela se afirma através de inúmeros desvios. Assim: “Dentro de cada ramo particular de produção, ocorrem variações, desvios da taxa geral de lucro, que não a influenciam porque se compensam em determinado decurso de tempo ou porque são anuladas por outras flutuações simultâneas no próprio ramo” (MARX, 2008, p. 223). Ademais: “Em cada ramo, é maior ou menor a amplitude dada de tempo em que a correspondente taxa de lucro flutua antes de chegar à fase em que essa flutuação, através de ascensões e quedas, se consolida em tendência que demore o bastante para influenciar a taxa geral de lucro e atingir, assim, significação que ultrapasse os limites do ramo” (idem *ibidem*).

15 Segundo Marx: “Os diversos capitais individuais que se aplicam num determinado ramo da produção têm composições mais ou menos distintas entre si. A média de suas composições individuais nos dá a composição total desse ramo da produção” (MARX, 2013, p. 689). Analogamente: “Abstraindo das contingências individuais, que podem acelerar ou encurtar o tempo de rotação para um capital individual, o tempo de rotação dos capitais é distinto de acordo com suas diferentes esferas de investimento” (MARX, 2014, p. 237). Ainda que consideremos desvios nos tempos de rotação em um mesmo ramo, podemos considerar que os mesmos convergem para um respectivo tempo de rotação médio, uma vez que as diferenças devem ser mais ou menos compensadas

ramos industriais, nem poderia existir, sem pôr abaixo todo o sistema de produção capitalista (*ibidem*, p. 203).

A concorrência, portanto, iguala as taxas de lucro distintas que vigorariam nos diferentes ramos de produção “numa taxa geral de lucro, que é a média de todas elas” (*ibidem*, p. 211). Na prática, a tendência à uniformização da taxa de lucro significa que os capitais cobram participação no mais-valor socialmente produzido segundo seu tamanho, não de acordo com o mais-valor gerado nos respectivos ramos de produção. Por exemplo, dois ramos de produção nos quais se aplicam os mesmos montantes de capital, que possuem iguais tempos de rotação e taxas de mais-valor, mas com composições muito distintas, apropriar-se-iam da mesma parcela do mais-valor socialmente produzido. Isso se expressaria na identidade entre os preços de produção¹⁶ vigentes nesses dois ramos.

Portanto, os ramos de composições orgânicas superiores apresentam diferenciais positivos entre o preço de produção e o valor das mercadorias produzidas em cada um deles, o que é compensado pelo desvio negativo, nesse mesmo quesito, nos ramos de composições orgânicas inferiores. Em cada ramo, lucro e mais-valor são magnitudes absolutamente distintas, isto é, “na figura transmutada de lucro, a mais-valia encobre sua origem, perde seu caráter, torna-se irreconhecível” (*ibidem*, p. 221). Apenas na

eventualidade de que um ramo possua composição orgânica exatamente igual à média social, lucro e mais-valor por ele produzido coincidiriam¹⁷. Em suma:

[...] do ponto de vista do lucro, os capitalistas são vistos como simples acionistas de uma sociedade anônima em que os dividendos se repartem segundo percentagem uniforme, só se distinguindo os dividendos correspondentes a cada capitalista pela magnitude do capital que cada um colocou no empreendimento comum, pela participação percentual que tem na empresa, pelo número de ações que possui. (*ibidem*, p. 212)

Com relação à transferência do mais-valor no interior de um ramo de produção, uma vez que é a média social, o tempo de trabalho socialmente necessário que determina o valor de mercado¹⁸, os capitais mais produtivos (isto é, que produzem em menor tempo e, portanto,

16 “O preço de produção da mercadoria é [...] igual ao preço de custo mais o lucro que percentualmente se lhe acrescenta correspondente à taxa geral de lucro, ou igual ao preço de custo mais o lucro médio” (MARX, 2008, p. 210). O preço de custo, por sua vez, corresponde à parte produtivamente consumida do capital constante em um determinado período e ao capital variável necessário para mobilizar a força de trabalho necessária.

17 Poder-se-ia pensar, portanto, que a categoria preço de produção aparentemente nega a lei do valor. No entanto: “Uma vez que o valor global das mercadorias regula a mais-valia global, e esta, o nível do lucro médio e por consequência a taxa geral de lucro, como lei geral ou tendência que domina as flutuações, então inferimos que a lei do valor rege os preços de produção” (*ibidem*, p. 237).

18 “Releva considerar como valor de mercado o valor médio das mercadorias produzidas num ramo, ou o valor individual das mercadorias produzidas nas condições médias do ramo e que constituem a grande massa de seus produtos” (*ibidem*, p. 235).

cuja mercadoria individual contém menor valor) tendem a apropriar-se de parte do mais-valor produzido pelos capitais menos produtivos. Isto é:

Quando a oferta das mercadorias ao valor médio, isto é, ao valor da massa situada entre aqueles dois extremos, satisfaz a procura corrente, realizam as mercadorias, de valor individual abaixo do valor de mercado, mais-valia extra ou super-lucro, enquanto as de valor individual acima do valor de mercado não podem realizar parte da mais-valia nelas contidas. (*ibidem*, p. 235)

Ou seja, é também a diferença na produtividade do trabalho que determina a transferência de mais-valor em um mesmo ramo de produção. Uma vez que a luta concorrencial desenvolve-se, em última instância, “por meio do barateamento das mercadorias” (MARX, 2013, p. 702), cada capital tem estímulos para aplicar métodos mais produtivos. A propósito, a despeito de que, no nível fenomênico, as formas da concorrência tenham se tornado profundamente mais complexas ao longo do século XX, especialmente pelo uso de meios de comunicação inexistentes à época de Marx e, através deles, da aplicação de técnicas de “manipulação socialmente consciente das massas” (LUKÁCS, 2012, p. 46), os diferenciais na produtividade do trabalho aplicado nos distintos capitais correspondem à essência das transferências de mais-valor.

Em síntese:

A produtividade particular do trabalho em determinado ramo ou em determinada empresa desse ramo interessa apenas aos capitalistas aí diretamente participantes, e na medida em que capacita esse ramo especial em relação ao capital total, ou o capitalista individual em relação a esse ramo, a extrair um lucro extra. (MARX, 2008, p. 256)

Tomando-se rigorosamente método da Crítica da economia política, como discutido acima, toda esta análise não apenas segue válida no âmbito do mercado mundial, como o pressupõe¹⁹. Já notamos que este é, ao mesmo tempo, o ponto de partida do modo de produção capitalista e seu resultado continuamente posto em escala crescente. Em outros termos:

[...] o mercado mundial, a conclusão, em que a produção é posta como totalidade, assim como cada um de seus momentos; na qual, porém, todas as contradições simultaneamente entram em processo. O mercado mundial, portanto, constitui ao mesmo tempo o pressuposto e o portador da totalidade (MARX, 2011, pp. 170-171).

19 A seguinte anotação de Marx não dá espaço para mal-entendidos neste tocante: “No conceito mais simples do capital, têm de estar contidas em si suas tendências civilizatórias etc.; não podem aparecer, tal qual nas teorias econômicas até aqui, como meras conseqüências externas. Da mesma forma, é preciso demonstrar que nele já estão latentes as contradições posteriormente liberadas” (MARX, 2011, p. 338).

Dominação internacional

Indo direto ao ponto através da pena de Chattopadhyay: “Todos estes processos [de transferência de mais-valor] são postos juntos, em maior complexidade, na concorrência ao nível da economia mundial” (CHATTOPADHYAY, 2012, p. 75, adendo nosso). Há transferência de mais-valor intrarramos e inter-ramos de produção no mercado mundial. A maior complexidade do fenômeno, com relação à sua consideração na forma mais simples/abstrata acima exposta, decorre, inicialmente, do fato de que estes capitais têm por base diferentes nações. Não é sem razão, portanto, que Dussel propõe a categoria “capital global nacional” para seguir à análise dos determinantes dos fluxos internacionais de mais-valor, tomando-o, destarte, em termos muito gerais²⁰ (DUSSEL, 1988, p. 336). No âmbito do mercado mundial, seguindo-se rigorosamente o método marxiano, os países, como capitais nacionais globais, aparecem como personificações de categorias econômicas²¹.

A síntese dos capitais globais nacionais, diz Dussel, corresponde a um “capital global mundial”, no interior do qual a concorrência “internacional cumple su papel de nivelación y distribución de la totalidad del plusvalor mundial” (*ibidem*, p. 337). Ademais, cada capital global nacional é relativamente autônomo frente ao capital global mundial. Assim, o tema a ser definido inicialmente é o da concorrência

entre capitais globais nacionais com graus de produtividade do trabalho mais e menos desenvolvidos. No meio do caminho, no entanto, jaz uma questão: há nivelamento internacional das taxas de lucro que fundamente a transferência de mais-valor entre diferentes ramos de produção no mercado mundial? É possível encontrar negativas de Marx à essa pergunta. Por exemplo: “Também no comércio internacional não importa às nações a diversidade das taxas de lucro relativas à troca das mercadorias” (MARX, 2008, p. 233).

Como sempre, tal afirmação deve ser contextualizada em termos históricos e teóricos. Isto é, na época de Marx havia razões para supor que não ocorreria “o nivelamento dos valores pelo tempo de trabalho e menos ainda o nivelamento dos *preços de custo* por uma taxa geral de lucro [...] nesta forma direta entre diferentes países” (MARX & ENGELS, 1975, Vol. 31, p. 426; grifos do autor), como registrado nos Manuscritos de 1861-1863, uma vez que havia muito mais significativas restrições ao deslocamento mundial da

20 Cada capital global nacional tem uma composição orgânica que representa “[...] a média total das composições médias de todos os ramos da produção [...]” de um país (MARX, 2013, p. 689). Nesse sentido, a categoria é útil por nos ajudar a compreender a tendência geral dos fluxos internacionais de mais-valor entre países de desenvolvimento capitalista clássico e não-clássico. Trata-se, evidentemente, de uma abstração que, como tal, é limitada e deve ser dissolvida no curso da análise da concorrência no mercado mundial.

21 Sobre isso, observe-se a seguinte advertência metodológica de Marx no Prefácio da primeira edição de *O capital*: “[...] aqui só se trata de pessoas na medida em que elas constituem a personificação de categorias econômicas, as portadoras de determinadas relações e interesses de classes” (*ibidem*, p. 80).

produção dos distintos capitais, devidas tanto a questões de ordem técnica quanto geopolíticas.

Contudo, a tendência ao nivelamento internacional das taxas de lucro existe, uma vez que “capital” é idêntico a “mercado mundial” e que, pelos mesmos motivos, tende às soluções mais lucrativas possíveis. Nas palavras de Pradella: “Enquanto uma tendência geral existe, uma imobilidade *relativa* do capital entre nações previne o movimento completamente livre dos capitais ao nível internacional, no qual a formação de uma taxa média de lucro ocorre apenas ocasionalmente” (PRADELLA, 2015, p. 150; grifo da autora).

A plena operação da lei do valor no mercado mundial, portanto, é uma tendência que se realiza progressivamente no curso do desenvolvimento do modo de produção capitalista²² (*ibidem*). Essa realização implica a transferência de mais-valor nas relações comerciais entre países cujos capitais empregam trabalhos em graus diversos de produtividade. O mesmo ocorre na competição mundial pelo mais-valor entre capitais de um mesmo ramo. Neste caso, a ampliação do comércio exterior aponta para uma tendência à formação de um tempo de trabalho socialmente necessário em escala mundial. Sintomaticamente, como posto por Marx nos Manuscritos de 1861-1863: “[...] a medida do valor, e.g. do algodão, é determinada não pelo tempo de trabalho inglês, mas pelo *tempo de*

trabalho necessário médio no mercado mundial” (MARX & ENGELS, 1975, Vol. 33, p. 384; grifos do autor). Portanto:

Capitais empregados em comércio exterior podem conseguir taxas mais altas de lucro, antes de mais nada, porque enfrentam a concorrência de mercadorias produzidas por outros países com menores facilidades de produção, de modo que o país mais adiantado vende suas mercadorias acima do valor, embora sejam mais baratas que as dos países competidores. (MARX, 2008, p. 313)

Como lei geral, “capitais globais nacionais” com maior grau de desenvolvimento das forças produtivas tendem a apropriar-se de um mais-valor extra às expensas de “capitais globais nacionais” em pior situação, tanto na interação em um mesmo ramo de produção, quanto entre ramos de produção distintos. Isto é, “[...] en el mercado mundial los países con un desarrollo técnico más elevado obtienen ganancias extraordinarias a costas de aquellos países cuyo desarrollo

22 Por exemplo, Chesnais acredita que apenas a partir do início do século XXI essa tendência a criar o mercado mundial materializa-se de fato, com “la entrada de China a la OMC” (CHESNAIS, 2009, p. 79). Sem pretendermos entrar na polêmica acerca desta provocativa afirmação, atentemos para a posição de Montoro: “Finalmente, la internacionalización del capital se completa con su forma directamente productiva. Aunque con antecedentes desde mucho tiempo antes (especialmente en sectores primarios como el extractivo), es especialmente a partir de los años sesenta y setenta del siglo XX cuando tiene lugar esta internacionalización directamente con la forma de capital productivo, sobre todo en el sector industrial (en los últimos lustros del siglo XX y primeros del XXI se generalizará al sector servicios)” (MONTORO, 2014, p. 158). Sobre isso, conclui o autor: “Una consecuencia decisiva de la internacionalización es la universalización de la ley del valor [...]. En efecto, se trata de la configuración de una economía mundial como tal, más allá de la suma de las distintas economías nacionales y sus relaciones [...]” (*idem ibidem*).

técnico y económico está rezagado” (GROSS-MANN, 1979, p. 280). Esse quadro patenteia, tomando-se apenas estas determinações, uma forma de relação internacional nas quais algumas nações estão em posição subordinada diante de outras. Em outros termos, certas nações (notadamente aquelas cuja produtividade do trabalho encontra-se menos desenvolvida) estão subalternamente inseridas no mercado mundial.

Sobre o caráter dessa relação – em contrariedade com o que diz, por exemplo, Grossmann (1979, p. 283) –, Dussel (1988, p. 342) e Carcanholo (2013, p. 194) defendem que não se trata da exploração de uma nação por outra: uma conclusão que redundaria em um moralismo estranho à obra marxiana, no qual a própria categoria “exploração” teria seu significado corrompido, assim como o caráter necessariamente desigual do desenvolvimento do modo de produção capitalista resultaria menos nítido.

Nas palavras de Dussel:

La relación social internacional de una burguesía nacional posesora del capital global nacional más desarrollado en competencia con la burguesía del capital global menos desarrollado, no es ya de explotación; es ahora horizontal: la denominaremos de dominación internacional; es la relación en la que por la competencia se *transfiere plusvalor (pero no se lo crea)* (DUSSEL, 1988, p. 342; grifos do autor).

Como argumentamos acima, não pode causar espanto a ausência do tratamento sistemático

da dominação internacional em *O capital*²³. No entanto, quando a abordou, Marx o fez especialmente no escopo da influência do mercado mundial sobre a taxa de lucro. Na breve nota sobre o comércio exterior como tendência contrária à queda da taxa de lucro, a questão de fundo é precisamente a transferência do mais-valor²⁴. No trecho é considerado o efeito do comércio exterior sobre o valor do capital constante e do capital variável no país com forças produtivas mais desenvolvidas, a concorrência entre capitais de um mesmo ramo e a aplicação direta de capital nas “colônias”. Em síntese, quanto maior a transferência de mais-valor para o país de capital global nacional com maior composição orgânica, maior essa força contrária à queda da taxa de lucro no país.

No intercâmbio, o país favorecido recebe mais trabalho do que dá, embora essa diferença, esse mais, como ocorre no intercâmbio entre trabalho e capital, embolse-o determinada classe. A

23 Marx nunca teve dúvidas quanto ao fato de que no mercado mundial conformam-se relações de dominação entre os diferentes países. Por exemplo, já em 1848, escreve na Nova Gazeta Renana: “Relações industriais e comerciais em cada nação são governadas pelo intercâmbio com outras nações e depende de suas relações no mercado mundial. Mas o mercado mundial é dominado pela Inglaterra e a Inglaterra é dominada pela burguesia” (MARX & ENGELS, 1975, Vol. 8, pp. 214-215).

24 A propósito, acreditamos que as considerações sobre a Diversidade nacional dos salários, Capítulo XX do Livro I, ajudam-nos a pensar os determinantes das taxas de lucro mundialmente, uma vez que se discute aí a relação entre o valor da força de trabalho e o mais-valor em diferentes países, dadas as diferenças nos respectivos graus de produtividade do trabalho

taxa de lucro mais alta, por ser mais alta no país colonial, pode coincidir, havendo nele condições naturais favoráveis, com mercadorias de preços baixos. (MARX, 2008, p. 314)

Seguindo-se esta linha de raciocínio, deveríamos indagar quanto a que outros fatores poderiam influenciar a taxa de lucro na competição internacional expressando, portanto, a transferência do mais-valor mundialmente²⁵. Apontamos, preliminarmente, para alguns elementos indicados pelo próprio Marx: em primeiro lugar, o autor reconhece que a “diversidade dos tempos de rotação é [...] outra causa de capitais de igual magnitude em diferentes ramos de produção não produzirem lucros iguais em prazos iguais e de assim diferirem as taxas de lucro nesses diversos ramos” (*ibidem*, p. 201); em segundo lugar, “taxas de lucro nacionais diversas, em regra, se baseiam em taxas de mais-valia nacionais diversas” (*ibidem*, p. 200), o que é observado apenas para logo após afirmar-se que em sua pesquisa comparar-se-ão apenas “taxas de lucro desiguais, oriundas da mesma taxa de mais-valor” (*idem ibidem*); em terceiro lugar, as modificações na lei do valor advindas dos diferentes graus de complexidade dos trabalhos em nações distintas, que, ademais, acentuam-se “pelo fato de, no mercado mundial, o trabalho nacional mais produtivo também contar como mais intensivo, sempre que a nação mais produtiva não se veja forçada pela concorrência a reduzir o preço de venda de sua mercadoria a

seu valor” (MARX, 2013, p. 632); e, finalmente, devem-se levar em conta as espécies de capital que habitam unicamente a esfera da circulação, em especial o desenvolvimento do sistema de crédito, que “acelera o desenvolvimento das forças produtivas e a formação do mercado mundial” (MARX, 2008, p. 588) e determina outras formas de transferência de mais-valor no mercado mundial.

Reprodução ampliada da dominação internacional/desenvolvimento desigual: considerações finais

Por outro lado, Marx saca conclusões da análise do comércio exterior sobre a taxa de lucro apenas nos países de desenvolvimento capitalista “clássico”. Esta postura justifica-se pelo contexto geral no qual Marx aborda o tema, como vimos. No entanto, se a transferência de mais-valor corresponde a um fator contrário à queda da taxa de lucro para as burguesias nacionais

25 Antes, notemos que foge ao nosso escopo a questão extremamente importante das formas concretas de transferência do mais-valor. Saldos comerciais, remessas de lucro, transferências diretas, pagamentos de juros e amortizações de dívidas etc., todas estas transações dizem respeito à transferência internacional do mais-valor, com reflexo nos saldos dos balanços de pagamentos, isto é, nos fluxos de dinheiro mundial.

beneficiadas, não deveríamos esperar o efeito oposto nas nações “não-clássicas”? Seguindo-se adiante, as consequências das transferências de mais-valor produzido não contribuiriam para a perpetuação das condições da dominação no mercado mundial?

Neste ponto, Marini (2008) oferece uma instigante contribuição. Segundo o autor, a transferência do mais-valor engendra a necessidade de mecanismos que compensem as burguesias nacionais dos países de inserção subalterna na lógica mundial de acumulação de capital. Marini concentra-se no necessário aumento do grau de exploração da força de trabalho, que determina a reprodução atrofiada de capitais que não puderam contar com um mercado interno desenvolvido, característica sintetizada na categoria “superexploração do trabalho”²⁶ (MARINI, 2008, p. 132). Nesse sentido, a inserção subalterna (que o autor, referindo-se apenas à América Latina, chama de “relação de dependência”) reproduz-se em escala ampliada, marcando profundamente a forma do desenvolvimento capitalista nestas economias.

Além disso, a tendência à transferência de mais-valor na direção dos capitais globais nacionais mais produtivos, que se reflete, como adianta Marx em *O capital*, nos ajustes das balanças internacionais de comércio (MARX, 2013, p. 217), tem de implicar uma tendência ao endividamento dos Estados que baseiam capitais globais

nacionais menos produtivos. Não bastasse o fato de que a dinâmica da dívida pública, por si só, aponta para a sua expansão (já que envolve o pagamento de juros) e, portanto, para a crescente transferência internacional do mais-valor, tal configuração indica a retroalimentação da dominação internacional.

Uma vez que à inserção subalterna corresponde uma maior fragilidade diante das flutuações cíclicas do processo de acumulação de capital em escala mundial²⁷, faz-se necessário o constante refinanciamento da dívida pública com um aumento na remuneração oferecida sobre tais títulos. A consequente elevação geral na taxa de juros cobrada internamente deve, por um lado, deprimir, ainda mais, possibilidades internas de

26 Como adverte Carcanholo (2013), uma vez que a proposta de Marini parte da teoria marxiana, faz sentido precisar a categoria a partir deste referencial. Marx usa predominantemente “exploração da força de trabalho”, o que é coerente, uma vez que “o termo exploração em Marx [...] [s]ignifica usar, utilizar, consumir ou explorar a capacidade que a mercadoria em questão possui de satisfazer a necessidade de quem a utiliza” (CARCANHOLO, 2013, p. 197). No caso em tela, essa mercadoria é, precisamente, a força de trabalho. Em suma, a categoria está melhor especificada como “superexploração da força de trabalho”. Ainda com relação à mesma categoria, notemos que Dussel intui corretamente que a essência das relações de subordinação no mercado mundial corresponde à transferência do mais-valor (DUSSEL, 1988, p. 327), afastando-se assim de Marini, para quem na “[...]superexplotación Del trabajador[...] radica la esencia de la dependência latinoamericana” (MARINI, 2008, p. 132). Não obstante apontar corretamente que Marini confunde essência e efeito, Dussel não descarta o potencial explanatório da categoria, como se pode perceber no trecho que segue: “La sobreexplotación expuesta por Mauro Marini puede explicarse perfectamente como compensación de la transferencia de plusvalor” (DUSSEL, 1988, p. 355).

27 O que já se evidencia nas condições da concorrência internacional pelo mais-valor no nível de abstração até aqui considerado.

reprodução do capital, pela redução dos lucros, o que, por outro lado, reforça ainda mais a pressão compensatória sobre a remuneração da força de trabalho, isto é, a superexploração da força de trabalho.

Em suma, esta mirada preliminar para o sistema da dívida pública indica um reforço enorme à reprodução ampliada da dominação internacional. Obviamente, tal análise não tem a menor pretensão de esgotar a importante temática da dívida pública e seu papel na forma necessariamente desigual do desenvolvimento econômico geral no mercado mundial. Ainda no que diz respeito, em abstrato, apenas às condições econômicas dessa desigualdade, caberia, ao menos, um tratamento cuidadoso da dinâmica autônoma (ainda que apenas relativamente, claro) das formas fictícias de acumulação de capital (como a própria dívida pública, que constitui um importante pilar para as transações financeiras como um todo), tão pujantes no capitalismo contemporâneo.

Deve resultar claro, ademais, que muitos fatores podem reforçar ou contrariar a lei geral que indica a transferência de mais-valor na direção dos países com forças produtivas capitalistas mais desenvolvidas (assim como os mecanismos compensatórios e retroalimentadores da dominação internacional). Em especial, sem pretendermos tratar nem mesmo preliminarmente a questão, note-se o papel fundamental dos

arranjos políticos internacionais²⁸. Por um lado, em determinadas circunstâncias, os Estados dos países que transferem mais-valor podem atuar no sentido contrário a esta tendência e, até mesmo, pretender alçar-se a uma posição menos desvantajosa na divisão internacional do trabalho. Por outro, as nações de desenvolvimento burguês “clássico” continuamente, e de diversas formas, lutam por assegurar e aprofundar suas posições vantajosas.

Em suma, o jogo político entre Estados Nacionais determina sobremaneira a transferência do mais-valor e, portanto, a forma do desenvolvimento capitalista em cada país. No entanto, sua análise pressupõe a compreensão dos determinantes essenciais de ditas transferências²⁹. Ou seja, considerar a questão puramente a partir da forma fenomênica das disputas geopolíticas internacionais pelo mais-valor implica a impossibilidade de se compreender seus determinantes econômicos. Nos termos de Marx: “Tudo na concorrência e, por conseguinte, na consciência

28 Não nos parece excessivo recordar que, também aqui, o nível mais concreto da análise está pressuposto nos mais abstratos. Como afirmar Dussel sobre a concorrência internacional pelo mais-valor mundialmente produzido: “La relación práctica (ética) por la que una clase domina a otra (aunque sean ambas burguesas) se realiza en la historia gracias a los aparatos del estado (ejércitos, fuerzas marítimas, etc.)” (DUSSEL, 1988, p. 342).

29 Segundo Dussel: “Así la transferencia de plusvalor de un capital global nacional menos desarrollado hacia el más desarrollado, puede ser estudiada genéticamente en la historia, o en sus determinaciones propias intrínsecas (modos de acumulación, reproducción, del progreso de su composición orgánica o del estatuto diferente de los salarios, la sobreexplotación, los monopolios, etc.), pero sabiendo que nos encontramos en un plano de explicaciones fundadas” (*ibidem*, p. 350).

dos seus agentes se configura invertido”. Isso é verdade no caso da lei de tendência à queda da taxa de lucro, como discute o trecho em destaque (MARX, 2008, p. 296), assim como para a lei geral da transferência internacional do mais-valor.

Bibliografia

BONENTE, B. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica*. Niterói: Eduff 2016.

CARCANHOLO, M. “O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência.”, *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 11, n. 1, pp. 191-205, Rio de Janeiro, Jan/Abr. 2013.

CHATTOPADHYAY, P. “Competition”. In: FINE, B.& SAAD-FILHO, A. *The Elgar Companion to Marxist Economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 2012.

CHESNAIS, F. “La preeminencia de las finanzas en el seno del ‘capital en general’, el capital fictício y el movimiento contemporáneo de mundialización del capital.” In: CHESNAIS, F. et al. *Las finanzas capitalistas: Para comprender la crisis mundial*. Buenos Aires: Herramienta, 2009.

DUSSEL, H. *Hacia un Marx desconocido*. Un comentario de los Manuscritos del 61-63. Iztapalapa: Siglo XXI, 1988.

_____. *El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana*. Iztapalapa: Siglo XXI, 1990.

GROSSMANN, H. *La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista*. México D. F.: Siglo Veintiuno Editores, 1979.

LUKÁCS, G. “A luta entre o progresso e a reação na cultura contemporânea.” In: LUKÁCS, G. *Socialismo e democratização: Escritos políticos 1956-1971*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

_____. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MARINI, R. “Dialéctica de la dependencia.” In: MARINI, R. *América Latina, dependencia y globalización: Fundamentos conceptuales*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2008.

MARX, K.O. *18 brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *O capital*, Livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. *O Capital*, Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, K& ENGELS, F. *Marx and Engels Complete Works (MECW)*. 50 volumes. Moscow: Progress Publishers, 1975.

MONTORO, X. *Capitalismo y Economía Mundial*. Madrid: Instituto Marxista de Economía, 2014.

PRADELLA, L. *Globalization and the Critique of Political Economy: New insights from Marx's writings*. Oxon: Routledge, 2015.

PRADO, E. *Economia, Complexidade e Dialética*. São Paulo: Editora Plêiade, 2009.

_____. “Lei de Marx: Pura lógica? Lei empírica?”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 37, pp. 119-142, São Paulo, janeiro 2014.

ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.

JAIME OSORIO

LEY DEL VALOR, INTERCAMBIO DESIGUAL, RENTA DE LA
TIERRA Y DEPENDENCIA

Recibido em 10/2016

Aprovado em 05/2017

LEY DEL VALOR, INTERCAMBIO DESIGUAL, RENTA DE LA TIERRA Y DEPENDENCIA

Resumo

En este artículo se argumenta sobre la pertinencia de una teoría marxista de la dependencia, la relevancia de la negatividad en la lógica marxista, la vigencia del intercambio desigual, y sobre los límites de la teoría de la renta de la tierra, tanto para negar la existencia del intercambio desigual, como para poner en entredicho la lógica que reproduce subdesarrollo y dependencia. La exposición se realiza polemizando con propuestas que formulan posiciones en contrario

Palavras-chave: : ley del valor, intercambio desigual, renta de la tierra, dependencia.

Classificação JEL: H54; O21; O25

Abstract

This article is an argument about the relevance of a Marxist theory of dependency, the relevance of negativity within Marxist logic and the validity of unequal exchange. It also points out to the limits of the theory of land rent in both denying the existence of unequal exchange and as a way of questioning the logic that reproduces underdevelopment and dependency. The exposition is carried out polemicizing with the opposing proposals.

Keywords: law of value; unequal exchange; land rent; dependence

JAIME OSORIO

Profesor/investigador de la
UAM-Xochimilco.

I. Por qué una teoría para explicar el capitalismo dependiente latinoamericano

Para la teoría marxista de la dependencia (TMD), el capitalismo dependiente constituye una “forma” de capitalismo, distinta a otras formas posibles, como el capitalismo desarrollado o central¹. El capitalismo dependiente no implica inmadurez ni atraso capitalista. Tampoco un “desarrollo deformado”, como afirma Astarita. (2009a, p. 102). Mucho menos un peledaño en una ruta que conduciría a la condición del capitalismo desarrollado. Por el contrario, es una forma madura de capitalismo, original, que emerge como resultado de los procesos relacionales que dieron vida al sistema mundial, en donde se gestan desarrollo y subdesarrollo.

En tanto forma histórica particular de capitalismo, su génesis y su reproducción rebasan los señalamientos de textos clásicos, como *El capital*. Quizás esos problemas pudieron haber sido vislumbrados en los libros sobre Comercio Exterior y sobre Mercado Mundial y las crisis, que aparecen entre los materiales que Marx señaló en su inacabado programa de trabajo (MARX, 1971, pp. 29-30). No entender el sistema mundial capitalista como una unidad diferenciada de formas de capitalismo es lo que lleva a sostener que no existe necesidad de nuevas teorizaciones para explicar los capitalismos “adelantado o

atrasado” (ASTARITA, 2009a, p. 85), en tanto constituirían simples diferencias de grado en un único modo de ser del capitalismo. Invocar literalmente a Marx, frente a problemas que no alcanzó a abordar teóricamente, constituye un ejercicio de ortodoxia mal entendida.

Destaquemos algunos procesos que caracterizan la reproducción en el capitalismo dependiente, que ponen de manifiesto la necesidad de conceptualizaciones particulares, como la ruptura del ciclo del capital y la superexplotación de la fuerza de trabajo.

El primero remite a la fractura que opera en la segunda fase de la circulación, allí donde las mercancías preñadas de valor (M') en los procesos de producción deben salir al mercado mundial para realizar la plusvalía

¹ Sobre el tema, véase, “Sistema mundial y formas de capitalismo. La teoría marxista de la dependencia revisitada” (OSORIO, 2016, pp. 299-331).

(D'). En tanto en la historia económica regional han predominado patrones de reproducción exportadores, volcados a los mercados exteriores, eso implica que si hasta la producción de mercancías (M') el proceso se desarrolla en el espacio local, la realización de esas mercancías y su conversión en dinero incrementado tienden de manera predominante a realizarse en mercados exteriores. Esta es una particularidad de la reproducción del capital en el capitalismo dependiente.

Alemania es una gran economía exportadora. Pero no lo hace a costa de reducir o mermar el poder de consumo del grueso de su población trabajadora. El asunto entonces no es la condición exportadora de una economía, sino de qué manera ésta se constituye. El capitalismo latinoamericano hace justamente de los bajos salarios un elemento que favorece su capacidad de competencia en los mercados internacionales y compensa las pérdidas propiciadas por el intercambio desigual, provocando una inclusión marginal y la exclusión del mercado interno de importantes franjas de trabajadores. Y todo esto sin que los valores retornados por esas exportaciones se constituyan en inversiones que permitan complejizar la estructura productiva con nuevos sectores, como el industrial, en aras de que se conviertan en dinamizadora del conjunto de la economía.

Un antecedente que hizo posible esa ruptura del ciclo del capital en la región fue el hecho que, luego de los procesos de independencia y en tanto maduraba una modalidad de reproducción local del capital, las economías de la región se encontraron frente un mercado ya creado, el que les proporcionaba la demanda generada en Europa y posteriormente en Estados Unidos. De esta forma el capital en la región no tuvo que plantearse el problema de crear mercado, lo que sí ocurrió en el mundo industrial, resolviéndolo por la vía de la plusvalía relativa, que implica incorporar a los trabajadores al consumo, elevando la productividad en las ramas que generan bienes salarios, con lo cual se reduce el tiempo de trabajo necesario y se incrementa el trabajo excedente. De esta forma se logra ensanchar el mercado interno e incrementar la tasa y la masa de plusvalía.

Esta ruptura del ciclo del capital pareció recomponerse en América Latina en el breve periodo en que se pusieron en marcha procesos de industrialización. Pero este proceso quedó cercenado cuando el capital latinoamericano resolvió adquirir equipos y maquinarias en el exterior y no desarrollarlos internamente. Con ello se dejó de poner en marcha el tipo de producción que demanda la generación de mayores conocimientos y se redobló la dependencia frente a los capitales extranjeros.

La producción industrial más dinámica, ya con el capital extranjero operando en el sector secundario, terminó tomando la ruta de la producción de bienes suntuarios (refrigeradores, televisores, autos, etc.), por lo que el capital dinámico requirió ampliar el estrecho pero poderoso mercado interno de alto poder de consumo para esos bienes, lo que pronto propició afectar los ingresos de los trabajadores. De esta forma la ruptura del ciclo del capital terminó tomando forma ahora en el seno mismo de las economías regionales, particularmente en las de mayor desarrollo. De manera conjunta, se dio inicio a procesos de integración para conformar mercados regionales, por la vía de la sumatoria de los reducidos mercados de alto poder de consumo existentes en las distintas economías regionales.

Tras la debacle de la industrialización² y la apertura de la crisis mundial en los años setenta, tras un breve interregno, las economías locales volvieron a su antigua vocación en tanto economías exportadoras de materias primas y alimentos, manteniendo en algunos casos algunas industrias de maquila y de producción de partes. Con ello la ruptura del ciclo volvió a presentarse teniendo como centro de realización, nuevamente, los mercados exteriores.

Esta ruptura del ciclo del capital en la reproducción dependiente es un proceso que permite entender el relevante papel de los bajos salarios

en la reproducción del capital local, el persistente débil papel del consumo de los trabajadores en el mercado interno, y la preeminencia de patrones de reproducción exportadores en la historia regional. A su vez nos proporciona elementos para comprender los procesos que hacen viable y necesaria la superexplotación, alentada por la expansión de la lógica del capital y la búsqueda desenfrenada de ganancias, y por la abundancia de mano de obra excedente.

La superexplotación (en tanto violación del valor de la fuerza de trabajo) es el fundamento de la reproducción del capital dependiente porque permite al capital local (nacional y extranjero) incrementar sus ganancias, apropiándose de parte del fondo de consumo de los trabajadores o del fondo de vida, para convertirlos en fondo de la acumulación. Con una producción

2 Procesos que presentan tiempos y particularidades en las diversas economías regionales que aquí son imposibles de considerar. Esta observación es válida para las tendencias generales que se desarrollan en el texto, y frente a las cuales no es posible matizar para los casos particulares.

dinámica volcada a los mercados externos y/o a estrechos mercados internos de alto poder de consumo, no existen razones para que el capital hegemónico en América Latina se juegue para elevar los salarios a la población obrera y a los asalariados de las capas bajas de la pequeña burguesía, ya que sus mercados se encuentran en el exterior o en la esfera interna de alto poder de consumo, salvo en el breve periodo en que la industrialización se constituyó en el patrón de reproducción predominante, en que reducidas franjas de la población asalariada ampliaron el mercado interno.

Muchas críticas arrancan de confundir superexplotación con pauperismo absoluto. Lo que no se entiende es que el valor de la fuerza de trabajo se ve tensionado históricamente entre fuerzas que apuntan a su elevación, por el paso de bienes al consumo de los asalariados, como refrigeradores o celulares, y fuerzas que apuntan a su descenso, por la elevación de la productividad en la producción de dichos bienes. En cualquier caso la masa de bienes en la canasta de consumo obrero y su familia tiende a incrementarse. La superexplotación implica que dicha canasta se vea imposibilitada de adquirir, lo que lleva a privilegiar determinados bienes en perjuicio de otros. Se adquirirá un televisor, pero bajo el costo de dejar de consumir ciertos bienes alimenticios básicos, o en contra de la adquisición de medicinas o consultas al dentista.

La superexplotación permite al capital local resarcir parte de las transferencias de valor (retorno de ganancias de inversiones extranjeras), así como parte de las pérdidas provocadas por el intercambio desigual. En definitiva, la superexplotación no sólo sostiene la tasa de ganancia de los capitales locales, sino también la de los capitales extranjeros que invierten en la región, o que intercambian con la región, al tiempo que es un soporte para que no emerja el aguijón productivista que caracterizaría las formas desarrolladas de capitalismo y se mantengan las condiciones para que se reproduzca el intercambio desigual. En definitiva, la superexplotación en el capitalismo dependiente tiene efectos sustantivos en elevar la tasa de ganancia a nivel del capitalismo como sistema mundial.

Autores como Iñigo Carrera señalan la inutilidad de hablar de dependencia, ya que en el comercio internacional todas las economías compran y venden, lo que las haría a todas mutuamente dependientes (CARRERA, 2008, pp. 29-30). El problema es que en esa interdependencia se establecen relaciones en donde operan fuerzas y condiciones productivas desiguales, y ello tiene consecuencias diferenciadas para los que se relacionan, en términos del valor apropiado o despojado, por ejemplo. Por ello, cuando se habla de dependencia en

términos teóricos, se hace referencia a relaciones sustantivas y no a las simplicidades de la interdependencia³.

Hablar de capitalismo dependiente implica referirnos a una modalidad particular de capitalismo, con características como las antes apuntadas y que llevan a reproducir el atraso y el subdesarrollo, agudizando los desequilibrios y las contradicciones inherentes a todo capitalismo.

2. La teoría marxista de la dependencia y la ley del valor

Desde corrientes teóricas diversas – la mayoría ligadas a la ortodoxia de partidos comunista, otras periféricas a corrientes trostkistas – se hace una lectura de Marx en donde la ley del valor es asumida como una verdad fija y quieta, nunca alterada e inmutable. Y quien ose señalar que se viola el valor es acusado de no asumir esa ley, desconociendo la negatividad imperante en el ser, una “tensión que hace posible que se haga otro de sí mismo desde sí mismo.” (PÉREZ SOTO, 2008, p. 162). Pero en la reflexión de Marx la negación, o mejor, la negatividad – que cuestiona los principios de identidad y de no-contradicción de la lógica formal, por su pobreza para pensar el ser (PÉREZ SOTO, 2006, p. 73) – constituye un elemento central para comprender la conflictividad inscrita en el ser, lo que permite explicar sus actividades, contradicciones, historicidad y superación.

En el tratamiento del valor esa conflictividad no podía no estar presente. Y se puede expresar así: porque existe una ley del valor es posible y necesario que se la niegue, violentándola. La propia lógica del capital, más allá en qué lugar del sistema mundial capitalista actúe, genera los mecanismos que atentan contra el valor, en tanto no es una simple relación operante en el intercambio de mercancías, sino una relación que define la producción y los intercambios en un mundo en que maximizar la ganancia es el objetivo central. Empresas de vanguardia del capitalismo mundial han puesto de manifiesto en los últimos tiempos esta tensión inscrita en la lógica del capital⁴.

Además de minimizar situaciones como las señaladas, los lectores desde la dimensión positiva del valor dan por sentado que todo lo

3 El obrero y el capital son interdependientes, se necesitan mutuamente, pero eso no implica desconocer que uno es explotado y dominado y otro es el que explota y domina.

4 Volkswagen instaló aparatos que impedían la lectura de los niveles de contaminación producidos por los motores de sus vehículos. Volkswagen tendría que haber incrementado gastos en nuevas tecnologías y destinar por tanto mayor tiempo de trabajo socialmente necesario para lanzar al mercado productos con el valor de uso apropiado. La Unión Europea, por otro lado, anuncia que ha establecido una penalización de 13 mil millones de euros a la empresa estadounidense Apple, porque ha dejado de pagar los impuestos en una serie de economías de esa integración, aprovechando deducciones que el gobierno de Irlanda le ofrece, presentando las ventas realizadas en otras economías europeas como ventas realizadas en ese país. Estas violaciones, recurrentes en el accionar del capital, y no simples excepciones, son también dimensiones de la ley del valor.

que el marxismo puede decir al respecto está señalado en *El capital*, olvidando el nivel de abstracción en que esa obra fue formulada y los problemas específicos que busca resolver, sujetándose a ciertas premisas, pero curiosamente, sin desconocer la negación inherente a la ley del valor. Es lo que manifiesta Marx cuando al considerar los mecanismos que tienden a contrarrestar la caída de la tasa de ganancia, menciona la “reducción del salario por debajo de su valor”. Y allí señala que “sólo citamos esto empíricamente, puesto que [...] nada tiene que ver con el análisis general del capital, sino que se relaciona con el problema de la concurrencia, que no se estudia en esta obra”. Y agrega que esa reducción del salario “es, sin embargo, una de las causas más importantes que contribuyen a contrarrestar la tendencia decreciente de la cuota general de ganancia” (MARX, 1973, p. 235; segundo énfasis añadido).

En pocas palabras, para el estudio del capitalismo en niveles de mayor concreción, allí donde se puede y debe dejar de lado algunas premisas autoimpuestas para el análisis del capitalismo “en general”, Marx enuncia mecanismos que violan la ley del valor, y además afirma que esa violación en relación al valor de la fuerza de trabajo “es una de las causas más importantes que contribuye a contrarrestar la caída de la tasa de ganancia”, ni más ni menos.

Para el análisis del capitalismo “en general” se va a partir del supuesto que las mercancías se compran y venden por su valor (*ibídem*, p. 251). ¿Por qué Marx se sujeta a ese supuesto? Porque quiere alcanzar los fundamentos que explican la lucha de clases en el capitalismo. Y un punto de partida básico es desentrañar cómo se produce el proceso de explotación en este modo de producción. De allí su recorrido para establecer qué es el valor y de dónde proviene.

La valorización en el capitalismo no viene de la tierra, ni del comercio, como formularon escuelas diversas. Pagando los medios de producción y la fuerza de trabajo por su valor el capital obtiene un plus de valor que no estaba al inicio del proceso, y que emerge como resultado de la diferencia entre el valor producido en un día de trabajo y el valor diario de la fuerza de trabajo.

Aun respetando el valor de las mercancías, el capital no puede sino generar variadas y agudas condiciones para que la lucha de clases tome forma en el capitalismo. Con cuanta mayor razón, diríamos, ese valor es violentado porque los salarios se ubican por debajo del valor de la fuerza de trabajo, o la prolongación de las jornadas laborales o el incremento de la intensidad no logran compensar los desgastes propiciados, permitiendo que el capital se apodere hoy de futuros años de vida y de trabajo al violentar ahora el valor total de la fuerza de trabajo (*ibídem*, p. 440).

Llegados a un punto nodal de la historicidad del capitalismo, las crisis, Marx señala que estas son el resultado de la propia lógica del capital por acrecentar las ganancias, y no la derivación de que los capitales hicieron algo mal. Las crisis son expresión de esa dimensión negativa inscrita en el capital. Por ello Marx afirma que “el verdadero límite de la producción capitalista es el mismo capital” (*ibidem*, p. 248). Pero esa negatividad emerge sosteniendo los supuestos asumidos, para poner de manifiesto que las fracturas del capital son no sólo posibles sino inevitables, lo que abre condiciones particulares para la lucha de clases en el capitalismo.

Desde ese horizonte, que pone de manifiesto la conflictividad e historicidad del mundo que construye el capital, el marxismo puede y debe ahora hacerse cargo de reflexionar sobre el capitalismo y sus “formas” en niveles de mayor concreción. El subdesarrollo, contracara del desarrollo, es la negación de éste último. Y todo ello ocurre reafirmando la ley del valor, pero en su doble dimensión. Marini (1973, pp. 32-33) lo señala así: “el desarrollo de las relaciones mercantiles sienta las bases para que una mejor aplicación de la ley del valor tenga lugar, pero simultáneamente crea todas las condiciones para que jueguen todos los distintos resortes mediante los cuales el capital trata de burlarla.” (énfasis añadido).

Por eso superexplotación en la forma dependiente del capitalismo⁵. Es la ley del valor la que contiene las propias fuerzas que pulsán por violentarla. En definitiva, porque el análisis de Marx está atravesado por la negación, ello le permite romper con la camisa de fuerza de la lógica formal y abordar la complejidad de la realidad en niveles de mayor concreción. La negatividad es así una de las principales dimensiones que hace de su reflexión un pensamiento capaz de pensar las contradicciones, el movimiento heterogéneo de lo social, los saltos y la generación de rupturas.

3. La vigencia del intercambio desigual

Vista la región desde los procesos de independencia hasta nuestros días, se puede señalar que el periodo en que se buscó poner en marcha un

⁵ Es curioso como algunos autores (Kornblihtt, Lastra, Íñigo Carrera) asumen sin mayor problema la superexplotación, o salarios por debajo del valor de la fuerza de trabajo, pero entienden que si alguien va más lejos está negando la vigencia de la ley del valor. Y no aparece ninguna explicación teórica del por qué en el caso del valor de la fuerza de trabajo sí se puede violar su valor, sin negar la ley del valor, pero en cualquier otra situación no. ¿Será por qué Marx se refirió a ella abiertamente?

patrón de industrialización, y que llevó a una cierta diversificación de la estructura productiva, constituye un momento de excepción. La norma prevaleciente ha sido la presencia de una estructura productiva bastante restringida, en donde se mantienen condiciones de especialización productiva sobre materias primas y alimentos (y en los últimos tiempos la producción de partes de autos, ensamble automotriz, de bienes electrónicos y otros) que han tendido a sostener una exportación muy poco diversificada.

La producción de bienes agrarios o minero, en general, reclaman composiciones orgánicas del capital bajas en relación a las prevalecientes en los sectores industriales promedios, y mucho más si hablamos de la producción de punta de las economías desarrolladas. La producción de partes de la industria automotriz y de la industria electrónica y el ensamble se llevan a cabo con mayor tecnificación, pero ello ocurre en economías reducidas de la región, como México y en parte en Brasil.

Esto trae como consecuencia que en los procesos de intercambio de bienes en el mercado mundial en torno a precios de producción, se propicien transferencias de valor desde las economías con baja composición orgánica de capital en provecho de las economías con una composición orgánica más alta, debido a que en las primeras sus precios de producción tienden a ubicarse por debajo del valor, en tanto en las

segundas esos precios se ubican por encima del valor (MARX, 1973 t.III, pp. 161-177). Aquí reside la base primordial del intercambio desigual, entre otras razones porque reposa en el campo productivo lo que se manifestará en la esfera de la circulación, proceso que alcanza formas maduras mientras más se desarrollen el intercambio de mercancías y el mercado mundial capitalista.

Sobre este proceso es relevante considerar tres aspectos. El primero, que la fijación de una tasa media de ganancia y la constitución de precios de producción diferentes a los valores producidos por los capitales en diversas ramas y economías expresan la unidad del capital total, en tanto partes de un todo (BARTRA, 2006, p. 94). Esa unidad de intereses existe aquí “no solo por simpatía general de clase, sino directamente, por motivos económicos, *en la explotación de la clase obrera en su conjunto por el capital en bloque.*” (MARX, 1973, t. III, p. 199; énfasis añadido).

Pero “esta insistencia en la unidad orgánica del capital total no debe [...] restarle importancia a la desigualdad en el intercambio, la acumulación y la reproducción”, pues “las diferencias entre plusvalía generada y plusvalía realizada [...], que podemos calificar de transferencias son tan necesarias para los capitales invertidos en las ramas que reciben los flujos de valor como para aquellos de las que provienen

pues el desarrollo desigual es la condición de posibilidad de la realización de la plusvalía total producida...” (BARTRA, 2006, p. 95; énfasis añadido).

En pocas palabras, la fijación de precios de producción expresa de manera simultánea la unidad del capital y la desigualdad que lo constituyen y que reproduce, entre otras razones por transferencias de valor entre ramas, sectores y economías.

Frente al rechazo de Emmanuel de considerar a la fijación de precios de producción sobre una tasa media de ganancia como una modalidad de intercambio desigual, ya que “este género de desigualdad existe en todo intercambio en el sistema capitalista, ya ocurra en el interior o en el exterior de la nación [...]” (EMMANUEL, 1972, p. 197), otros autores lo asumen como tal. Así, Bettelheim señala: “como los productos se intercambian a su precio de producción, los países en los cuales la composición orgánica es más baja no obtienen a cambio del producto de una hora de trabajo nacional [...] nada más que los productos que han costado menos de una hora de trabajo socialmente necesario en los países en que la composición orgánica del capital es más elevada.” (BETTELHEIM, 1971, pp. 34-35).

Amín, por su parte, matiza, pero concuerda en lo central: “[...] las críticas dirigidas por Bettelheim a Emmanuel nos parecen plenamente

justificadas. Porque aquí el intercambio es desigual: 1) en lo esencial porque las productividades son desiguales (estando esa desigualdad ligada a composiciones orgánicas diferentes); y 2) sólo accesoriamente porque las composiciones orgánicas diferentes determinan [...] precios de producción diferentes de los valores aislados.” (AMÍN, 1971, p. 79; énfasis añadido).

El segundo aspecto a considerar es que “la nivelación constante de las constantes desigualdades” que traen consigo las diferencias de composición orgánica del capital “se efectuará tanto más rápidamente: r^* cuanto más móvil sea el capital, es decir cuanto más fácilmente pueda transferirse de una esfera de producción a otra y de un lugar a otro; z^* , cuanto más rápidamente pueda desplazarse de una esfera de producción a otra y de un centro local de producción a otro la fuerza de trabajo.” (MARX, 1973, t. III, p. 198; énfasis añadido).

Las movilidades e inversiones de capitales del mundo desarrollado se dirigen básicamente hacia economías desarrolladas y no a regiones en donde los bajos salarios pudieran parecer una atracción irresistible para el capital⁶. Los capitales de las economías dependientes no se desplazan de manera fluida a invertirse en economías del mundo desarrollado. Tampoco

⁶ Bettelheim indica que son las zonas de altos salarios y de elevada composición orgánica las que cuentan con mayor poder de consumo (productivo) o final, por lo que esto las constituye en zonas privilegiadas de inversión (BETTELHEIM, 1971, p. 40).

la movilidad del trabajo y su paso de unas esferas de producción a otras y de unas a otras economías es un asunto que opere con fluidez. No hay libre movilidad de la fuerza de trabajo en el mercado mundial, lo que trae límites a “la nivelación constante de las constantes desigualdades” que se expresan en los intercambios por precios de producción.

En un sistema mundial capitalista, en que operan divisiones internacionales del trabajo, las opciones del capital dependiente para moverse por diversas ramas de producción, sectores y economías, y con ello poner límites a las transferencias de valor, son reducidas, porque ello reclamaría generar condiciones para pasar a producciones más tecnificadas y complejas. Pero también esto implicaría enfrentar a los capitales hegemónicos en el sistema mundial, asunto que aquellos capitales han mostrado a lo largo de la historia regional que no están dispuestos a realizar, a lo más buscan negociar desde el piso de capitales subordinados en el sistema mundial.

Tampoco puede perderse de vista que las divisiones internacionales del trabajo y las modalidades de reproducción de capital que propician en diferentes momentos históricos no son simples llamados a la buena voluntad de los capitales en el sistema mundial a asumirlas o no, sino, por el contrario, se constituyen en determinaciones a seguir. Por ejemplo, abandonar

al patrón industrial de reproducción y pasar en las últimas décadas del siglo XX al nuevo patrón de especialización productiva, basada en la exportación de materias primas y alimentos y alguna producción industrial, se constituyó en un cambio obligado para los grandes capitales de la región, lo que supuso asumir su nuevo papel subordinado en la división internacional del trabajo pero, al mismo tiempo, ese paso les aseguraba reproducirse en las nuevas condiciones mundiales de valorización.

En pocas palabras, ni la movilidad del capital ni la movilidad de la fuerza de trabajo – entre economías desarrolladas y economías dependientes – opera con la fluidez que, se supone, llevaría a la “nivelación constante de las constantes desigualdades” que propicia las diferencias de composición orgánica. Por el contrario, es la rigidez la que tiende a imperar.

El tercer aspecto a considerar en el tema es que si nos ubicamos en el mediano y largo plazo y con una creciente maduración de los intercambios mercantiles, la persistencia en el tiempo de determinadas economías y regiones de ubicarse en la franja en donde los precios de producción se establecen por arriba de los valores y de otras economías y regiones para ubicarse en la franja en donde los precios de producción se establecen por debajo de los valores tiene consecuencias, en términos que el intercambio desigual deja de ser un proceso coyuntural, lo

que generará patrones de reproducción de capital (OSORIO, 2004, pp. 33-85) en unas y otras economías y regiones que apunten a que las condiciones que permiten que los procesos que favorecen el intercambio desigual se reproduzcan y se reproduzcan a su vez las condiciones que impulsen el desarrollo de unas economías y regiones y la dependencia y el subdesarrollo de otras. Y esto se expresará a su vez en que los Estados cuenten con mayor o menor poder en el plano del sistema mundial, y clases dominantes que establecerán alianzas económicas y políticas a fin de sacar adelante los intereses del capital, unas como capitales dominantes y otras como capitales subordinados.

En otras palabras, la persistencia en el tiempo de economías en una u otra posición en la relación precio de producción-valor, por arriba o por debajo, pone de manifiesto que los mecanismos considerados para la nivelación constante de las constantes desiguales no operan y se convierten, por el contrario, en una desnivelación constante de las constantes desiguales.

La persistencia del intercambio desigual no se vio mermada para cuando América Latina puso en marcha procesos de industrialización porque el patrón industrial de reproducción de capital se vio descabezado cuando se debía pasar a la etapa de una industrialización pesada. En esa encrucijada, que reclamaba destinar masas de

capitales de mayor volumen para establecer industrias de repuestos, máquinas, herramientas y bienes de capital en general, la burguesía industrial de la región terminó optando por comprar estos bienes particularmente a los Estados Unidos, economía que luego de la Segunda Guerra inicia una profunda renovación del capital fijo en su planta productiva, lanzando al mercado mundial una enorme cantidad de equipos obsoletos para su nivel tecnológico, pero aún útiles, a precios atractivos y además con facilidades de pago. Ello terminó por derrumbar las resistencias, si las hubo, para poner en marcha una industria pesada extensa con recursos locales, frente a la envergadura de acumulación que ese proceso implicaba para los capitales regionales.

En otra modalidad que no altera lo sustancial, esos equipos llegaron de la mano de paquetes de inversión y de asociación de la burguesía latinoamericana con el capital extranjero, en proyectos para la industria regional. De esta forma la posibilidad de construir un sector industrial orgánico, que desatara potencialidades tecnológicas y productivas, se vio cancelado.

Así, aún en los momentos de mayor impulso del patrón industrial, las economías latinoamericanas siguieron dependiendo en lo fundamental de las exportaciones primarias, con sus secuelas de intercambio desigual y de acceso a créditos para hacer frente a las importaciones de equipos industriales y bienes suntuarios y para el pago de deudas.

Con el establecimiento del nuevo patrón exportador de especialización productiva en las últimas dos décadas del siglo XX (OSORIO, 2004, pp. 101-127), que implicó el retorno a economías basadas en la exportación de materias primas y alimentos, junto al establecimiento de algunos segmentos manufactureros de grandes cadenas de valor, por lo general de intensidad tecnológica media o por debajo de la media, y muy escasos en tecnologías de punta, la baja composición orgánica del capital que estos procesos reclaman ha seguido alimentando la transferencia de valor por la vía del intercambio desigual. La particular coyuntura abierta en la primera década del siglo XXI, con un sustantivo incremento del volumen de las exportaciones y un elevado incremento de los precios, permitió multiplicar de manera sustantiva las ganancias de los capitales ligados a los rubros de exportación⁷, pero no el desarrollo de las economías⁸.

4. Intercambio desigual ¿al revés?

Juan Iñigo Carrera ha formulado una particular interpretación de la teoría de la renta que no sólo busca discutir el intercambio desigual, sino también la propia teoría de la dependencia. Sin embargo su formulación presenta contradicciones que terminan poniendo en entredicho sus esfuerzos.

Detengámonos aquí en su explicación de los flujos internacionales de renta y plusvalía, que

curiosamente no son asumidos como parte de procesos de intercambio desigual. En tanto estas explicaciones se producen teniendo a la renta de la tierra como elemento central, señalamos que a diferencia de las ganancias extraordinarias en el sector industrial, en donde es el tiempo de trabajo de productividad promedio socialmente necesario el que define el valor de las mercancías, en la producción agraria puede ocurrir que la demanda social reclame incorporar a la producción tierras con muy baja calidad, o con localización de difícil acceso, lo que debido a la condición de bien natural de la tierra, no reproducible, permite que el precio de producción de los bienes agrícolas se establezca a partir de las tierras menos fértiles, por lo que todas las producciones que se desarrollan en tierras con mayores fertilidades permiten la generación de ganancias extraordinarias, renta diferencial, siendo esta mayor mientras mejor sean las tierras trabajadas.

7 Para el caso de los gobiernos populares (Venezuela y Bolivia) y de algunos gobiernos progresistas, esos incrementos favorecieron los gastos en servicios públicos, mejoras en salarios, pero poco en infraestructura para complejizar la estructura productiva.

8 El masivo aporte de capitales extranjeros, la presencia de regímenes dictatoriales que impusieron a las clases dominantes – fuertemente debilitadas por la guerra – orientaciones coactivas sobre cómo y dónde invertir, con férreos planes para impulsar ramas industriales estratégicas, así como la imposición de elevadas tasas de explotación sobre la población trabajadora por largos años, hace que la experiencia de Corea del Sur se ubique como un caso de excepción (OSORIO, 2016, pp. 216-280). No fue la simple lógica del mercado la que propició estos cambios. No entender esto es lo que llevó a los neodesarrollistas a suponer que ya se contaba con una receta o modelo posible de seguir a partir de la poderosa plataforma exportadora creada en la región en las últimas décadas.

El hecho que no sea el tiempo promedio sino el empleado en las peores tierras el que define el precio de producción en el sector agrícola es lo que propicia que Marx hable de “falso valor social”, el cual es cubierto por la plusvalía generada por el resto de los sectores económicos. Así tenemos entonces que en la propia renta diferencial operan mecanismos de transferencia de valor. Estos dos aspectos erróneamente son negados por Astarita (2009b, p. 6), ensimismado en la noción de trabajo potenciado, con la cual niega las transferencias de valor. Los problemas comienzan con lo que IC llama “flujos internacionales”, sin asumir que constituyen transferencias de valor ni intercambio desigual. Señala Carrera (2007, p. 80):

[...] que, en la división internacional del trabajo [se establece] una relación específica entre un ámbito nacional donde se concentra el capital industrial en general [economías desarrolladas], y otro donde se concentra el capital agrario [economía argentina] que pone en acción una productividad del trabajo que supera a la que determina el precio de producción en el mercado mundial.

En estas condiciones, “el flujo genérico de la plusvalía convertida en renta diferencial de la tierra toma la forma concreta de un flujo internacional por el cual, el ámbito nacional donde se concentra el capital industrial en general, pierde el control directo sobre el curso de una

porción de la plusvalía producida en él.” (ídem *ibídem*; énfasis añadido).

El capital que sufre esta merma de plusvalía es el capital industrial inglés, que “en la génesis [...] del proceso nacional argentino de capital durante el siglo XIX, (y) que alcanza su plenitud en las primeras décadas del siglo XX [...], se abastece de mercancías agrarias fuera de su propio ámbito nacional” (ídem *ibídem*). Y esa merma significa valor apropiado por la economía argentina en perjuicio de Inglaterra. En otras palabras, tenemos un intercambio desigual de acuerdo a lo señalado anteriormente, sólo que al revés. Plusvalía que viaja de las economías centrales o industrializadas a la llamada periferia o economía dependiente.

Pero el flujo internacional de ganancia extraordinaria que favoreció la renta para Argentina sufre en un momento posterior un movimiento inverso. Señala IC que:

A través del capital prestado a tasas extraordinariamente altas y la valorización extraordinaria de los capitales industriales aplicados en la Argentina a la circulación de las mercancías agrarias y demás servicios públicos, el proceso nacional británico de acumulación de capital recupera para sí parte de la plusvalía que extrajera a sus obreros – a su vez, consumidores específicos de las mercancías agrarias argentinas – y que escapara inicialmente de sus manos rumbo al proceso nacional argentino de

acumulación de capital bajo la forma de renta diferencial de la tierra (*ibídem*, pp. 80-81; énfasis en lo original).

En este caso, por las razones señaladas, el capital inglés logra reapropiarse de las mermas sufridas cuando adquirió bienes agrícolas argentinos y debió pagar precios superiores a los precios de producción por la renta diferencial allí concentrada, en beneficio de Argentina. Para IC, estos movimientos y flujos de ganancia, ahora en sentido contrario, de Argentina hacia Inglaterra, tampoco constituyen transferencias de valor.

Todo se lleva a cabo sin pérdidas para nadie, pero propiciando resultados desiguales. La unidad mundial de la acumulación así lo exige.

5. El deterioro en los términos de intercambio como indicio del intercambio desigual

Siendo necesaria la crítica a las conclusiones que la CEPAL derivó del problema, como suponer la presencia de una burguesía capaz de llevar a cabo procesos de industrialización hasta el punto de permitir retener los frutos del progreso técnico, o las razones del porqué dicho problema se produce (salarios más altos en las economías industriales; economías – desarrolladas – que cuentan con sindicatos más poderosos; o precios que favorecen a la periferia en las fases de expansión, pero que empeoran

en las fases recesivas más que lo que habían mejorado) (RODRÍGUEZ, 1980, pp. 41-58), lo cierto es que sus estudios, junto a otros, sobre el deterioro en los términos de intercambio, en perjuicio de los precios de los productos que exportan las economías periféricas, y que favorece a los precios de los bienes industriales y tecnológicos que venden las economías centrales, permiten vislumbrar el proceso del intercambio desigual.

Los estudios sobre el tema cuentan con información desde fines del siglo XIX y ponen de manifiesto que salvo periodos excepcionales, como el abierto en la segunda mitad de la primera década del siglo XXI, favorecido por la elevada demanda china, los precios de los productos latinoamericanos han perdido peso frente al incremento relativo de los precios de los productos de las economías desarrolladas. Así, de acuerdo a un estudio del departamento económico de Naciones Unidas y considerando el quinquenio 1876-1880 igual a 100, la relación entre los precios de los productos primarios frente a los de los productos manufacturados desciende a 96,3 para el periodo 1886-1890, a 87,1 de 1896 a 1900, y se estabiliza en 85,8 entre 1906 y 1913, comenzando a caer con mayor rapidez finalizada la Primera Guerra (MARINI, 1973, p. 30; SANTI, 1971, p. 49).

Para el siglo XX los movimientos caminan en igual dirección, agudizando la tendencia a la caída de los precios de los productos primarios

en relación a los precios de los productos industriales. Para 1946-1947 el referido índice se ubicó en 68,7 (PREBISCH, 1986). Ocampo y Parra, utilizando fuentes diversas (incluyendo trabajos de *The Economist*), señalan que para el “[...] año 2000 las materias primas habían perdido entre el 50 y 60% del valor relativo que tenían frente a las manufacturas hasta la década de 1920” (OCAMPO & PARRA, 2003, p. 11).

Cuando Astarita formula una explicación de este proceso, señala que el deterioro de los términos de intercambio es resultado de la diferencia entre trabajo complejo o potenciado, llevado a cabo en las empresas del mundo desarrollado, y el trabajo simple, predominante en las empresas del mundo dependiente. Más allá del papel de este elemento, lo que Astarita busca evitar por esta vía es indicar que existen transferencias de valor entre economías, a pesar que señala previamente que asume el supuesto de una tasa media de ganancia y de precios de producción (ASTARITA, 2009a, p. 156). Pero desde ese horizonte no hay forma de eludir el tema de los valores producidos y de la ganancia apropiada y de las transferencias de valor entre ramas, sectores y economías.

Refiriéndose a los procesos que ocurren con la fijación de una tasa media de ganancia, base para la fijación posterior de precios de producción, Marx señala que las diversas cuotas de ganancia de distintas esferas y ramas de

producción “son compensadas entre sí por medio de la concurrencia para formar una cuota general de ganancia distinta” (MARX, 1973, p. 164; énfasis añadidas). Es decir, la ganancia que pierde una esfera o rama la gana otra, y viceversa. Por tanto se transfieren valores, más allá que esto corresponde a la unidad y desigualdad presentes en las posibilidades de reproducción de todo el capital, como hemos comentado en puntos anteriores.

Para la TMD, el intercambio desigual no significa asumir que las economías desarrolladas explotan a las economías dependientes, como de manera insistente sostiene Astarita (2009a, p. 143). Las clases dominantes locales juegan un papel activo en la explotación que llevan a cabo capitales y Estados del mundo desarrollado sobre los trabajadores de las economías dependientes, y en reproducir las asociaciones y relaciones subordinadas con los capitales de las economías desarrolladas. Destacar esa condición de las clases dominantes es uno de los puntos políticos centrales que esa teoría ha formulado y que pone de manifiesto las falacias de neodesarrollistas y neoschumpeterianos en su esperanza de que la burguesía latinoamericana encabece proyectos de desarrollo que propicien bienestar para la mayoría de la población.

6. La renta de la tierra: ¿alternativa a la teoría marxista de la dependencia?

En tanto Dialéctica de la dependencia es un texto que busca dar cuenta de las tendencias que explican la dinámica del capitalismo dependiente, sus señalamientos operan en un nivel que impiden dar cuenta de situaciones concretas. En el post escrito que acompaña el texto principal de ese libro, Marini señala que: “el nivel mismo de abstracción del ensayo no propiciaba el examen de situaciones particulares, que permitieran introducir en el estudio cierto grado de relativización” (MARINI, 1973, pp. 81-82).

En ese nivel opera una situación general en las economías de la región – lo que no niega particularidades – en donde el tema de la renta de la tierra y las ganancias extraordinarias (en relación a qué, es el punto que IC no aclara) no impide que la inserción de las economías latino-americanas en el mercado mundial limite las transferencias de valor, ponga fin al intercambio desigual, altere el desarrollo del subdesarrollo, limite la superexplotación y la dependencia. Esta doble situación es lo que explica por qué Marini no le prestó al tema de la renta una atención especial, sin que ello implique que fuese ajeno a sus consecuencias económicas y políticas en la región (MARINI, 1976).

Diversos estudios ponen de manifiesto que el supuesto privilegio de la renta de la tierra

en materia de comercio internacional y de ganancias extraordinarias no ha impedido el intercambio desigual, como sostiene IC (Carrera, 2008). No son datos menores ni basta decir que Naciones Unidas, la CEPAL, UNCTAD, The Economist y otros no son confiables en sus estudios y cifras que destacan el peso del deterioro en los términos de intercambio, lo que no significa avalar las conclusiones que de allí derivan. Si esos datos se consideran no confiables, el problema pasaría entonces por presentar estudios y estadísticas confiables⁹.

Es posible que la posición excepcional de Argentina en algunos aspectos puede ayudar a explicar el especial interés que despierta entre intelectuales de esa sociedad el estudio de la renta, pero no sus conclusiones. Me referiré a dos asuntos considerando básicamente la segunda mitad del siglo XIX y la primera del siglo XX, aunque señalaré algunos datos para fechas más recientes: el primero refiere a la propiedad de los sectores de exportación; el segundo, a los valores de uso dirigidos al mercado mundial.

El hecho que la producción para la exportación en Argentina descansara en lo fundamental en manos de capitales nacionales ofreció

⁹ El laborioso esfuerzo estadístico de Carrera (2007, pp.185-295) no resuelve este problema, dada las inconsistencias teóricas en su concepción de los “flujos” de renta y ganancias, y en la propias dudas del autor sobre la capacidad de la renta de compensar el intercambio desigual, como veremos en lo que sigue.

condiciones que difieren de la mayoría de las economías regionales, en donde la propiedad de los rubros de exportación estaban en manos de capitales extranjeros, fuese petróleo, cobre, plátanos o azúcar, o bien estaban concesionados a dichos capitales.

En el primer caso, ello permite que retorne a la economía local una masa mayor de valor y aliente actividades productivas asociadas a los bienes exportados, como sería el caso de la manufactura del cuero vacuno, de la lana, instalación y mantención de frigoríficos y otras actividades, lo que dinamizó tempranamente el aparato productivo, el desarrollo de las clases sociales urbanas y el aparato de Estado. El trabajo de Cardoso y Faletto (1969) aborda estos procesos con su sesgo sociologista. A esto debe agregarse la masiva inmigración de artesanos, obreros especializados, y brazos en general, que alentó la temprana diversificación de actividades productivas urbanas en Argentina.

Estos procesos se ven claramente reducidos cuando son capitales foráneos los propietarios o concesionarios de los rubros de exportación, como Standard Fruit, Anaconda, Kenecott, Royal Dutch Shell, Standard Oil Company de New Jersey, Richmond Petroleum Company. Estos y otros consorcios que operaron – y algunos aún operan – en la región transfieren parte sustantiva de sus ganancias a sus países de origen, dejando en las economías de la región

montos ínfimos del valor producido, lo que crea pocas condiciones para la puesta en marcha de otras actividades productivas.

Además las materias primas minerales producidas para la exportación, como cobre, salitre, estaño, e incluso petróleo, no se prestan para generar otras actividades productivas asociadas, en tanto requieren equipos y conocimientos de difícil aplicación, dado el nivel de la planta productiva. La plata es quizá el producto en esta línea que más se presta para permitir su procesamiento interno.

Pero siendo relevante el tema de la propiedad de las grandes plantaciones trigueras y de la producción de ganado en el caso argentino, ello sin embargo se ve relativizado cuando incorporamos la propiedad de las actividades productivas aledañas. Allí aparece la industria de refrigeración de carnes, en donde el peso del capital extranjero merma los beneficios de la renta. En 1882 llegan los capitales ingleses a la industria frigorífica argentina, expandiendo sus funciones y dejando poco espacio a los capitales locales en esa actividad. Ello se ve acrecentado desde 1907, con el arribo de capitales estadounidenses.

Lo mismo tiende a ocurrir con la comercialización del café en Brasil y el enorme peso de las compañías extranjeras. A comienzos del siglo XX Brasil cubría el 75% de la producción mundial de café, con São Paulo como eje geográfico

principal. Pero eran sociedades alemanas (Th. Wille, Carl Hellwig), inglesas (Naumann, Johnson) y estadounidenses (Arbuckle, Hard Rand) las que manejaban las exportaciones. Las cinco primeras compañías comercializadoras controlaban el 53% de las exportaciones brasileñas, que correspondían al 39,7% de las exportaciones mundiales, en tanto las 10 primeras controlaban el 71% de dichas exportaciones, que correspondían al 53,2 de las exportaciones mundiales. Las sociedades brasileñas de comercio sólo exportaban el 6,6 por ciento del café producido en el país (RENARD, s/f). Situaciones semejantes podemos encontrar en relación al cobre, estaño, petróleo, frutas, azúcar, cacao, etc.

En pocas palabras, cuando se agregan variables con significación en la apropiación de la renta, en donde la propiedad local de los rubros de exportación puede ser relevante, pero si las actividades colindantes, y la comercialización están en manos de capitales foráneos, el peso relativo de la renta como ganancia extraordinaria apropiada por las economías locales comienza a perder significación. Mucho más serio será el problema cuando la propiedad o concesión de los principales rubros de exportación estén en manos de capitales extranjeros y si a ello se suma el papel relevante de capitales extranjeros también en la comercialización.

Esta situación tiende a reproducirse en los tiempos actuales. El capital extranjero gana creciente presencia en América Latina en la producción de minerales y materias primas en general, y también en bienes alimenticios del sector agrario, pecuario y de la piscicultura.

Según la CEPAL, en 2010, el área de producción de soja en Argentina fue de 18 millones de hectáreas. La producción superó los 52 millones de toneladas. Con la utilización de equipos avanzados de trituración, Argentina es altamente competitiva frente a sus rivales estadounidenses y brasileños. La presencia de empresas transnacionales se ha elevado desde inicios del siglo XXI, con un nuevo empuje de consorcios antiguos. Así, dentro de las cinco mayores empresas de molienda de soja se ubican tres estadounidenses (Bunge, Cargill y Molinos Río de la Plata), una argentina (Vicentin) y una francesa (Louis Dreyfus), las que concentran el 81% de la molienda.

Para el caso de Brasil, las empresas de molienda son casi las mismas, aunque las exportaciones de esta economía se realizan básicamente en granos. En los primeros cinco lugares se encuentran Bunge Alimentos, Cargill Agrícola, ADM (también estadounidense) Coinbra (Louis Dreyfus) y la brasileña André Maggi (CEPAL, 2012, p. 114). En ambas economías, el peso de Monsanto, quien vende las semillas

transgénicas, y Bayer, los insecticidas y demás agroquímicos, son muy relevantes. La disputa y el reparto de la renta entre tantos intereses involucrados de manera directa no son asuntos menores.

El segundo elemento de importancia refiere al tipo de valores de uso que producía la economía argentina: trigo y carne, los que constituyen productos fundamentales en la canasta de bienes salarios de la población europea y estadounidense¹⁰.

Eso permitía que su demanda, más allá de las crisis económicas mundiales, mantuviera niveles que difícilmente podían lograr las economías productoras de minerales o de otros alimentos y postres que no estaban en lugares centrales (como azúcar, cacao, plátano y café) en la canasta de consumo de los asalariados de las economías desarrolladas, y que incluso propiciaba reducciones en el consumo de las clases dominantes de esas economías y de los sectores del capital ligados a la producción industrial, para el caso de los minerales.

Pero aun así, Argentina vivió duros momentos en los años treinta en medio de la gran crisis desatada en 1929. Gran Bretaña, su principal socio comercial, decidió proteger el mercado de carnes de la Comunidad Británica, privilegiando la compra a sus ex-colonias, como Australia, Canadá y Sudáfrica, y excluyendo a otras economías. En este cuadro el gobierno argentino estableció negociaciones con el de Gran Bretaña que dieron forma a un acuerdo que se firmó el 1 de mayo de 1933: el pacto Roca-Runciman

(por el vicepresidente argentino, Julio A. Roca hijo y el Ministro de Comercio Británico, sir Walter Runciman), con resultados gravosos para la economía argentina.

Entre los puntos firmados se estableció que Gran Bretaña adquiriría no menos de 390.000 toneladas de carne enfriada argentina, siempre que el precio fuese menor al de los proveedores de la Comunidad Británica y con una participación no menor al 85% de carnes provenientes de frigoríficos británicos y estadounidenses. A su vez, Argentina liberaba de impuestos todos los productos británicos, y se asumía que la totalidad de las compras argentinas de carbón debían realizarse a Gran Bretaña, adjudicándose a este país a su vez el monopolio de los transportes de Buenos Aires. Como parte del pacto se crea también el Banco Central de la República Argentina, que regularía las tasas de interés y la emisión monetaria, con un directorio con una presencia importante de funcionarios ingleses (EL HISTORIADOR, s/f).

Sin embargo, IC señala en tono dubitativo que el argumento del flujo desfavorable a la economía argentina por efecto del “intercambio desigual” resulta inconsistente [porque] más allá de la renta diferencial, el precio de las mercancías exportadas encierran un componente de renta de

10 Empleamos variables que constituyen elementos relevantes para el análisis de los patrones de reproducción de capital (OSORIO, 2014).

monopolio absoluto sobre la tierra. Con lo cual, por muy chico que este componente sea respecto del correspondiente a la renta diferencial, su existencia pone en evidencia que *las mercancías agrarias se venden en el mercado mundial a un precio comercial que se ubica por encima del correspondiente a su precio de producción*. Esta porción de la renta contrarresta, e incluso puede (sic) más que compensar, el efecto de la menor composición orgánica del capital agrario respecto del industrial en general. (CARRERA, 2007, p. 82; énfasis añadido)

Al fin que “la venta de las mercancías primarias en el mercado mundial implica el flujo de plusvalía desde el país importador al exportador” (CARRERA, 2008, p. 31), esto es, Inglaterra, la Unión Europea, Estados Unidos y China han transferido valor a América Latina en los diversos momentos en que han importado materias primas y alimentos desde esta región.

Pero aún en el supuesto que *hubiera una diferencia sistemática en contra* [de los países proveedores de materias primas] *entre el valor y los precios de producción* de las mercancías exportadas [esto implicaría *simplemente* que la clase obrera [del país perjudicado] *gasta una masa de trabajo social mayor a la materializada en las mercancías importadas de igual precio de producción*. (Ídem *ibídem*; énfasis añadido)

Lo primero a destacar es que si en el primer párrafo, y por efecto de la renta diferencial, IC

asume que el precio comercial se ubica por encima del precio de producción, lo que “contrarresta”, y más aún, “*puede* (sic) más que compensar” la menor composición orgánica de las economías productoras de materias primas, en el segundo párrafo, “*si hubiera* diferencia sistemática en contra (sic)” (que los precios de producción sean inferiores al valor), esto es sólo un problema *en donde hay que entregar más trabajo social por menos trabajo social. Y lo que constituye un problema a explicar* – y que se encuentra en la base del intercambio desigual – del punto de vista del por qué se produce ese proceso y qué consecuencias tiene para las distintas economías que intervienen, IC *lo naturaliza*, señalando, en seguida a lo anterior, que “*a la acumulación de capital, este mayor gasto* [de trabajo social] *le es por completo indiferente*” (Ídem *ibídem*; énfasis añadido). Y con ello da por cerrado el asunto¹¹.

Pero la explicación del por qué IC no le da mayor relevancia a este “intercambio desigual” se encuentra unas líneas antes de lo señalado en la segunda cita. Allí IC afirma que “*los capitales de los países que el propio capital social ha formado como proveedores de materias primas pueden acumularse a la misma velocidad que el de los países productores de mercancías en general*” (sic) (Ídem

¹¹ Habría que señalar que a la acumulación de capital le pueden ser indiferentes muchos procesos, como la explotación, la generación de población sobrante relativa, el pauperismo, la prolongación de la jornada, los salarios por debajo del valor, y así un largo etcétera. ¿Ello justifica que no debamos preguntarnos en qué consisten y cuáles son sus consecuencias?

ibidem; énfasis añadido). Pareciera que IC regresa a los planteamientos de la teoría clásica del comercio internacional en torno a que la especialización productiva sobre bienes sobre los que se cuenta con ventajas comparativas, determinada por fertilidad de los suelos, disponibilidad de riquezas mineras, termina por provocar condiciones privilegiadas de competencia, permitiendo que las transacciones *resulten beneficiosas para todas las economías* (MARINI, 1994, p. 140). En definitiva, no importa lo que cada economía produzca, una azúcar, soja o plátanos, y otra equipos industriales, *software* o cohetes espaciales, al fin que con las productividades adecuadas todas podrán “acumular a la misma velocidad” y alcanzar beneficios en sus intercambios.

Al aproximarse a una formulación como la anterior, reforzada por IC con la teoría de la renta de Marx, no es difícil verificar los rechazos en que incurre este autor para explicar situaciones como el capitalismo dependiente. ¿Para qué hablar de intercambio desigual, “si los capitales proveedores de materias primas pueden acumularse a la misma velocidad que el de los países productores de mercancías en general”? Y ello se refuerza si se cuenta con productos con rentas diferenciales. *Pero si no se producen mutuas ventajas y beneficios, no es relevante, porque a la acumulación de capital le tiene sin cuidado el que economías diversas se relacionen intercambiando masas desiguales de trabajo social.* Desde esta lógica claro que no tiene sentido hablar de intercambio desigual y de capitalismo dependiente.

El supuesto de precios comerciales por encima del precio de producción tiene cierto sentido si se considera que la carne de res y la de cordero constituyen dos de los cuatro productos básicos cuyos precios aumentaron su valor relativo frente a los precios de los productos manufacturados en el siglo XX (con un acumulado entre 1900/1904 y 1996/2000 de 134,6 para la primera, y de 399,3 para la segunda), siendo los otros dos madera (208,1) y tabaco (100,4). Pero lo desmiente el precio del trigo, el otro gran producto de exportación argentino, que sufre una caída acumulada en el siglo XX de -46,4 frente a los precios de las manufacturas en casi todo el siglo XX (OCAMPO & PARRA, 2003, p. 13).

El peso del capital extranjero en diversos momentos de la producción y comercialización y en la apropiación de renta no debe olvidarse en todo lo anterior. Tampoco se puede desdeñar que al cubrir los cálculos anteriores hasta el periodo 1996-2000, el acumulado se ve incrementado por la elevación de los precios de los productos básicos en la última década del siglo XX, tendencia que se extenderá hasta la primera década del siglo XXI.

“No es porque se cometieron abusos en contra de las naciones no industriales que éstas se han vuelto económicamente débiles, es porque eran débiles que se abusó de ellas” (MARINI, 1973, p. 31). Las ventajas que algunos autores atribuyen a la renta de la tierra no lograron permitirle a

Argentina, con las particularidades excepcionales señaladas, *un derrotero cualitativamente distinto* que al resto de las economías de la región, *marcado por la subordinación, el subdesarrollo y la dependencia*. Con mayor razón ese será el norte de economías regionales con mayores debilidades. Para el siglo XX el grueso de los precios de los productos que exporta América Latina sufrió caídas relativas: azúcar (-65,4), banano (-7,5), cacao (-61,8), cobre (-46,0), lana (-7,6) y plata (-23,8). Sólo el café (45,3) y el estaño (15,4) revierten esta tendencia, además de los casos señalados anteriormente (OCAMPO & PARRA, 2003, p. 13).

Conclusiones

La renta diferencial propicia ganancias extraordinarias. Sin embargo, inicialmente esas ganancias extraordinarias se consideran en relación a la tasa media de ganancia y a los precios de producción del sector agrícola. Pero el hecho de ser ganancias extraordinarias en el seno del sector agrario, esto no significa que esas ganancias extraordinarias permanecerán por arriba de las tasas de ganancia y de los precios de producción y precios comerciales de otros sectores productivos y de otras economías con una elevada composición orgánica. Confrontados a esta situación, las ganancias extraordinarias del sector agrícola pueden quedar igualadas o quedar por debajo de las ganancias medias de

esos otros sectores. Por tanto, en relaciones comerciales con economías de elevados precios de producción, los productores de ganancias extraordinarias en el sector agrario pueden incluso transferir valor y encontrarse en relaciones de intercambio desigual¹². A esto debe añadirse la participación de muy diversos capitales, nacionales y extranjeros, en las fases de producción y comercialización de los bienes agrícolas, todo lo cual propicia repartos de la renta que limitan su concentración en sólo algunas manos, así como limitan el monto de ganancia que regresa a la economía productora de la renta.

Los capitales exportadores latinoamericanos ligados a la producción de materias primas y alimentos han puesto de manifiesto su incapacidad de arrastrar el desarrollo de otros sectores, en donde el industrial es fundamental. Sus ganancias han tendido a generar muchos ingresos y riqueza para sectores específicos del capital y terratenientes, y elevados recursos en manos del Estado vía impuestos y otros mecanismos, pero no generaron desarrollo. La simple dinámica del mercado no los lleva a hacer inversiones productivas en otros sectores y a complejizar la estructura productiva. Lo realizado con las

12 En el caso de la agricultura [...] el establecimiento de la cuota media de ganancia entraña la cesión de una parte de la plusvalía ahí obtenida a otras ramas de composición orgánica superior, de tal modo que la transferencia favorable de la que se beneficia la agricultura al imponerse en el precio un costo falso es más o menos neutralizada por las transferencias desfavorables que le impone la nivelación de la ganancia." (BARTRA, 2006, p. 85)

ganancias extraordinarias percibidas en la primera década del siglo XXI, por los elevados precios de los productos exportados por América Latina, y la elevación de la masa de productos, ha vuelto a poner de manifiesto lo recién señalado (OSORIO, 2016, pp. 241-276). Y esta es una historia recurrente en la mayoría de los países de la región.

En las determinaciones que definen la reproducción dependiente, la renta de la tierra no tiene condiciones de alterarlas, y en momentos particulares sólo de morigerarlas, para volver a agudizarlas, con lo cual se retoman los procesos que caracterizan la dependencia y el subdesarrollo. La agresiva historia de nuestros días en Argentina y Brasil así lo señala.

Bibliografía

AMIN, S. "El comercio internacional y los flujos internacionales de capitales" [1971] En: AMIN, BETTELHEIM *et al.* *Imperialismo y comercio internacional*. El intercambio desigual. México: Cuadernos de Pasado y Presente n. 24, novena edición, 1984.

ASTARITA, R. *Monopolio, imperialismo e intercambio desigual*. Madrid: Maia Ediciones, 2009a.

_____. "Respuesta al profesor Juan Ignacio Carrera" [2009b]. Recuperado de: www.rolandoastarita.com/novRespuestaaInigocarrera.htm. Consultado el 16 de marzo de 2016.

_____. *Economía política de la dependencia y el subdesarrollo*. Tipo de cambio y renta agraria en la Argentina. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2010.

BARTRA, A. *El capital en su laberinto*. De la renta de la tierra a la renta de la vida. México: Editorial Itaca, UACM, CEDRSA, 2006.

BETTELHEIM, C. "Intercambio internacional y desarrollo regional" [1971] En: AMIN, BETTELHEIM *et al.* *Imperialismo y comercio internacional*. El intercambio desigual. México: Cuadernos de Pasado y Presente, n. 24, novena edición, 1984.

CARDOSO, F. H. & FALETTTO, E. *Dependencia y desarrollo en América Latina*. México: Siglo XXI Editores, 1969.

CARRERA, J. I. *La formación económica de la sociedad argentina*, vol. I, Renta Agraria, ganancia industrial y deuda externa, 1882-2004. Buenos Aires: Imago Mundi, 2007.

_____. "La unidad mundial de la acumulación de capital en su forma nacional históricamente dominante en América Latina. Crítica a las teorías del desarrollo, de la dependencia y del imperialismo" En: Centro para la investigación como Crítica Práctica (CICP), 2008. Recuperado de: <https://marxismocritico.com/2013/02/13/la-unidad-mundial-de-la-acumulacion-de-capital/>. Consultado el 29 de septiembre de 2016.

_____. "Renta agraria, ganancia del capital y tipo de cambio: respuesta a Rolando Astarita" In: *Centro para la investigación como Crítica Práctica (CICP)*, 2009. Recuperado de http://www.ips.org.ar/wp-content/uploads/2011/04/Juan_Inigo_Carrera_Respuesta_a_Astarita_sobre_renta.pdf Consultado el 29 de septiembre de 2016.

CEPAL. *La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: CEPAL, 2012.

CENTRO DE ANÁLISIS MULTIDISCIPLINARIO (CAM). *Poder adquisitivo del salario y precarización del nivel de vida de los trabajadores en México*. Reporte n. 100. México: Facultad de Economía, UNAM, 2012.

CROSSA, Mateo. *Honduras: maquilando subdesarrollo en la reestructuración capitalista*. Tesis para optar al grado de maestro en Estudios Latinoamericanos. México: Programa de Posgrado de Estudios Latinoamericanos, UNAM, 2014.

EL HISTORIADOR. "Paño Roca-Runciman. El debate de las carnes en la década de 1930.", s/f. En: http://www.elhistoriador.com.ar/articulos/decada_infame/paño_roca. Consultado el 20 de septiembre de 2016.

EMMANUEL, A. *El intercambio desigual*. Ensayo sobre los antagonismos en las relaciones económicas internacionales. México: Siglo XXI, 1972.

FRANK, A. G. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1970.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México: Editorial Era, 1973.

_____. "La reforma agraria en América Latina. (Comentarios a la intervención de Michel Gutelman).", *Cuadernos Agrarios* n. 4, México, octubre-diciembre 1976. Disponible en <http://www.marini-escritos.unam.mx>

_____. "La crisis del desarrollismo". En: MARINI, R. M. & MILLÁN, M. (coord.). *La teoría social latinoamericana*. Subdesarrollo y dependencia, tomo II. México: Ediciones El Caballito, 1994.

- MARX, Karl. *Grundrisse*, t. I. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971.
- _____. *El capital*, t. III. México: Fondo de Cultura Económica, 1973.
- OCAMPO, J. A. & PARRA, M. A. “Los términos de intercambio de los productos básicos en el siglo XX”, *Revista de la CEPAL* 79, Santiago, 2003.
- OSORIO, Jaime. *Crítica de la economía vulgar*. Reproducción del capital y dependencia. México: Miguel Ángel Porrúa/UAZ, 2004.
- _____. “La noción patrón de reproducción”, *Cuadernos de Economía Crítica* n. 1, Sociedad de Economía Crítica, La Plata, Argentina, 2014.
- _____. Osorio, J. *Teoría marxista de la dependencia*. Historia fundamentos, debates y contribuciones. Argentina: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016a.
- _____. *Teoría marxista de la dependencia*. México: Editorial Itaca/UAM, 2016b.
- PÉREZ SOTO, C. Sobre Hegel. Santiago de Chile: Palinodia, 2006.
- _____. *Desde Hegel*. Para una crítica radical de las ciencias sociales. México: Editorial Itaca, 2008.
- PREBISCH, Raúl. “El desarrollo económico en América Latina y algunos de sus principales problemas”, *Desarrollo Económico* 26, 1986, pp. 479-502.
- RENARD, Marie-Christine. “La regulación del mercado internacional del café: una perspectiva histórica”, *Centro de estudios mexicanos y centroamericanos*, s/f. Recuperado de: <http://books.openedition.org/cemca/526?lang=es>. Consultado el 20 de septiembre 2016.
- RODRÍGUEZ, Océavio. *La teoría del subdesarrollo de la CEPAL*. México: Siglo XXI Editores, 1980.
- SANTI, Paolo. “El debate sobre el imperialismo en los clásicos del marxismo”, *Cuadernos de Pasado y Presente* n. 10, Córdoba (Argentina), 1971.

GIL FELIX

SOBRE O CONCEITO DE EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA
EM RUY MAURO MARINI

Recebido em 05/2017

Aprovado em 06/2017

SOBRE O CONCEITO DE EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA EM RUY MAURO MARINI¹

Resumo

O artigo analisa o conceito de exército industrial de reserva na teoria proposta por Ruy Mauro Marini em *Dialéctica de la dependencia* (1973) e nos artigos publicados complementarmente pelo autor. A partir da revisita a esses textos, analisa como tal conceito se inseria em seu esquema teórico e explicita quais eram os processos a que ele atribuía especificidade ao mesmo no âmbito da denominada teoria marxista da dependência.

Palavras-Chave: Exército de reserva; Ruy Mauro Marini; dependência

Abstract

The paper analyzes the concept of reserve army of labour in the theory proposed by Ruy Mauro Marini in *Dialéctica de la dependencia* (1973) and in complementary articles published by the author. From revisiting these texts, it analyzes how this concept was inserted in its theoretical scheme and explicits which processes he attributed specificity to it within the so-called Marxist dependency theory.

Keywords: Reserve army of labour; Ruy Mauro Marini; Dependency.

GIL FELIX

Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹ Este artigo foi desenvolvido ao longo de um estágio de pesquisa no Centro de Estudios Latinoamericanos de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la Universidad Nacional Autónoma de México (CELA/FCPyS/UNAM), sob supervisão do prof. Adrián Sotelo Valencia, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Agradeço as leituras e comentários de versão desse artigo feitos por ele, Adrián Sotelo, e pelos profs. Ricardo Antunes (Unicamp), Fernando Lourenço (Unicamp) e Mauro Almeida (Unicamp). Agradeço também à profa. Nadya Araujo (USP), que gentilmente me disponibilizou, por e-mail, arquivo digital da sua tese defendida naquela Universidade. O texto que agora apresento é de minha inteira responsabilidade.

I. Introdução

O debate que travaram Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini no final dos anos 1970 caracterizou-se por uma série de desencontros e, uma vez abortado por Cardoso, acabou deixando muitos pontos em aberto². Um deles é sobre a natureza e a origem do regime de superexploração do trabalho, que, segundo Marini, caracteriza as formações dependentes.

Em grande parte, Cardoso e Serra (1978) gastaram longo trecho de seu texto em torno do debate do intercâmbio desigual. Em virtude disso, ainda hoje, são comuns revisitas às controvérsias teóricas da questão mais ampla das interpretações marxianas da transferência de valor e da dependência³. Contudo, além dessa questão, a resposta de Marini aos críticos também reafirmou:

[...]la superexplotación del trabajo es acicateada por el intercambio desigual, pero no se deriva de él, sino de la fiebre de ganancia que crea el mercado mundial, y se basa fundamentalmente en la formación de una sobrepoblación relativa. Pero, una vez en marcha un proceso económico sobre la base de la superexplotación, se echa a andar un mecanismo monstruoso, cuya perversidad, lejos de mitigarse, es acentuada al recurrir la economía dependiente al aumento de la productividad, mediante el desarrollo tecnológico. (MARINI, 1978, pp.63-64; grifos meus).

Para Marini, portanto, a superexploração do trabalho é derivada do mercado mundial e, tal como ele afirma categoricamente, *baseia-se na formação de uma superpopulação relativa*. Essa base a que se refere Marini pouco foi analisada e constitui um dos pontos em aberto do debate realizado com Cardoso, Serra e outros⁴. Na falta de maiores sistematizações da relação entre o regime de superexploração do trabalho e a formação de uma superpopulação relativa, muitos entusiastas recorrem a teorizações alheias,

2 Prado (2011), por exemplo, chega a afirmar que teria ocorrido um “não-debate”.

3 Tal como, dentre outros, reanalisaram recentemente Borges Neto (2011) e Amaral & Carcanholo (2012).

4 Amaral & Carcanholo (2008) é uma exceção de abordagem exploratória nesse sentido, voltada fundamentalmente para a explicação da transferência de valor (em AMARAL & CARCANHOLO, 2012, os autores republicaram partes do artigo anterior, acrescentando o que denominaram como uma “quarta forma de superexploração do trabalho”). Antes dele, e paralelamente a Marini, Osorio (1979) também buscou analisar a relação entre superexploração e exército de reserva. Castro (1983), cuja tese foi voltada para a análise do denominado comportamento político do exército de reserva, rememorou, em entrevista recente, influências teóricas diversas, enquanto, com Marini, que foi seu orientador, teria armado o material empírico (GUIMARÃES, 2014, p. 229).

estranhas e por vezes até mesmo contraditórias à proposta de Marini e da teoria marxista da dependência, em especial, quando pretendem dar conta da análise de questões relativas à superpopulação relativa ou exército industrial de reserva nas formações dependentes. Todavia, ainda que não tenha sistematizado as observações a respeito do exército industrial de reserva em um texto específico, Marini assinalou em várias ocasiões sua importância e centralidade para o esquema teórico que propunha, como é o caso do trecho acima e de outros citados nesse artigo, que estão principalmente em *Dialéctica de la dependência* [1973] e nos seus textos complementares publicados no mesmo período.

Sendo assim, apresento brevemente a teoria de Marini a respeito das formações dependentes e, em seguida, analiso a importância, o papel e a dinâmica desempenhada pelo exército industrial de reserva (EIR) em sua proposta. Como esse conceito insere-se no escopo de uma teoria mais ampla, optei por uma breve exposição de algumas das teses gerais nas páginas seguintes, o que pode tornar a leitura relativamente enfadonha para aqueles que já dominam a teoria do autor, a princípio. É importante frisar também que, dado esse objeto, não se pretende aqui nem “constatar a atualidade” da teoria de Marini e, muito menos, “atualizá-la”, o que seria um outro exercício⁵.

Cabe mencionar, ainda, a opção que fiz a fim de buscar maior fidelidade às categorias utilizadas pelo próprio autor nos textos que serão citados, mesmo que, à primeira vista, possa confundir alguns leitores não especialistas, como foi o caso, por exemplo, da referência às “estruturas pré-capitalistas”⁶. Convém esclarecer aos leitores que Marini refutou enfaticamente a noção de “pré-capitalismo” na América Latina, assim como também foi um crítico ferrenho dos já então denominados mitos do feudalismo, da burguesia nacional e da estrutura dualista das sociedades latino-americanas, em defesa do caráter socialista da revolução continental (Cf., dentre outros, MARINI, 2008; 2008a; 1974; s/d). Contudo, considerando o espaço limitado desse artigo, reservo uma análise mais detida dessa questão para uma próxima oportunidade.

2. Dependência e superexploração do trabalho

A partir de Marx e do marxismo, Marini propôs-se a compreender uma realidade concreta, no caso, as economias latino-americanas

5 Para o leitor especialmente interessado, sugiro consultar a tese que defendi recentemente na Unicamp, em que, dentre outras questões, revisito o conceito de exército de reserva face aos desafios colocados pela acumulação de capital na contemporaneidade (FELIX, 2016).

6 No mesmo sentido, considerando as controvérsias em torno das traduções, também optei, provisoriamente, pela citação da maior parte dos trechos de acordo com os originais publicados em castelhano. Os demais, cuja forma não tem maiores controvérsias, foram traduzidos por mim.

e brasileira, que se caracterizariam pelo fato de que, à raiz das condições de sua formação e desenvolvimento histórico, “agrava[m] até o limite as contradições inerentes à produção capitalista” (MARINI, 1978, p. 102).

Para Marini, a análise do capitalismo na América Latina leva a notar que o que ocorre, na verdade, é o que ele denomina um capitalismo *sui generis*, “que só tem sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto a nível nacional como, e principalmente, a nível internacional” (MARINI, 2008, p. 108), uma vez que é nas condições colocadas pelo mercado mundial na qual ele se forma e desenvolve historicamente e estruturalmente as principais características que o distinguem. Neste sentido, é o conhecimento da forma particular que tomou o capitalismo latino-americano que permite compreender sua gestação e as tendências que o levaram até esta formação na qual se apresenta, dependente. Os fenômenos pelos quais se distingue nada mais são do que manifestações da maneira particular de como incide, nessa formação, a lei geral da acumulação de capital.

A dependência é entendida como “[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (*ibidem*, p. III). Tal

relação configurou-se a partir da Revolução Industrial, que correspondeu, na América Latina, à independência política de um conjunto de países que começaram a gravitar em torno da Inglaterra, trocando bens primários por manufaturas de consumo e dívidas. É o surgimento da grande indústria que estabelece as bases da divisão internacional do trabalho, em que a América Latina articula-se plenamente com a economia mundial na condição de países exportadores de bens primários e matérias-primas industriais. É, inclusive, essa participação da América Latina que permite deslocar o eixo da acumulação nas economias industriais da produção de mais-valia absoluta para a relativa, isto é, que a acumulação, naqueles países, passasse a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente do sobretabalho. O efeito dessa oferta mundial de alimentos será o de reduzir o valor da força de trabalho nos países industriais, permitindo que o incremento na produtividade traduza-se em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas. A oferta de matérias-primas industriais, por outro lado, contribuiu para que se superasse o aumento relativo do capital constante, aspecto contraditório criado pela acumulação de capital. A América Latina, portanto, estabelece uma dinâmica crucial para esse desenvolvimento industrial das economias centrais do capitalismo, ainda que essa mudança qualitativa daqueles países dê-se de forma a promover o efeito

contrário na periferia do sistema, ou seja, dê-se fundamentalmente com base na superexploração da força de trabalho.

Partindo das condições colocadas pelo mercado mundial e a fim de atender a uma demanda externa, a produção na América Latina não depende de sua capacidade de consumo, havendo, então, uma especificidade do ciclo do capital nessas economias: a separação das esferas da produção e da circulação das mercadorias. Uma vez separadas essas esferas, considerando que o consumo individual do trabalhador não interfere na realização das mercadorias, a tendência é a dilapidação ao máximo da força de trabalho do trabalhador (e não necessariamente a redução do seu valor), assim como a busca pela incorporação e pela reposição de mais trabalhadores no sistema produtivo. É justamente sobre a possibilidade e as condições nas quais ocorre essa incorporação e reposição da força de trabalho que se constitui uma das dinâmicas específicas do EIR nas formações dependentes, aspecto a que voltaremos mais adiante. Sobre isso, Marini sintetiza:

Como la circulación se separa de la producción y se efectúa básicamente en el ámbito del mercado externo, el consumo individual del trabajador no interfiere en la realización del producto, aunque sí determine la cuota de plusvalía. En consecuencia, la tendencia natural del sistema será la de explotar al máximo la fuerza de trabajo del obrero, sin preocuparse de crear las condiciones para que

éste la reponga, siempre y cuando se le pueda reemplazar mediante la incorporación de nuevos brazos al proceso productivo. (*ibidem*, p. 134)

Segundo Marini, essa tendência para “explorar ao máximo a força de trabalho”, no caso, a reprodução de um regime ou sistema de valor dilapidante da força de trabalho do trabalhador (superexploração do trabalho), na produção interna, dá-se basicamente por meio de três mecanismos: aumento da intensidade do trabalho, prolongamento da jornada de trabalho e redução do consumo do trabalhador para quem de seu limite normal, ou transformação do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação de capital. A característica principal desses três mecanismos é o fato de se negar ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho:

[...] en los dos primeros casos, porque se le obliga a un dispendio de fuerza de trabajo superior al que debería proporcionar normalmente, provocándose así su agotamiento prematuro; en el último, porque se le retira incluso la posibilidad de consumir lo estrictamente indispensable para conservar su fuerza de trabajo en estado normal. En términos capitalistas, estos mecanismos (que además se pueden dar, y normalmente se dan, en forma combinada) significan que el trabajo se remunera por debajo de su valor, y corresponden, pues, a una superexplotación del trabajo (*ibidem*, p. 127).

Marini também enfatiza outro aspecto que deve ser considerado na troca comercial entre as economias exportadoras da periferia do sistema e as economias industriais, que é a queda relativa dos preços de alimentos e matérias-primas em relação aos preços das manufaturas e, portanto, ao intercâmbio desigual que caracteriza o comércio internacional. Essa queda relativa dos preços constitui-se por mecanismos de transferência de valor dados por maior produtividade e/ou pelo monopólio de produção de determinadas economias em relação a outras. As nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual não buscariam corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas recorrendo a um aumento da capacidade produtiva do trabalho, mas sim à superexploração do trabalho, ou seja, recorrendo a um mecanismo de compensação na esfera da produção, que se trata do incremento da massa de valor produzida pelos trabalhadores. Porém, tal como já dito, é a própria integração ao mercado mundial que dá as condições para que os mecanismos de superexploração do trabalho sejam utilizados por parte dos capitalistas na formação dependente. A esse respeito, Marini afirma:

Por otra parte, no es en rigor necesario que exista el intercambio desigual para que empiecen a jugar los mecanismos de extracción de plusvalía mencionados [superexplotación del trabajo]; el simple hecho de la vinculación al mercado mundial, y la consiguiente conversión de la produc-

ción de valores de uso a la de valores de cambio que ello acarrea, tiene como resultado inmediato desatar un afán de ganancia que se vuelve tanto más desenfrenado cuanto más atrasado es el modo de producción existente. [...] El efecto del intercambio desigual es – en la medida que le pone obstáculos a su plena satisfacción – el de exacerbar ese afán de ganancia y agudizar por tanto los métodos de extracción del trabajo excedente. (*ibidem*, pp. 125-126)

A partir de uma produção baseada na superexploração do trabalho e voltada para a exportação e de um consumo individual dos capitalistas, realizado por meio de um comércio de importação, a economia dependente exportadora dá origem a uma estratificação do mercado interno que se estrutura em duas esferas de circulação: a esfera “alta” (dos não trabalhadores, do consumo baseado na mais-valia não acumulada) e a esfera “baixa” (dos trabalhadores, do consumo baseado no salário). A expectativa de consumo das camadas remuneradas pela mais-valia não acumulada não tem contrapartida na produção interna, que é voltada para o mercado mundial, e, portanto, tem que se satisfazer com importações. Por outro lado, a produção funda-se na superexploração do trabalho e não estabelece uma camada de trabalhadores cujo consumo influencie na demanda interna.

Essas contradições da economia exportadora são fundantes dos problemas e tendências que se observam no momento em que parte dos

países da América Latina industrializam-se e o sistema capitalista mundial atinge outro patamar de desenvolvimento. Ao contrário de se corrigir ou de terem amenizadas as diferenças das formações latino-americanas frente às antigas economias industriais, como previam as ideologias desenvolvimentistas, o que ocorre após os anos 1930 é o recrudescimento dessas contradições, ainda que em um outro nível, mais complexo.

Nas formações capitalistas clássicas, a acumulação de capital e a formação do mercado interno se complementam; o capital cria o assalariado e também, ao mesmo tempo, o consumidor. A ligação entre a esfera alta e baixa de consumo distende-se, mas não se rompe, uma vez que a esfera alta é uma consequência da transformação das condições de produção (estende-se na medida em que aumenta a produtividade do trabalho). Todavia, os bens suntuários convertem-se em produtos de consumo popular no interior da economia industrial. Já a industrialização latino-americana configura-se em bases diferentes. Primeiro, porque se estabelece a partir de uma demanda preexistente e se dá quando fatores externos fecham o acesso da esfera alta de consumo e circulação ao comércio de importação. Nasce para suprir esta demanda preexistente e não se estrutura a fim de incorporar, como consumidores, as camadas trabalhadoras; pelo contrário, é independente delas e mantém as condições de superexploração que

caracterizavam a produção da economia exportadora. Ela, portanto, não cria a própria demanda e estrutura-se em função dos requerimentos de mercado precedentes dos países avançados. A separação entre as esferas alta e baixa de consumo transferem-se para o interior da própria economia, mas sem os fatores que atuam nas economias clássicas, e com um caráter muito mais radical.

À medida que avançou a industrialização na América Latina, mudaram as características das importações, que deixam de ser bens de consumo para se consolidarem em matérias-primas, produtos semielaborados e máquinas destinadas à indústria, assim como adquirem especial importância a importação de capital estrangeiro sob a forma de financiamento e investimentos diretos na indústria. Após a crise mundial, há uma nova conjuntura no pós-II Guerra, que se caracteriza por: a) concentração e centralização do capital em grandes corporações que buscam aplicação de capital no exterior; b) fluxo de capital que se dirige principalmente para o setor industrial; c) interesse das economias centrais na industrialização da periferia, com o propósito de criar mercado para a indústria pesada, por conta do grande desenvolvimento do setor de bens de capital nas economias centrais; d) necessidade de exportar para a periferia equipamentos e maquinaria que se tornavam obsoletos e que assim ficavam cada vez mais rápido. Há, nesse sentido, uma nova

divisão internacional do trabalho, na qual há transferência das etapas inferiores da produção industrial para a periferia, reservando aos centros imperialistas as etapas mais avançadas e o monopólio da tecnologia correspondente (produção de computadores e indústria eletrônica pesada em geral, novas fontes de energia, como a nuclear, etc.). Ou seja, como descreve Marini, o momento em que as economias industriais dependentes crescem e voltam-se ao exterior para buscar tecnologias que deem conta desse crescimento, incrementando sua produtividade, é o mesmo momento em que, nos países centrais, formam-se importantes fluxos de capital que se dirigem até elas com tal instrumental tecnológico. Porém, como o progresso e a difusão técnica dão-se nas condições de produção industrial das economias dependentes, quer dizer, na produção de bens que não são consumidos pelos trabalhadores e com compensada exploração intensiva e extensiva da força de trabalho, é possível a reprodução de um fenômeno peculiar a essas formações, que é o aumento da produtividade, sem alteração da taxa de mais-valia, já que esse aumento não significa necessariamente redução do valor da força de trabalho.

Além disso, afirma Marini, o desenvolvimento tecnológico concentra-se nos ramos produtores de bens suntuários e há transferência de renda das camadas da esfera baixa para a alta de circulação, aliados a investimentos e

financiamentos do Estado para estimular o consumo suntuário. Ao contrário de se aproximarem, as duas esferas afastam-se mais e, inclusive, dão origem a uma estratificação industrial no interior da economia dependente, entre indústrias “dinâmicas” (produtoras de bens suntuários e bens de capital que se destinam a elas) e indústrias “tradicionais” (orientadas ao consumo de massas). Enquanto as primeiras crescem a taxas elevadas, as outras tendem ao estancamento e até à regressão. A produção baseada na superexploração do trabalho, mais uma vez, estabelece o modo de circulação que lhe corresponde, ao mesmo tempo em que divorcia o aparato produtivo das necessidades de consumo das massas. A estrutura de circulação adequa-se à estrutura de produção própria do capitalismo dependente, o que se reflete na estratificação do aparato produtivo.

A partir dos anos 1960, dadas as restrições do mercado interno, há uma nova expansão, mas, agora, voltada ao mercado externo. Isso faz com que haja mais uma reaproximação do modelo da velha economia exportadora latino-americana, ainda que, nesse momento, com exportação de manufaturas, tanto de bens essenciais, quanto de bens suntuários:

[...] no pudiendo extender a los trabajadores la creación de demanda por los bienes suntuarios, y orientándose antes hacia la compresión salarial que los excluye de facto de ese tipo de consumo, la economía industrial dependiente no sólo ha debido contar con un inmenso ejército de reserva, sino que ha obligado a los capitalistas y capas medias a restringir la realización de las mercancías de lujo. Ello plantearía a partir de cierto momento (que se define nítidamente a mediados de la década de 1960), la necesidad de expandirse hacia el exterior, es decir, de desdoblarse nuevamente – aunque ahora a partir de la base industrial – el ciclo de capital, para centrar parcialmente la circulación *sobre el mercado mundial*. La exportación de manufacturas, tanto de bienes esenciales como de productos suntuarios, se ha convertido entonces en la tabla de salvación de una economía incapaz de superar los factores disruptivos que la afligen. (*ibidem*, p.148; grifos do autor).

Nesse sentido, conclui Marini, o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho. É a superexploração o fenômeno que fundamenta a formação da economia exportadora e, depois, determina o desenvolvimento da economia industrial dependente nas suas diversas fases e na sua expansão produtiva. E a base da superexploração do trabalho é, como afirma Marini, um “imenso exército industrial de reserva”, que caracteriza as formações sociais dependentes e as singulariza frente a outras formações. É, assim, sobre este exército industrial de reserva, doravante adjetivado “ampliado” por mim, base

da superexploração da força de trabalho, ou seja, sobre um EIR que se forma e se reproduz socialmente com determinadas especificidades colocadas pela formação social dependente que cabe agora discorrer.

3. Acumulação de capital e EIR (em geral e na formação social dependente)

O conceito de EIR ou superpopulação relativa foi formulado por Marx, no Livro I de *O Capital*, para dar conta de um fenômeno que está diretamente relacionado à acumulação de capital⁷. Marini desenvolve e analisa as formas que

7 Marx trata os dois termos como sinônimos em *O Capital* [1867], texto em que os conceitua, revisa e publica originalmente. Há, contudo, atualmente, debates a respeito (1) da origem e da história da elaboração do conceito, (2) da origem da expressão que ele utiliza para nominar esse conceito e, no caso do leitor lusófono, (3) da melhor tradução para o português. Nos *Grundrisse* [1857], Marx utiliza apenas a denominação “superpopulação” e faz menção a outros modos de produção específicos que não o capitalista. Em *O Capital*, ele utiliza “EIR” ou “superpopulação relativa” para designar um fenômeno do capitalismo, em especial. Para alguns, porém, a melhor tradução para o português do alemão “industriellenReservearmee” que Marx utilizou no original de 1867 seria “exército de reserva industrial” e não “exército industrial de reserva” (que é a forma que foi utilizada nas publicações brasileiras até então disponíveis das editoras Civilização Brasileira, Abril e Boitempo). Na primeira edição francesa, corrigida por Marx [1872-75], foram utilizados tanto o francês “armée industrielle de réserve” quanto o “armée de réserve industrielle”. Além disso, antes de Marx, em 1845, Engels (2010) descreve a situação de um “exército” ou “reserva” de trabalhadores desempregados na Inglaterra. Atualmente, conforme se descobriu em outros manuscritos não publicados por Marx, é possível observar que ele também já lidava com a questão desde 1847. Ambos, porém, teriam retirado os termos (exército de reserva) e se inspirado em metáforas criadas no seio do próprio movimento operário da época. Marini utilizou a forma que aqui abreviei na sigla EIR. Em seus principais textos, publicados em castelhano, ele cita referências da tradução de *O Capital* da editora Fondo de Cultura Económica e das edições francesas dos textos de Marx sob a direção de Maximilien Rubel.

assume o EIR em uma determinada situação concreta específica, isto é, nas formações sociais dependentes. Antes de enumerar essas características específicas, cabe, portanto, explicar como se forma e se reproduz socialmente o EIR de maneira geral.

No capítulo 23 de *O Capital, A lei geral da acumulação capitalista*, Marx examina “a influência que o aumento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora” (MARX, 2013, p. 689). Seu fator mais importante é a composição do capital e as variações que ela sofre ao longo do processo de acumulação. Marx demonstra, nesse sentido, que há uma diminuição relativa do capital variável (parte que se refere ao valor da força de trabalho) na composição do capital à medida que avançam a acumulação e a concentração que a acompanha. Ou seja, o progresso da acumulação de capital diminui relativamente seu componente variável enquanto aumenta o componente constante, isto é, o valor dos meios de produção consumidos, ainda que haja aumento da grandeza absoluta do capital variável. Quanto maior a acumulação, quanto maior o desenvolvimento da produtividade do trabalho social, maior a mudança na composição do capital, com maior importância da sua parte constante em detrimento da sua parte variável. É como se pudéssemos calcular essa composição, em um dado momento, consolidada em 50% cada e, num segundo momento, com a acumulação do capital, em 70% de

capital constante e 30% de variável, depois 80% e 20% e assim por diante. Com isso, em termos de valor, Marx refere-se à tendência de aumento da composição orgânica do capital (COC) ao longo do tempo, sendo que o aumento da COC faz com que se empregue, relativamente, cada vez menos força de trabalho face aos meios de produção.

Por sua vez, maior acumulação significa também mais capitalistas, quer dizer, o crescimento do capital social reflete-se no crescimento de muitos capitais individuais e, com o crescimento destes, a concentração dos meios de produção, formação de novos capitais e reprodução em escala ampliada. Junto à acumulação e à concentração que a acompanha, Marx também se refere a outro processo, o de centralização do capital, que é a conversão dos capitais menores em capitais maiores, a supressão de suas independências individuais e a sua fusão em unidades maiores, o reagrupamento quantitativo, portanto, dos componentes do capital social. Tanto o capital adicional, formado no decorrer da acumulação, quanto o velho capital, que reproduz a cada momento uma nova composição, ocupam, relativamente, menos trabalhadores. O primeiro por atrair cada vez menos trabalhadores, proporcionalmente ao seu volume; o segundo por repelir cada vez mais trabalhadores, a cada novo período de acumulação.

A acumulação capitalista produz constantemente, assim, uma parcela da população trabalhadora que se torna supérflua em relação ao capital, isto é, relativamente excessiva, excedente para as necessidades de valorização do capital. Marx a denomina EIR ou superpopulação relativa. Segundo Marx, cada modo de produção particular na história tem suas leis de população particulares, válidas historicamente, e, no caso do capitalismo, a verificação de uma população excedente é tanto um produto necessário da acumulação de capital, quanto uma alavanca dessa acumulação e “[...] até mesmo uma condição de existência do modo de produção capitalista” (*ibidem*, p. 707). Ela fornece, a suas necessidades variáveis de valorização, o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites naturais do aumento populacional.

Sendo determinado pela acumulação de capital, um produto dela, quanto maior seu crescimento e maior a riqueza produzida, maior o EIR em todas as suas camadas, incluído o pauperismo. Mais riqueza, mais miséria; eis a “lei geral, absoluta, da acumulação capitalista”, segundo Marx (*ibidem*, p. 720).

E, se é o capital que tem controle sobre a oferta de força de trabalho, criando, com o aumento da COC, uma população trabalhadora sempre disponível, que independe do crescimento natural da classe trabalhadora, é ele também que

controla a demanda da força de trabalho, que se dá de acordo com o próprio ritmo da acumulação de capital. É a amplitude da acumulação de capital que faz fileiras do EIR serem recrutadas quando a acumulação de capital aumenta e engrossarem quando ela diminui. Essas fileiras acompanham as oscilações do mercado de força de trabalho e, por sua vez, os movimentos da acumulação de capital nas suas fases média, de produção a todo vapor ou de crise e estagnação, cada qual com maior ou menor absorção do EIR. Trata-se de um jogo de “dados viciados”, conclui Marx, pois o despotismo do capital é completo: institui-se tanto na oferta de trabalho, quanto na sua demanda.

A produção e a existência de uma superpopulação relativa disciplina regimes e dinâmicas de trabalho do exército ativo de trabalhadores, seja no sentido do capitalista exigir a intensificação e/ou a extensão do seu trabalho, seja no sentido de impor o preço da força de trabalho, o salário, ou outros ditames do capital. Por outro lado, afirma Marx, dada a concorrência, o sobretrabalho que é exigido da parte ocupada da classe trabalhadora termina por engrossar as fileiras do EIR – sendo, aqui, “sobretrabalho” a forma como se traduziu, recentemente, *overwork* e *Überarbeit* do texto de Marx.

No caso da economia dependente, é a existência do EIR que sustenta o regime de superexploração da força de trabalho, assim como, ao mesmo

tempo, a existência deste regime estabelece a formação de um EIR ampliado. A superexploração do trabalho caracteriza-se, como já dito, pela intensificação do trabalho, pelo prolongamento da jornada de trabalho e pelo vilipêndio do fundo de consumo do trabalhador, quer dizer, pela dilapidação da força de trabalho do exército ativo de trabalhadores. A existência de um “imenso EIR”, como afirma Marini, é a base desse regime, na medida em que dá as condições para a imposição do mesmo ao conjunto da classe trabalhadora numa formação social dependente. Por outro lado, dadas as singularidades desse regime, ao exigí-lo do exército ativo de trabalhadores, forma-se e reproduz-se um EIR nas enormes proporções e com as características que se apresenta na periferia capitalista. A seguir, enumerarei os processos que levam à produção desse EIR ampliado nas formações sociais dependentes.

a) papel do capital estrangeiro

Em *El ciclo del capital em la economia dependiente* [1979], Marini demonstra de que maneiras manifesta-se a dependência em relação ao exterior nas economias dependentes e o caráter que assume a produção interna a partir disso. Para tanto, ele analisa as três fases do ciclo do capital: circulação, produção e circulação novamente, sintetizados na fórmula $D - M \dots P \dots M' - D'$. Na primeira fase de circulação, o capital dinheiro toma a forma de mercadorias (meios

de produção e força de trabalho). Na economia dependente, esse capital dinheiro tem três fontes: o capital privado interno, o investimento público (Estado) e o capital estrangeiro. Destas, assumem grande importância o Estado e o capital estrangeiro. Interessa-nos aqui, principalmente, o capital estrangeiro, que se apresenta sob duas formas: como investimento direto (forma que era predominante na América Latina até a década de 1960) e como investimento indireto, que é quando o capital estrangeiro põe-se à disposição dos capitalistas internos (nacionais e estrangeiros) sob a forma de empréstimos ou financiamentos – maneira pela qual ele deixa de assumir os riscos da produção e da realização dessa mais-valia. É importante frisar que o capital estrangeiro move-se tanto no sentido de entrada na economia dependente, quanto no de saída, na forma de transferências de mais-valia para o exterior. Na medida em que se incorpora nessa fase, o capital estrangeiro, fator externo à economia dependente e totalmente fora de seu controle, internaliza-se e constitui-se como um fator direto do ciclo de capital, do qual dependem o processo de acumulação e produção e o restante do ciclo.

Importa destacar que essa economia depende do fluxo externo de capital, assim como também depende, para completar a primeira fase de circulação, de meios de produção adquiridos no exterior, o que faz com que o ciclo de capital seja, como afirma Marini, duplamente

articulado e duplamente dependente do exterior. Parte dos meios de produção vem do exterior, particularmente equipamentos e maquinaria. Isso ocorre em qualquer economia, porém, na economia dependente, ganha um contorno especial, uma vez que sua industrialização não é “orgânica”, quer dizer, a indústria de bens de consumo não obriga e não tem como consequência o desenvolvimento da indústria de bens de capital. Segundo Marini, a economia dependente não conta com um setor dinâmico de bens de capital, os quais têm origem, em boa parte, no setor de bens de capital dos países avançados, adquiridos, portanto, do exterior, via mercado mundial. E essa dependência não é apenas dos equipamentos, mas também do conhecimento necessário para operá-los e, quando é o caso, da tecnologia para fabricá-los.

Dentre outras consequências, a inserção dessa maquinaria e dessa tecnologia, desenvolvidas para uma economia formada sobre outro padrão de produção e produtividade, leva a uma rápida expansão do EIR na economia dependente. As novas técnicas de produção inseridas são construídas em contextos no qual há busca por maior produtividade da força de trabalho e redução do número de trabalhadores empregados.

A segunda fase do ciclo, de acumulação e produção, desenvolve-se a partir da primeira: as empresas estrangeiras ou associadas, com

acesso a uma tecnologia mais avançada, operam com meios de produção que lhes garante supremacia em relação às empresas nacionais, obtendo uma mais-valia extraordinária e concentrando cada vez mais do que se investe na economia dependente. As empresas médias e pequenas, que operam em condições médias de produção (ou abaixo disso) e transferem parte da mais-valia para as empresas monopólicas, reagem a essa situação recompondo sua taxa de lucro através da elevação da taxa de mais-valia, obtida a custo da extração de mais trabalho não remunerado de seus trabalhadores e sem variação significativa na produtividade, ou seja, através de mecanismos da superexploração do trabalho. Por sua vez, os capitais monopólicos também se encarregam de empregar trabalhadores com remuneração similar à das demais empresas, com salários inferiores ao valor da força de trabalho, e completa-se, nesse sentido, um círculo vicioso.

A produção, portanto, é realizada em condições de superexploração do trabalho e com base na rápida criação e expansão de um EIR que cresce a partir de características inerentes ao ciclo do capital na economia dependente, em especial, como já dito, a partir da forma com que incide o investimento estrangeiro. *A superexploração do trabalho, por um lado, comprime o exército ativo e faz com que ele cresça lentamente, exigindo mais trabalho da parte ocupada da classe trabalhadora. Por outro lado, o capital estrangeiro, do qual*

depende o ciclo do capital desde o início, promove a inserção de tecnologias e maquinaria “enxutas em mão de obra”, formando, por esses dois fatores, um EIR ampliado. Na economia dependente, o aumento da produtividade expande de forma radical o EIR. Aqui, como em todos os demais aspectos, a formação dependente revela mais uma vez sua peculiaridade que, tal como descreve Marini, “corresponde à agudização até o limite das condições inerentes ao modo de produção capitalista” (MARINI, 1979, p. 53; grifos do autor).

Marini resume:

En la economía dependiente, ese ejército de reserva tiende a crecer desde el momento en que se introducen (principalmente a través del capital extranjero, como ya vimos) nuevas técnicas de producción, diseñadas para economías donde la mano de obra es relativamente escasa y que obedecen, por lo demás, a la búsqueda natural de una mayor productividad y, por ende, de más producción por hombre-hora. Vimos también que a esa introducción de tecnología corresponde la agilización de formas de superexplotación que implican también arrancar más producción a los obreros ya en funciones. Se reduce en consecuencia la capacidad del capital para emplear más mano de obra, haciendo que el ejército obrero activo crezca a un ritmo lento, lo que resulta como contrapartida en expansión rápida del ejército de reserva. (*ibidem*, p. 50)

b) aumento da produtividade

Como foi dito acima, o aumento de produtividade nas economias dependentes corresponde a uma expansão radical do EIR. E, cabe mencionar, o aumento de produtividade não é incongruente com o regime de superexploração do trabalho, que, devido às características descritas anteriormente, obstaculiza a passagem da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa enquanto forma hegemônica de extração de mais-valia nas formações dependentes. Ao contrário do que ocorreu no desenvolvimento histórico do capitalismo clássico nos países avançados, a produção de mais-valia relativa não se converteu dominante nas relações entre capital e trabalho nas formações dependentes, considerando que a superexploração do trabalho, fundamento da dependência, é o regime predominante. Como já se descreveu, o aumento da produtividade na produção realizada na economia dependente não visa uma produção de mais-valia baseada no rebaixamento do valor da força de trabalho, mas sim no aumento da massa de valor produzida, uma vez que essa produção volta-se para artigos que não entram, ou entram muito escassamente, no consumo individual dos trabalhadores, os quais, por outro lado, estão sujeitos a um regime que preza pela intensificação do trabalho, pelo aumento da jornada de trabalho e pelo rebaixamento indefinido dos salários.

Não há e nem houve, como muito já se debateu a respeito da teoria formulada por Marini (2008; 2008a), ausência de aumento da produtividade na economia dependente, ainda que, nesse sentido, tal aumento de produtividade desenvolva-se em condições de superexploração do trabalho, ou seja, não se confunde necessariamente com produção de mais-valia relativa, que é o que ocorre nos países avançados, no mínimo, desde o grande período da Revolução Industrial na Inglaterra (considerando que, junto às transformações técnicas do sistema produtivo, os trabalhadores foram paulatinamente incorporados no consumo dos bens produzidos pelas fábricas da grande indústria).

Nesse sentido, em *Dialéctica de la dependência* [2008; 2008a] Marini faz questão de diferenciar os conceitos de produtividade e de mais-valia relativa. Ele explica que uma maior capacidade produtiva do trabalho não significa, necessariamente, aumento da mais-valia relativa, ainda que seja uma condição primordial para que ela ocorra. Ao aumentar a produtividade, o trabalhador cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor. O capitalista, com isso, consegue rebaixar o valor individual das suas mercadorias em relação ao seu valor social, isto é, ao que se atribui devido às condições gerais da produção, e consegue assim uma mais-valia superior aos demais capitalistas, uma mais-valia extraordinária. A busca pela apropriação dessa mais-valia, de um lucro extraordinário, é, na verdade, o que move o capitalista. Mas

isso não modifica a taxa de mais-valia, o grau de exploração do trabalho na economia, o que apenas ocorre se houver mudança na relação entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário a favor do capitalista, ou seja, se reduzir o tempo em que o trabalhador reproduz o valor de sua força de trabalho. E, para que o valor da força de trabalho seja rebaixado, é preciso que a desvalorização das mercadorias produzidas incida sobre aquelas que compõem o conjunto dos bens necessários para a reprodução da força de trabalho, os bens-salário. Apenas quando se rebaixa o valor dos bens-salário há mudança da taxa de mais-valia e, portanto, produção de mais-valia relativa. Sendo assim, o aumento da produtividade provoca essa desvalorização dos bens-salário, mas isso não ocorre necessariamente. E é justamente isso o que faz com que, nas economias dependentes, por exemplo, haja a produção de mais-valia extraordinária e, nesse sentido, aumento da intensidade e da produtividade do trabalho, sem que haja, predominantemente, produção de mais-valia relativa. Marini, em conclusão, escreve que esse é o problema de fundo que a teoria marxista da dependência está urgida a enfrentar, isto é:

[...] el hecho de que las condiciones creadas por la superexplotación del trabajo en la economía capitalista dependiente tienden a obstaculizar su tránsito desde la producción de plusvalía absoluta a la de plusvalía relativa, en tanto que forma dominante en las relaciones entre capital y el trabajo. La gravitación desproporcionada

que assume em el sistema dependiente la plusvalía extraordinaria es un resultado de esto y corresponde a la expansión del ejército de reserva y al estrangulamiento relativo de la capacidad de realización de la producción. Más que meros accidentes en el curso del desarrollo dependiente o elementos del orden de la transición, estos fenómenos son manifestaciones de la manera particular de cómo incide en la economía dependiente la ley general de la acumulación de capital. En última instancia, es de nuevo a la superexplotación del trabajo que tenemos que referirnos para analizarlos. (MARINI, 2008a, p. 163)

A dificuldade para se generalizar a mais-valia relativa não significa ausência de incremento na produtividade do trabalho nas economias dependentes. E, como verificado no processo de industrialização de alguns desses países, muito pelo contrário. Tal como descrito por Marini (2008a), o aumento de produtividade conjuga-se com a superexploração do trabalho e é, inclusive, possibilitada por ele, na medida em que a produção capitalista não suprime os mecanismos de maior dilapidação da força de trabalho do trabalhador, mas, pelo contrário, acentua-os, sempre que alcança uma forma de produzir mais em menos tempo, ou no mesmo tempo que antes. Há uma estreita interdependência entre o aumento da produtividade, a intensificação do trabalho e a duração da jornada, cada qual possibilitando o incremento do outro.

Por sua vez, o aumento da capacidade produtiva do trabalho é, como já descrevia Marx,

expansão do EIR, uma vez que esse aumento implica na redução da parte relativa à força de trabalho na composição do capital. Nas condições da formação social dependente, tal tendência agrava-se ao limite, pois o aumento da produtividade desenvolve-se em meio a um regime de superexploração do trabalho, exigindo mais trabalho do exército ativo de trabalhadores ao mesmo tempo em que expulsa os trabalhadores tornados supérfluos. O aumento da COC, quando é o caso, expressa maior dilapidação da força de trabalho do exército ativo dos trabalhadores (intensificação, aumento da jornada) e não, necessariamente, incorporação de mais força de trabalho em termos absolutos.

São essas conclusões a respeito do aumento da produtividade nas economias dependentes que permitem a Marini fazer a crítica das teorias da marginalidade, então em voga nos anos 1970, em especial das teses de José Nun e de Aníbal Quijano. A produção e a reprodução de um EIR ampliado devem-se, principalmente, ao modo com que incide o aumento da produtividade nas economias dependentes, que, como analisa Marini, dá-se de forma a acentuar a superexploração da força de trabalho, e não o contrário. É nesse sentido que se deve compreender a enorme dimensão que toma o EIR nestas formações, quer dizer, é dessa maneira que se expressa a lei geral da acumulação capitalista nas sociedades latino-americanas.

El primero [punto] es fundamental [la producción capitalista, al desarrollar la fuerza productiva del trabajo, no suprime sino acentúa la mayor explotación del trabajador], si se quiere entender como actúa la ley general de la acumulación capitalista, o sea, por que se produce la polarización creciente de la riqueza y la miseria en el seno de las sociedades en que ella opera. Es en esta perspectiva, y solamente en ella, como los estudios sobre la llamada marginalidad social pueden ser incorporados a la teoría marxista de la dependencia; dicho de otra manera, sólo así ésta podrá resolver teóricamente el problema planteado por el crecimiento de la superpoblación relativa con las características extremadas que presenta en las sociedades dependientes, sin caer en el eclecticismo de José Nun, que el mismo Cardoso criticó con tanta razón, ni tampoco en el esquema de Aníbal Quijano, que, independientemente de sus méritos, conduce a la identificación de un polo marginal en esas sociedades que no guarda relación con la manera como allí se polarizan las contradicciones de clase. (*ibidem*, p. 159)

O “ecletismo de Nun” que, como escreve Marini, teria sido criticado por Fernando Henrique Cardoso “com tanta razão”, caracteriza-se por uma teoria funcionalista a respeito do papel desempenhado por determinados grupos populacionais face aos sistemas de produção. Não se refere a uma teoria da acumulação, tal como expressava Marx, em *O Capital*, na construção da noção de EIR, o que faz com que o que Nun (2001) denomina “massa marginal” seja um conceito que não se insere numa asserção marxiana

ou marxista da realidade social latino-americana⁸. Para Marini, a teoria da marginalidade social apenas faria sentido caso estivesse relacionada com a forma na qual se desenvolve a acumulação nas sociedades dependentes, isto é, estivesse, por exemplo, relacionada aos processos que levam ao aumento da força produtiva do trabalho e à formação de um EIR específico nessas sociedades. Conclui Marini:

[...] según el grado de desarrollo de las economías nacionales que integran el sistema, y del que se verifica en los sectores que componen cada una de ellas, la mayor o menor incidencia de las formas de explotación y la configuración específica que ellas asumen modifican cualitativamente la manera como allí inciden las leyes de movimiento del sistema, y en particular la ley general de la acumulación de capital. Es por esta razón que la llamada marginalidad social no puede ser tratada independientemente del modo como se entrelazan en las economías dependientes el aumento de la productividad del trabajo, que se deriva de la importación de tecnología, y la mayor explotación del trabajador, que ese aumento de la productividad hace posible. No por otra razón la marginalidad sólo adquiere su plena expresión en los países latinoamericanos al desarrollarse en estos la economía industrial. (*ibidem*, p. 162)

8 Conclui Cardoso sobre a tese de Nun: “Metodológicamente el concepto de ‘masa marginal’ no se inserta en el mismo universo de discurso del concepto de ejército de reserva, se refiere a una teoría de la funcionalidad de las poblaciones con respecto a los sistemas de producción y no a la teoría de la acumulación. Además de esto, asume, en el plano epistemológico, la connotación de un concepto heurístico y operacional y no el de una contradicción necesaria” (CARDOSO, 2001, p. 180).

c) acentuação do processo de concentração e centralização do capital

É necessário examinar ainda mais detidamente os efeitos provocados pelo investimento chamado “estrangeiro” na teoria marxista da dependência. É a partir dele que, em grande parte, industrializam-se os principais países latino-americanos, em especial, após os anos 1940, como já frisei anteriormente. Em *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo* [1977], Marini chama a atenção para a acentuação do processo de concentração e centralização do capital que ele acarreta, o que, via de regra, acontece sempre; porém, dadas as condições da economia dependente, acaba assumindo proporções muito maiores.

[...] esto [proceso de concentración y centralización del capital] acompaña la ampliación de escala de la acumulación capitalista, siendo un fenómeno natural; sin embargo, por las condiciones económicas de los países avanzados, en que son mayores los niveles tecnológicos y de capital mínimo exigido para la puesta en marcha de la producción, la inversión extranjera, al incidir en una economía más atrasada, provoca de golpe una fuerte concentración del capital y conduce prontamente a la centralización. (MARINI, 1977, p. 26)

No artigo em questão, Marini (1977) cita exemplos, como era o caso do Chile, onde, em 1968, cerca de 3% da indústria manufatureira controlava 44% da ocupação, 58% do capital e 52% da

mais-valia gerada no total da indústria. Tais processos teriam formado um grande capital extremamente superior frente ao conjunto da classe capitalista. E, junto com eles, uma industrialização com baixa criação de empregos que, somados a fenômenos estruturais das formações sociais latino-americanas, criou um EIR de enormes proporções. Houve, nesse sentido, um grande desencontro entre a procura e a oferta de empregos:

Se ha asistido a un doble proceso: por un lado, las formas de tenencia de la tierra y la introducción de innovaciones tecnológicas en el agro, así como las expectativas de empleo y salario provocadas por la industria manufacturera, han generado fuertes movimientos de migraciones internas y un proceso acelerado de urbanización. Por otra parte, en buena medida por la elevación del nivel tecnológico, aunque también por limitaciones de la tasa de inversión, la masa trabajadora se ha enfrentado a crecientes dificultades para encontrar trabajo. (*ibidem*, p. 27)

Marini (*ibidem*) também cita exemplos, neste caso, da Venezuela, que, em rápida industrialização no pós-Guerra, assistiu à taxa de desocupação no anos 1950 dobrar, de 6,2% para 13,7% em 1960. Cita ainda que, segundo a OIT, o denominado “desemprego disfarçado”, ou

subemprego, nas zonas urbanas da América Latina atingiria 30 a 40% da força de trabalho⁹.

d) absorção das estruturas pré-capitalistas

Outro fator relevante na formação de um EIR ampliado é o processo de absorção das estruturas pré-capitalistas, que Marini qualifica como um “processo lento” nas formações dependentes. Em *Estado y crisis en Brasil* [1977], Marini comenta sobre os aspectos que fazem com que haja uma debilidade da burguesia latino-americana frente ao Estado, dividida num conjunto de classes e frações de classes presentes nas formações sociais dependentes. Ao fazer esses comentários neste artigo, Marini afirma que “ainda que articuladas e integradas sob a dominação do modo de produção capitalista, as estruturas pré-capitalistas são objeto de um processo lento de absorção” (MARINI, 1977a, p.76).

Este processo foi mais evidente ao longo da industrialização latino-americana, em todas as suas contradições, sendo um dos fenômenos mais gritantes o já mencionado desencontro entre as massas que buscaram os empregos na indústria das cidades e a inexpressiva oferta dos mesmos, aliada aos baixos salários que foram oferecidos. O resultado desse processo foi a tão conhecida formação urbana latino-americana constituída por enormes bolsões de miseráveis, imensas periferias e aglomerações com baixa ou nenhuma estrutura de serviços básicos como iluminação, saneamento, assistência à saúde,

transporte, limpeza, etc. Junto à expectativa de empregos e salários, Marini cita outros fatores que levaram à migração campo-cidade e à acelerada e precária urbanização nos países dependentes, em especial, as formas de propriedade da terra, a ausência de uma reforma agrária e a introdução de novas tecnologias na agricultura¹⁰. Em *Elementos para un balance histórico de treinta años de izquierda revolucionaria en América Latina* [1989], ele afirma:

Por otro lado, esa industrialización, más o menos acelerada, que se hace en los cincuenta, en vez de resolver los problemas de empleo y de salario, en la medida en que se efectúa sin las reformas necesarias —sobre todo sin la reforma agraria—, va a determinar que frente a un cuerpo estancado haya un crecimiento del proceso de acumulación muy rápido en la ciudad, lo que conlleva una sobrepoblación creciente. En la medida en que no se reforma el campo, la tierra está monopolizada y el campesino no puede trabajarla bien, alcanzado solo una productividad muy baja, y eso lleva a impulsar las migraciones a las ciudades

9 No caso do Brasil, os conceitos utilizados no Censo encobrem uma importante porção do EIR sob a forma de desemprego disfarçado, assim como, por exemplo, excluem as mulheres ocupadas no lar como “inativas”, como o autor também indica em texto do mesmo período: “Todo ello lleva a suponer que el desempleo en Brasil, en términos relativos y absolutos, es muy superior a lo que indican las cifras del desempleo abierto” (MARINI, 1978, p.86).

10 Em virtude disso, antes, ele já enfatizara o caráter socialista que toma a reforma agrária na luta de classes latino-americana frente aos interesses congruentes entre a burguesia agrária e as demais frações burguesas (MARINI, 1976). No caso do Brasil, inclusive, tal análise seria fundamental para caracterizar o golpe de 1964 em textos cujas primeiras versões remontam a 1965 (MARINI, 1974).

a gran escala. De esta forma, vamos a ver en los cincuenta el crecimiento rápido de las ciudades, simultáneamente con el aumento del desempleo y del subempleo y, por eso mismo, con la construcción de un enorme ejército industrial de reserva. Todo ello genera una presión para que los salarios en la industria se mantengan bajos. Así las cosas, en este tipo de desarrollo no están solucionados, como esperaba la CEPAL, los problemas del campo ni de los trabajadores urbanos. (MARINI, 2012, pp. 197-198)

Na medida em que não existem reformas básicas e não se oferecem empregos suficientes nas cidades, o “processo de absorção das estruturas pré-capitalistas” em curso na América Latina significa a produção de um EIR ampliado nessas formações. Há que se considerar, nesse sentido, que, à medida que se desenvolve um processo histórico lento, no qual cada vez mais frações dessas populações são deslocadas para as cidades, há o aumento do EIR, já que a proletarização dessas populações dá-se por meio de sua transformação em EIR.

Além disso, como discorre Marini na *Dialéctica de la dependencia* [2008], apenas com a proletarização garante-se plenamente o regime de superexploração do trabalho. Neste texto, Marini escreve a respeito do processo histórico de proletarização a fim de demonstrar porque outras relações de trabalho constituem um obstáculo para a instituição do regime de superexploração do trabalho, cujas características apenas se

desenvolvem completamente quando há proletários à disposição do capital. Só quando há sujeitos “livres” e levados a vender sua força de trabalho é possível haver um regime no qual o preço dessa mercadoria é sistematicamente mantido abaixo de seu valor. O regime de trabalho escravo, por exemplo, é incompatível com a superexploração do trabalho, pois o que é mercadoria é o trabalhador, e não apenas a força de trabalho. Quando o que é mercadoria é a força de trabalho, deixa-se ao trabalhador o cuidado do tempo não produtivo, do ponto de vista capitalista; apropria-se apenas do tempo de sua existência utilizável na produção e possibilita-se, com isso, a remuneração abaixo do valor.

Sendo assim, considerando as questões acima explicitadas e tendo por base diversas passagens dos textos de Marini, bem como sua teoria mais ampla, é possível afirmar que, nas formações dependentes, além do movimento já descrito por Marx de diminuição relativa do capital variável e aumento do EIR, há também compressão do exército ativo de trabalhadores (concentração e centralização do capital peculiares), um regime de superexploração do trabalho e um aumento da produtividade que, nestas condições, junto a um lento processo de proletarização, redundam em um EIR ampliado. Esse EIR é, de acordo com o próprio movimento de acumulação de capital, parcialmente incorporado (e depois descartado) em regime de superexploração do trabalho no processo

produtivo. Logo, tal como veremos, enquanto uma das dinâmicas estabelecidas pelo EIR ampliado, há manutenção (ou recrudescimento) do regime de superexploração do trabalho, mesmo nos momentos em que há crescimento econômico e aumento do exército ativo de trabalhadores nas economias dependentes (e, talvez, principalmente nesses).

3. EIR ampliado e superexploração do trabalho

A existência de um EIR ampliado nas formações sociais dependentes possibilita e reproduz o regime de superexploração do trabalho que as caracteriza. E o faz a partir de uma série de dinâmicas estabelecidas por sua ação social. A ameaça à situação do exército ativo de trabalhadores e o debilitamento da capacidade reivindicativa da classe como um todo são algumas delas.

Em *El ciclo del capital en la economía dependiente* [1979], ao analisar a fase de acumulação e produção do ciclo do capital, Marini faz menção ao EIR como um elemento fundamental para que possa operar a superexploração, ou seja, como menciona, da existência do

[...]mecanismo fundamental mediante el cual el capital debilita la capacidad de los obreros para llevar adelante sus reivindicaciones: la creación de un ejército industrial de reserva, esa masa de obreros sobrantes no incorporados a la producción (de manera permanente o temporaria), que

presionan constantemente sobre el mercado de trabajo y amenazan la situación del sector empleado de la clase obrera. (MARINI, 1979, p. 50)

E acrescenta: “[...] Este [EIR] puede existir bajo forma abierta de desempleo, o disfrazada de subempleo; pero, en cualquier caso, es un ejército de reserva que merma la capacidad reivindicativa de la clase obrera y propicia la superexplotación de los trabajadores.” (*ibidem*, p. 50).

Há, nesse sentido, uma dinâmica política exercida pelo EIR nas formações dependentes, de forma a criar as condições de trabalho e de remuneração que as singulariza face a outras formações. É a pressão dos trabalhadores não ocupados, ou ocupados de maneira irregular, sobre o setor empregado da classe que propicia com que se mantenha o regime. Junto a essa pressão, o capital também recorre ao Estado a fim de estipular procedimentos que fazem com que a função cumprida pelo EIR seja mais eficaz, como é o caso da facilitação das demissões, contratações e recontrações ou, como elenca Marini (1979a), dentre outras medidas, a eliminação da estabilidade laboral, a supressão do direito de greve e a fixação de tetos salariais:

[...] al incidir en una estructura productiva basada en la superexplotación, el aumento de la productividad del trabajo conlleva la aceleración del crecimiento de ejército industrial de reserva, con lo que se viabiliza la presión del capital sobre las condiciones de trabajo y remuneración de los trabajadores. El hecho de que junto a ello

la burguesía recurra al Estado para doblegar la resistencia obrera y hacer más efectiva la acción del ejército de reserva (eliminando, por ejemplo, la estabilidad laboral, fijando topes salariales, suprimiendo el derecho de huelga, etcétera) no modifica el problema, en sus términos esenciales. (MARINI, 1979a, pp.37-38).

A ditadura implantada no Brasil em 1964, por exemplo, foi eficaz nesse sentido. Marini, em *Las razones Del neodesarrollismo* [1978], cita a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) como um mecanismo que facilitou a ação do EIR, ao permitir “maior rotatividade da mão de obra”:

[...] la dictadura militar se ha preocupado de hacer efectiva la existencia de la superpoblación obrera para el capital, facilitando y acelerando la rotatividad de la mano de obra. El mecanismo para esto ha sido el Fondo de Garantía de Tiempo de Servicio (FGTS), creado en 1967 [...]. Sin embargo, se trata de un instrumento legal que, al suprimir prácticamente la estabilidad del trabajador en el empleo, resume lo esencial de la política económica del subimperialismo: crear mejores condiciones para la superexplotación del trabajo, al agilizar la acción del ejército industrial de reserva, y favorecer la centralización del capital [...]. (MARINI, 1978, pp. 87-88).

E sintetiza: “Al promover la rotatividad de la mano de obra, el FGTS expande el ejército industrial de reserva bajo su forma flotante y actúa directamente sobre el nivel salarial” (*ibidem*, p. 88).

Com o FGTS, foi possível, portanto, que as empresas dispensassem os trabalhadores na véspera das demissões coletivas e os readmitssem depois, ou contratassem novos, por salários mais baixos que os estabelecidos no acordo salarial. Além disso, as indenizações por tempo de serviço que os trabalhadores passaram a receber no regime do FGTS eram menores do que as que recebiam pelo mesmo tempo no regime anterior. A rotatividade propiciada pelo novo regime também influi, indiretamente, no nível salarial, pois desorganizou os trabalhadores, privilegiando os novos em detrimento dos mais antigos, cuja taxa de sindicalização, por exemplo, era maior.

A pressão do EIR ampliado também influi sobre o nível dos salários e possibilita que sejam reduzidos ou instituídos salários mínimos abaixo do valor da força de trabalho. Em *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo* [1977], Marini observa que a participação dos soldos e salários dos operários no valor agregado do setor manufatureiro é no Brasil a metade do que representa nos Estados Unidos e Inglaterra. Em *Las razones Del neodesarrollismo* [1978], ele chega a afirmar que a ditadura militar brasileira teria, inclusive, fixado o salário real por debaixo do valor da força de trabalho:

Sobre la tasa de efectividad del ejército industrial de reserva y apelando a mecanismos coercitivos (como la política oficial de contención salarial y la represión policíaca), la dictadura militar ha

viabilizado la tendencia del capitalismo brasileño a la fijación del salario real por debajo del valor de la fuerza de trabajo. (MARINI, 1978, p. 89)

O EIR ampliado, portanto, atua de forma a sustentar o regime de superexploração do trabalho, garantindo a tendência de explorar ao máximo a força de trabalho do setor ocupado da classe ao mesmo tempo em que possibilita a reposição dessa força de trabalho e permite a fixação de seu preço por abaixo do valor. Resume Marini, em Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital:

los mecanismos económicos que engendran la superexplotación y que la refuerzan, en particular el crecimiento del ejército industrial de reserva, actúan naturalmente en el sentido de elevar la cuota de plusvalía y crean, además, a nivel político, condiciones para que los trabajadores sufran presiones que van en el mismo sentido. (MARINI, 1979a, p.33)

A ação do EIR ampliado observa-se, em especial, nos momentos em que há maior incorporação de suas camadas ao exército ativo de trabalhadores, como é o caso dos períodos em que a acumulação de capital está em ritmo acelerado e emprega-se mais força de trabalho no processo produtivo. Marini (1977) analisa o período compreendido entre 1956 e 1974 no Brasil, em que houve aumento do número de trabalhadores empregados – em particular dos que recebiam até um salário mínimo – e demonstra que, junto a esse aumento, houve decréscimo

do valor do salário real. Ou seja, a incorporação do EIR deu-se com redução de salários reais, mesmo no período do denominado “milagre econômico” brasileiro, entre 1968 e 1973. O EIR ampliado garante, nesse sentido, a incorporação de mais força de trabalho sem alterar o regime de superexploração do trabalho.

No capítulo já citado de *O Capital*, Marx analisa a relação estabelecida entre o capital, a quantidade ocupada da classe trabalhadora e os salários, de acordo com o aumento ou não da composição do capital. Supondo uma composição constante, Marx afirma a possibilidade de um incremento salarial dada uma relativa escassez de força de trabalho advinda de um incremento da acumulação. Mais uma vez, no entanto, não é a oferta de trabalhadores disponíveis que determina o nível dos salários, mas, sim, o próprio movimento do capital que, em sua etapa expansiva, provoca uma escassez de força de trabalho (e aumento salarial) e, em sua etapa de contração e diminuição, um excesso de força de trabalho (e, conseqüentemente, um descenso nos salários). Contudo, o movimento da acumulação de capital, mesmo que em períodos breves, é atrapalhado por uma escassez relativa de força de trabalho e aumento dos gastos com salários. É a formação e a reprodução de um EIR, criados no próprio movimento de acumulação do capital e no aumento de sua composição orgânica, que permite ao capital não depender do crescimento “natural” da

classe trabalhadora para aumentar o exército de operários em atividade. O EIR garante o aumento do exército ativo, a incorporação de mais braços no sistema produtivo, ao manter uma camada de trabalhadores disponíveis e evitar a escassez de força de trabalho nos momentos de expansão.

No caso das economias dependentes, a existência de um EIR ampliado implica numa quase completa independência entre os movimentos da acumulação e as condições de salário decorrentes desse movimento, ou seja, em uma expressão limite da lei geral de acumulação formulada por Marx. A incorporação de maiores parcelas do EIR, mesmo nos ciclos expansivos do capital, e o conseqüente aumento do exército ativo não implicam em alteração nos níveis salariais. Essas variáveis são relativamente independentes nessas formações, tal como foi verificado nos períodos acima exemplificados. Mediado pelo EIR ampliado, o processo de acumulação não altera os salários. Considerando, com Marini (2008), que a acumulação nas economias dependentes depende mais do aumento da massa de valor do que da taxa de mais-valia, mais uma vez, assim, demonstra-se que a dinâmica da acumulação nessas formações sociais pouco se relaciona com o nível dos salários, mantidos, em regra, em condições de superexploração do trabalho (abaixo do valor da força de trabalho).

Marini credita que a singularidade com que se apresenta o capitalismo dependente deve-se à forma particular como incide neste a lei geral de acumulação, tendo as contradições do modo de produção capitalista acirradas ao seu limite. A formação e a reprodução do EIR ampliado, isto é, de um EIR com características específicas das formações dependentes, tal qual descrito no texto, portanto, expressam essas contradições na base do regime que as fundamenta.

Bibliografia

- AMARAL, Marisa & CARCANHOLO, Marcelo. "Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes", *Revista de Economia*, v. 34, n. especial, pp. 163-181, 2008.
- _____. "Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente". In: FERREIRA; OSÓRIO & LUCE (orgs.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BORGES NETO, João. "Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual", *Crítica Marxista*, n.33, pp.83-104, 2011.
- CARDOSO, Fernando H. "Comentario sobre los conceptos de sobreproducción relativa y marginalidad"[1970]. In: NUN, J. *Marginalidad y exclusión social*. Buenos Aires: FCE, 2001.
- CARDOSO, Fernando H. & SERRA, José. "As desventuras da dialética da dependência", *Estudos CEBRAP*, número 23, 1978.
- CASTRO, Nadya A. *Ejército de reserva: su especificidad y comportamiento político en el desarrollo del capitalismo en Brasil*. Tesis al grado de Doctor en Sociología, UNAM, 1983.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ENTREVISTA com Nadya Araujo Guimarães. RELET, Ano 19, nº 32, 2014, 213-252.
- FELIX, Gil. *Trabalho, mobilidade, circulação: a força de trabalho em movimento*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 2016.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo XXI Editores, 1974.

_____. “Dialéctica de la dependencia”[1973]. In: *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: Siglo del Hombre/Clacso, 2008.

_____. “En torno a Dialéctica de la dependencia (*postscriptum*)”[1973]. In: *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: Siglo del Hombre/Clacso, 2008a.

_____. “La reforma agraria en América Latina (Comentarios a la intervención de Michel Gutelman)”, *Cuadernos Agrarios*, n. 4, México, octubre-diciembre de 1976. Disponible en: http://www.marini-escritos.unam.mx/281_reforma_agraria.html

_____. “La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo”, *Cuadernos Políticos*, número 12, abril-junio de 1977.

_____. “Estado y crisis en Brasil”, *Cuadernos Políticos*, número 13, julio-septiembre de 1977a.

_____. “Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra)”, *Revista Mexicana de Sociología*, Año XL, vol. XL, número extraordinario, 1978.

_____. “El ciclo del capital en la economía dependiente”. In: OSWALD (coord). *Mercado y dependencia*. México: Nueva Imagen, 1979.

_____. “Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital”, *Cuadernos Políticos*, número 20, abril-junio de 1979a.

_____. “Elementos para un balance histórico de treinta años de izquierda revolucionaria en América Latina”[1989]. In: *El Maestro en rojo y negro*. Quito: Editorial IAEN, 2012.

_____. “Memória”. s/d. Fonte: Arquivo de Ruy Mauro Marini. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/001_memoria_marini_port.html

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

NUN, José. “La teoría de la masa marginal”[1969]. In: *Marginalidad y exclusión social*. Buenos Aires: FCE, 2001.

OSORIO, Jaime. “Acumulación y ejército industrial de reserva en las economías dependientes”. In: OSWALD (coord.). *Mercado y dependencia*. México: Nueva Imagen, 1979.

PRADO, Fernando. “A história do não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil”, *Comunicação & Política*, vol. 29, n. 2, 2011, pp.68-94.

ANTONIO CARNEIRO DE ALMEIDA JÚNIOR
NELSON ROSAS RIBEIRO

O MATERIALISMO DIALÉTICO APLICADO AO PROCESSO DE
EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE: UM RESGATE DA TEORIA DOS
MODOS DE PRODUÇÃO

Recebido em 08/2016

Aprovado em 05/2017

O MATERIALISMO DIALÉTICO APLICADO AO PROCESSO DE EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE: UM RESGATE DA TEORIA DOS MODOS DE PRODUÇÃO

Resumo

O presente artigo constitui uma retomada do estudo da Teoria Marxista dos Modos de Produção. Mantendo o foco no mecanismo geral das transformações sociais, nosso objetivo aqui é identificar as relações dialéticas existentes entre os conceitos da teoria e apontar que conclusões se derivam delas. Isto foi feito através da leitura crítica de bibliografia selecionada e utilizando, como método analítico, o Materialismo Dialético. Por fim, concluímos que impera, entre Forças Produtivas e Relações de Produção e entre Base e Superestrutura, uma relação forma-conteúdo que, por sua vez, assegura teoricamente a impossibilidade de existência de uma via única de evolução das sociedades.

Palavras-chave: Modos de produção, teoria marxista, materialismo dialético, forma, conteúdo.

Abstract

This paper is a resumption of the study of the Marxist Theory of Modes of Production. Focusing on the general mechanism of social transformations, our aim here is to identify the dialectical relationships between this theory's concepts and indicate which conclusions can be driven from them. This was done by critical reading of selected bibliography and using Dialectical Materialism as analysis method. Ultimately, we found that prevails, between Productive Forces and Production Relations and between Basis and Superstructure, a form-content rela-

ANTONIO CARNEIRO DE ALMEIDA JÚNIOR

Professor Substituto do Departamento de Relações Internacionais da UFPB e pesquisador do Projeto de Globalização e Crise na Economia Brasileira (PROGEB).

NELSON ROSAS RIBEIRO

Professor emérito do Departamento de Economia da UFPB e coordenador do PROGEB.

tionship which, in turn, theoretically assures the impossibility of existence of a unique evolution path to be followed by Societies.

Keywords: Modes of production, Marxist theory, dialectical materialism, form, content.

I. Introdução

Assim Eric Hobsbawm descrevia, em 1964, as discussões do campo marxista sobre as formações econômico-sociais após as mortes de Marx e Engels:

Elas foram, em muitos aspectos, insatisfatórias, embora tivessem a vantagem de nunca encarar os textos de Marx e Engels como repositórios da verdade absoluta. Estes têm sido, de fato, amplamente revisados. Entretanto, o processo desta tem sido estranhamente não-sistemático e não-planejado; o nível teórico da maior parte da discussão sendo desapontador e o tema, como um todo, foi, antes, mais confundido do que esclarecido. (HOBBSAWM, 1986, p. 59)

Segundo Hobsbawm (*ibidem*, pp. 59-61), duas tendências podem ser observadas nestas discussões. A primeira delas, por meio de uma simplificação considerável da teoria, reduz as principais formações econômico-sociais a uma simples “escada” que é subida, degrau por degrau, por qualquer sociedade existente. De acordo com esta abordagem, a única diferença que

se apresenta entre a evolução de cada território é a velocidade na qual se desenrola o processo.

A segunda tendência, por sua vez, mantém a mesma lógica reducionista e simplificadora da primeira e continua a entender o processo evolutivo como linear, mas, em certa medida, entra em conflito com ela, uma vez que leva a cabo uma revisão da lista das formações econômico-sociais proposta por Marx.omite o “modo asiático”, limita o campo do “antigo” e amplia o do “feudal”.

Esta última tendência à qual Hobsbawm (*ibidem*, pp. 60-61) se refere acabou por ser imposta à literatura marxista, sendo definitivamente sancionada pelo Primeiro Ministro da União Soviética e Secretário Geral do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), Joseph Stalin¹

1 “A omissão do ‘modo asiático’ ocorreu, falando em sentido lato, entre o fim da década de 1920 e os últimos anos da de 1930; deixou de ser mencionada por Stalin em *Materialismo Histórico e Dialético* (1938), embora continuasse a ser usado por alguns marxistas – principalmente de língua inglesa – até muito mais tarde” (HOBBSAWM, 1986, p. 60). “A negação da existência, no passado, do modo de produção asiático foi definitivamente sancionada por Stalin, que nem sequer o mencionou em seu trabalho ‘O materialismo dialético e histórico’” (VARGA, 1967, trad. livre, p.394);

Dizemos imposta, pois a luta travada entre os partidários da “tese da evolução histórica em ‘cinco fases’” (CHESNAUX, 1974, p. 19), como ficou conhecida, e os partidários das demais interpretações ultrapassou a esfera ideológica e manifestou-se através de formas grotescas de violência.

No fim da década de 1920, início da década de 1930, a realidade política demandava uma caracterização mais precisa da evolução dos modos de produção em países como a China, por exemplo. Diante disto, iniciaram-se debates na União Soviética acerca da questão do Modo de Produção Asiático, com a primeira conferência sendo realizada em Tiflis, em 1930 (*ibidem*, p. 24).

No entanto, em fevereiro de 1931, em Leningrado, efetua-se uma reunião mais importante, que tem caráter mais político do que científico. “Os defensores do modo de produção asiático são aí identificados com os trotskistas, apesar da distância que separava as teses de uns e dos outros” (idem *ibidem*). Após isto, “Com essa discussão, em breve seguida do desaparecimento puro e simples de um certo número de partidários do modo de produção asiático, as pesquisas marxistas relativas a estes problemas entraram numa nova fase” (idem *ibidem*) e resumiram-se a comprimir a evolução histórica mundial dentro do esquema proposto pela “tese das cinco fases”, apagando dos manuais de Economia

Política qualquer referência à questão, conforme afirma Varga:

[...] a noção de modo de produção asiático desapareceu da nossa literatura marxista. Ele não é mencionado nem nos manuais de economia política nem nos de marxismo-leninismo. Nos 51 tomos da Grande Enciclopédia soviética, não há uma rubrica “Modo de produção asiático”. Nenhuma explicação é dada sobre as razões que levaram a que esta importante questão da doutrina marxista não fosse tratada diante dos estudantes nem pela literatura. Passamos simplesmente em silêncio e ela foi condenada e esquecida. (VARGA, 1967, trad. livre, p.370)

Tais acontecimentos deixaram uma lacuna nesta linha de pesquisa, que acabou sendo preenchida pelos que Chesnaux (1974, p. 20) chamou de “falsificadores do marxismo e renegados”, os quais deturpavam o conceito de Modo de Produção Asiático original com o intuito de desferir ataques aos países socialistas, acusando-os “em nome de um determinismo geográfico elementar, de constituir apenas uma reencarnação de despotismos asiáticos de antanho” (idem *ibidem*).

O pior de tudo isto é que “os marxistas hesitaram durante muito tempo em travar combate contra tais ideias, na medida em que se sentiam embaraçados pelo conceito marxista original” (idem *ibidem*). Ou seja, percebe-se nitidamente o retrocesso teórico causado pelo stalinismo, e é provavelmente a este fenômeno, o stalinismo, que Hobsbawm se refere quando afirma que:

Podemos concluir que o estado atual da discussão marxista sobre o tema é insatisfatório. Muito disto deve-se ao desenvolvimento histórico do movimento marxista internacional na geração anterior a meados dos anos 1950, que teve, inegavelmente, efeito negativo sobre o nível da investigação marxista neste e em muitos outros terrenos. (HOBSBAWM, 1986, p. 64)

Contudo, tal situação não poderia se perpetuar, pois a Teoria dos Modos de Produção é uma ferramenta de suma importância. Ela tanto serve à explicação da evolução que se processa nos limites de um modo de produção específico, quanto à análise das transformações radicais da sociedade, das passagens de um modo de produção a outro. Por tais razões, após o início do processo de desestalinização, o estudo da questão começa a ser retomado e o retrocesso vivido pela teoria começa a ser revertido (HOBSBAWM, 1986, p. 63).

Muitos foram os trabalhos produzidos que demonstraram, através de análises histórico-econômicas das sociedades, o quão absurdo é considerar que qualquer país/sociedade obrigatoriamente passaria ou passou por cinco modos de produção sucessivos: Comunidade Primitiva, Escravatura, Feudalismo, Capitalismo e Socialismo.

No entanto, além de muito ainda precisar ser feito no que tange ao estudo empírico, é preciso também evoluir no que tange à compreensão da teoria em si. Essa necessidade manifesta-se,

em primeiro lugar, na nítida dificuldade que alguns pesquisadores marxistas têm de explicar teoricamente os fenômenos, processos e transformações que identificam nas suas pesquisas empíricas. Além disto, tal necessidade manifesta-se pela existência de diversas interpretações da mesma teoria. Por fim, e isto é opinião nossa, essa necessidade manifesta-se na quase completa ausência de pesquisadores marxistas que conseguem identificar e compreender os conceitos e fundamentos da lógica dialética que permeiam a análise de Marx acerca dos modos de produção. A prova disto é o fato de ser insignificante, dentre estes pesquisadores, o número dos que conseguiram perceber que a aceitação da “tese das cinco fases” só se torna possível caso os referidos conceitos e fundamentos sejam ignorados.

Neste sentido, o nosso objetivo aqui é, através da exposição da Teoria dos Modos de Produção, caracterizar, do ponto de vista do Materialismo Dialético, as relações entre os conceitos da teoria e, por fim, sublinhar as conclusões que se derivam de tal caracterização. Para tanto, não nos apoiamos exclusivamente nos trabalhos de Marx, precisamente para demonstrar que a análise aqui desenvolvida, longe de refutar por completo as interpretações de outros autores marxistas, apenas serve para preencher as lacunas nelas presentes e corrigir algumas de suas limitações, aumentando, portanto, seu poder de análise.

2. A Teoria dos Modos de Produção

Antes de começarmos nossa exposição, é necessário fazer algumas considerações sobre o nível de abstração no qual iremos trabalhar. Este será o mesmo no qual Marx trabalha quando expõe ou fundamenta a Teoria dos Modos de Produção em si, ou seja, quando não está preocupado em discutir qualquer caso específico de modo de produção ou formação econômico-social, como é o caso do Prefácio da Contribuição Para a Crítica da Economia Política (MARX, 1973).

Nesse nível de abstração, recorreremos ao Materialismo Histórico apenas em ocasiões específicas, quando quisermos melhor fundamentar ou tornar mais claro, através de um exemplo real, certo aspecto da teoria. Assim, alguns temas de muita importância relacionados à Teoria dos Modos de Produção, como a luta de classes, não serão discutidos aqui. Em defesa dessa nossa opção metodológica, é oportuno lembrar que, quando Marx está preocupado em estabelecer, como no Prefácio da Contribuição à Crítica, o mecanismo geral das transformações sociais,

Esta análise geral não implica nenhuma formulação sobre períodos históricos específicos nem sobre relações de produção e forças produtivas concretas. Assim, a palavra “classe” nem sequer é mencionada no Prefácio, na medida em que as classes são apenas casos especiais das relações sociais de produção em períodos históricos específicos, embora, de certo, muito longos. (HOBSBAWM, 1986, p. 15)

É igualmente oportuno lembrar que, “De acordo com nossa concepção, todos os conflitos na história têm sua gênese na oposição entre as forças produtivas e a forma de intercâmbio” (MARX & ENGELS, 2004, p. III).

2.1. O Papel Determinante das Forças Produtivas no Processo Evolutivo da Sociedade:

Desde o surgimento da vida humana, é possível observar modificações nas ferramentas que os seres humanos utilizam para reproduzir sua existência, nos produtos do seu trabalho, nas relações que estabelecem entre si quando produzem, nas relações que estabelecem entre si na convivência dentro da sociedade, na sua consciência, nas suas crenças; enfim, todas as esferas da sociedade estão em constante mudança.

Dado isto, o primeiro passo para entender o desenrolar deste processo é identificar que esferas ou que aspectos do fenômeno estudado, a sociedade, assumem um papel determinante e, conseqüentemente, quais se transformam em função do desenvolvimento dos que determinam o processo. Para tanto, Marx partiu para a origem do objeto de estudo:

O primeiro pressuposto de toda vida humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos. A primeira situação a constatar é a constituição corporal destes indivíduos e, sua conexão com a natureza em geral. [...]

eles próprios [os seres humanos] começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência [...] Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material.

A forma pela qual os homens produzem seus meios de vida depende, sobretudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que eles precisam reproduzir. (MARX & ENGELS, 2004, p. 44)

Ou seja, a primeira coisa que se constata é a existência de seres humanos vivos. Entretanto, uma vez que só se diferenciam dos animais na medida em que seus meios de existência e, indiretamente, sua vida material são produzidos por eles mesmos; sua constituição corporal – a condição inicial – é ela própria já o resultado de um primeiro processo: a produção. As condições iniciais da produção, por sua vez, já estão dadas no meio onde se encontram estes seres humanos (MARX, 2011, p. 401). Contudo, a partir daí, só poderão ser modificadas por meio da produção. Em que consiste, então, este processo?

O processo de produção consiste no ato de transformar um determinado objeto em um valor de uso para o ser humano. Aos objetos a serem transformados dá-se o nome de Objetos de Trabalho. Para transformá-los, os seres humanos utilizam-se sempre de uma gama de instrumentos; a estes se dá o nome de Meios de Trabalho. Assim, os Meios de Produção da sociedade são o conjunto formado pelos Objetos de Trabalho e pelos Meios de Trabalho.

A produção, contudo, não se realiza apenas através dos seus elementos objetivos. O ato de produzir tem como pré-requisito a junção entre os meios de produção e a Força de Trabalho que os põe em movimento. A junção dos elementos objetivos e subjetivos do processo produtivo, ou seja, “O conjunto destes elementos designa-se por forças produtivas sociais” (NETTO & BRAZ, 2011, p. 68).

Portanto, na origem da sociedade humana, os meios de produção estão já constituídos na natureza. Tão logo se junte a eles, constituindo as forças produtivas sociais para produzir, o ser vivo diferencia-se dos animais como ser humano. Em outras palavras, para existir o ser humano, é necessário existir produção, que só existe uma vez que estejam constituídas as forças produtivas sociais. A constituição das forças produtivas sociais marca, portanto, a origem da sociedade humana.

Uma vez constituídas as forças produtivas, o seu tipo determinará o modo como os seres humanos vivem. Imagine, por exemplo, o caso de uma tribo que, pela falta de árvores frutíferas na região, é impelida a tornar-se uma tribo de caçadores. Reproduzir diariamente a sua existência através de tal atividade fará com que a maior parte dos aspectos da sua vida cotidiana gire em torno das características específicas da atividade de caça, e qualquer hábito ou costume que prejudique a sua realização, se não for extinto, pode levar a tribo à ruína. Por isso,

Não se deve [...] considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, ou seja, a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se muito mais de uma forma determinada de atividade dos indivíduos, de uma forma determinada de manifestar sua vida, um modo de vida determinado. Da maneira como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto com a sua produção, tanto com o que produzem como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais da sua produção. (MARX & ENGELS, 2004, pp. 44-45)

Diante disso, não se pode derivar outra conclusão que não esta: no todo formado pela sociedade humana, as forças produtivas são o elemento determinante. Assim, o entendimento da lei que rege as transformações sociais nada mais é do que o entendimento da tendência de transformação destas forças produtivas e da maneira como suas modificações afetam as demais esferas sociais.

2.2 A Relação Forma-Conteúdo entre Relações de Produção e Forças Produtivas:

Sobre a tendência de transformação das forças produtivas, Lange afirma:

No processo social do trabalho, o homem transforma o seu meio material, cria para si próprio um novo meio material, que se compõe dos produtos de seu trabalho [...] O novo meio material constitui um estímulo, provocando uma mudança de comportamento no processo ulterior da produção. Surgem novos e melhores instru-

mentos de trabalho, aparece a possibilidade de os homens se servirem de novos objetos de trabalho, aumenta a capacidade e a experiência no emprego dos instrumentos. Isto, por sua vez, provoca mais uma mudança no novo terreno artificial, o que representa um novo estímulo, que provoca uma nova mudança de comportamento, etc. [...] Deste modo, se realiza um desenvolvimento constante das forças produtivas. (LANGE, 1967, pp. 43-44).

Em outras palavras, a simples repetição contínua do processo de trabalho, do processo produtivo, desenvolve progressivamente as forças produtivas sociais (GERMER, 2009, p. 82). Conforme elas se transformam, impõe-se também a transformação de outras esferas da sociedade, a começar pelas relações que os homens estabelecem entre si ao produzirem.

No processo social de produção da sua vida material (produção, distribuição e consumo), os seres humanos estabelecem uma série de relações entre si. Estas relações são nada mais do que a ligação existente entre cada um dos trabalhos individuais desempenhados por indivíduos ou grupos de indivíduos, ou seja, a organização destes trabalhos individuais em uma determinada divisão social do trabalho que põe as forças produtivas em movimento. Na nomenclatura marxista, elas são as Relações de Produção, que, dito de outra maneira, são uma maneira específica de combinar, interligar as forças produtivas.

Por sua vez, para que cada configuração específica de forças produtivas seja posta em movimento, determinadas exigências devem ser atendidas, de forma que as suas características específicas determinam a forma como serão organizadas, ou seja, as relações de produção que as colocarão em movimento. Como bem lembra Lange, “Forçosamente, o modo de cooperação e de divisão do trabalho em uma grande fábrica, empregando grandes máquinas e instalações especializadas, é um, e numa oficina, onde o trabalho se efetua com ferramentas muito simples, é outro” (LANGE, 1967, p. 26).

É necessário esclarecer, entretanto, que as forças produtivas determinam as relações de produção que as põe em movimento apenas no sentido de que as primeiras impõem uma tarefa específica a ser cumprida pelas últimas, o que não quer dizer que apenas um tipo de relação de produção possa fazê-lo.

Ocorre que o desenvolvimento contínuo das forças produtivas implica também a transformação contínua das exigências por elas impostas, impondo, assim, uma transformação correspondente das relações de produção. Portanto, cada salto qualitativo deste processo de desenvolvimento modifica a estrutura econômica da sociedade de modo que ela passa a diferenciar-se da anterior.

Quaisquer que sejam as formas sociais da produção, trabalhadores e meios de produção são sempre os seus factores. Mas uns e outros não são ainda senão a possibilidade dessa produção no seu estado de recíproca separação. Para produzir é necessário combiná-los. É a **maneira particular** (*Artund Weise*) **como essa**

combinação (*Verbindung*) **é efectuada que distingue as diferentes épocas econômicas da estrutura da sociedade** (*Gesellschaftsstruktur*). (MARX, 1885, p. 41 apud: GODELIER, 1984, p. 74; grifos nossos)

Cada uma destas épocas econômicas distintas, ou seja, cada combinação específica de forças produtivas em determinado estágio de desenvolvimento e relações de produção determinadas é, para a teoria marxista, um Modo de Produção diferente (GERMER, 2009, p. 87). Na figura 1, apresentamos um esquema que elucida melhor esse conceito.

Figura 1. Partes Componentes de um Modo de Produção:



Fonte: Elaborado pelos autores.

As forças produtivas sociais e as relações de produção são, portanto, dois aspectos distintos de um modo de produção, os quais, no entanto, estão dialeticamente relacionados através do que Lange (1967, p. 46) chama de Primeira Lei Fundamental da Sociologia: a lei da correspondência necessária entre Forças Produtivas Sociais e Relações de Produção. Nesta relação dialética, as forças produtivas, como fundamento do desenvolvimento do modo de produção e

também das relações de produção, são o conteúdo deste modo de produção, expressando-se nas relações de produção, que são sua forma, sua organização.

En el mundo objetivo, el contenido es el aspecto interno de los objetos. Este aspecto representa un conjunto de elementos y procesos que constituyen el fundamento de la existencia y del desarrollo de las cosas. La forma es la organización, la estructuración del contenido. En los fenómenos, que pertenecen a la esfera del conocimiento, la forma es la expresión del contenido (ROSENTAL & STRAKS, 1958, p. 197).

Ao passo que as forças produtivas estão continuamente em desenvolvimento, as relações de produção, pelo contrário, são estáveis e só transformam-se em resposta a um estímulo externo desencadeado pelo conteúdo, pois “El contenido de los objetos y fenómenos se halla en continuo desarrollo. La forma, a su vez, se desarrolla también, pero más lentamente que el contenido, es decir, posee una mayor estabilidad que éste” (*ibidem*, p. 200).

Tal princípio dialético é, no entanto, nada mais do que a expressão ideal do fato de que:

A repetição constante de uma determinada ação dá origem ao hábito. [...] O conjunto das ações realizadas pela força do hábito é chamado ‘costume’. Os hábitos e os costumes são repetidos enquanto não aparecer um novo estímulo externo que põe fim à repetição e provoca uma mudança no gênero de ação: o novo gênero de ação transforma-se por sua vez em hábitos e costumes. [...] Resulta igualmente desta regra que as relações

sociais [relações de produção²] (que consistem justamente na repetição constante de atividades de uma espécie determinada), assim como as ideias sociais e atitudes sócio-psicológicas delas decorrentes, apresentam tendência para assumir todas as características da (sic) ideológicas e atitudes sócio-psicológicas habituais. (LANGE, 1967, p. 43).

As relações de produção, portanto, têm a tendência para assumir todas as características das atitudes “sócio-psicológicas” habituais e, em função disto, ao contrário do que se processa com as forças produtivas, são bastante estáveis, característica típica do aspecto que consiste na forma de manifestação de um fenômeno qualquer.

Além disso, na sua relação dialética com o conteúdo, o papel principal exercido pela forma é o de gerar estímulos que contribuam para o processo de desenvolvimento deste último. Em muitos casos, um destes estímulos emana de um papel secundário exercido por ela: o de determinar a função que será desempenhada pelo conteúdo, uma vez que o cumprimento desta função, nestes casos específicos, contribui para o referido processo de desenvolvimento.

No Modo de Produção Capitalista, por exemplo, são as Relações Capitalistas de Produção que

2 O autor utiliza os dois termos como sinônimos.

levam os agentes econômicos a utilizarem as Forças Produtivas para produzir lucro, ou seja, a forma determina que a função do conteúdo é produzir lucro. Na tentativa de produzir o maior lucro possível, por sua vez, os capitalistas permanecem numa busca incessante por novas técnicas de produção mais produtivas, uma vez que os aumentos de produtividade fazem com que eles possam auferir o que Marx chama de superlucro, forma de manifestação transmutada do mais-valor extraordinário. Este comportamento, portanto, contribui para o desenvolvimento das Forças Produtivas Sociais.

Assim, espontaneamente e em parte ajudadas pelos estímulos gerados pelas relações de produção, as forças produtivas sociais prosseguem num desenvolvimento contínuo. Como apontamos anteriormente, em função da Primeira Lei Fundamental da Sociologia, transformações sofridas pelas forças produtivas devem produzir transformações correspondentes na sua forma de manifestação. No entanto, em função do caráter conservador, estável, da forma, este processo não flui suavemente. Aos poucos as forças produtivas vão se desenvolvendo e o grau de correspondência das relações de produção em relação a elas diminui progressivamente. Em um determinado momento, a barreira que separa o desenvolvimento quantitativo do qualitativo é rompida e um salto de qualidade é dado no processo. As forças produtivas entram em contradição com as relações de produção e estas

se convertem num freio ao seu desenvolvimento. A existência de uma relação forma-conteúdo entre estes dois aspectos dos modos de produção torna previsível o que deve ocorrer:

La necesidad de que se correspondan el contenido y la forma viene impuesta objetivamente por las necesidades del desarrollo del contenido. Toda forma concreta existe solamente en la medida en que corresponde total o parcialmente al contenido, en la medida en que abre ancho cauce a su desarrollo y contribuye al desarrollo del contenido, o, al menos, brinda una posibilidad de desarrollo por limitada que sea. Cuanto menos corresponde la forma al contenido, tanto más se acerca aquélla a su muerte. Cuando surge un hondo divorcio entre la forma y el contenido, la vieja forma acaba por desaparecer, para dejar paso a otra nueva, que corresponde al contenido en desarrollo y garantiza su progreso ulterior y su existencia futura. (ROSENTAL & STRAKS, 1958, p. 224).

Dito de outra maneira,

As relações de produção, adaptadas as necessidades das forças produtivas criam estímulos que favorecem o desenvolvimento das forças produtivas.

[...]

O desenvolvimento das forças produtivas tem por efeito que, ao fim de certo tempo, as relações de produção deixam de ser adaptadas às exigências das forças produtivas. [...] A ação da primeira lei fundamental da Sociologia reestabelece a correspondência entre as relações de

produção e as novas forças produtivas: produz-se uma adaptação das relações de produção às novas exigências das forças produtivas. (LANGE, 1967, pp. 33 e 46)

Fica claro, portanto, que “El modo de producción social presenta dos aspectos – las fuerzas productivas y las relaciones de producción –, que actúan como contenido e forma, vinculados entre sí” (ROSENTAL & STRAKS, 1958, p. 198).

É interessante reforçar que a análise feita por nós apoiou-se continuamente na exposição de autores marxistas que, em nenhum momento, em suas obras, reconhecem a existência de uma relação forma-conteúdo entre Forças Produtivas e Relações de Produção. Em Germer, por exemplo, a despeito da presença da afirmação abaixo transcrita, nenhuma referência é feita acerca da existência desta relação.

A relevância dos conceitos FP [Forças Produtivas] e RP [Relações de Produção] decorre de integrarem uma formulação materialista de uma hipótese sobre a causa do desenvolvimento e mudança dos modos de produção [...] O materialismo significa que a realidade material é a única existente, e a dialética materialista implica que a matéria está continuamente em movimento, por ser o movimento uma propriedade intrínseca a esta. **Movimento da matéria significa transformação, de forma e de conteúdo** (GERMER, 2009, pp. 77-78; grifos nossos).

Contudo, mesmo assim, é possível identificar nas exposições de Lange (1967), Germer (2009) e

Netto e Braz³ (2011) a presença de características desta relação, pois todos eles buscam reproduzir a teoria dos Modos de Produção criada por Marx, o qual, a nosso ver, tinha consciência da referida relação.

Em resumo, pois, a relação forma-conteúdo existente entre as Forças Produtivas Sociais e as Relações de Produção pode ser descrita da seguinte maneira: as primeiras já se manifestaram através de várias formas durante o seu processo de desenvolvimento, sendo estas formas determinadas por cada uma das etapas deste processo. Cada conjunto específico de relações de produção gerava estímulos que mantinham o processo de desenvolvimento das forças produtivas em progresso. Quanto este não mais “cabia” dentro de determinada forma, tal forma era substituída por outra.

Um nível determinado do desenvolvimento das forças produtivas dos sujeitos que trabalham, ao qual correspondem relações determinadas dos sujeitos entre si e com a natureza – nisso se resolve, em última instância, tanto sua comunidade quanto a propriedade fundada sobre ela. Até certo ponto, reprodução. Em seguida, converte-se em dissolução (MARX, 2011, p. 406).

Contudo, não são apenas as forças produtivas e as relações de produção que estão em um

3 Em linhas gerais, o trabalho de Netto e Braz (2011) é muito semelhante aos de Lange (1967) e Germer (2009). O que nos levou a utilizá-lo apenas marginalmente foi o seu nível de simplificação, o qual julgamos ser pouco elevado.

contínuo processo de transformação. Como indica a passagem acima transcrita, há uma terceira esfera da sociedade onde se operam sucessivas transformações. Esta esfera compreende o plano político, jurídico e ideológico e é de suma importância para o entendimento completo do processo de transição de um modo de produção a outro. Vamos, portanto, passar a sua análise.

2.3 Base e Superestrutura: uma nova relação forma-conteúdo

Demonstramos que as relações de produção surgem como a “satisfação” de uma “necessidade” das forças produtivas, uma vez que as relações que os produtores diretos estabelecem entre si precisam, obrigatoriamente, atender a certos requisitos impostos pelo tipo específico de forças produtivas e seu estágio específico de desenvolvimento. No entanto, por mais que as estejamos vendo em conjunto, essas relações são o produto do comportamento individual. Diante disto, a interdependência dos comportamentos individuais cria a necessidade de que estes sejam regidos de acordo com as relações de produção. De outra maneira, não se pode garantir que as relações de produção atendam as necessidades das forças produtivas e, conseqüentemente, não se pode garantir sua plena utilização, nem favorecer seu desenvolvimento.

Assim, sobre a base econômica que representa as relações de produção, edifica-se toda uma superestrutura política, jurídica e ideológica

que tem por função garantir a reprodução desta base. Criam-se leis, normas e costumes que delimitam e organizam as relações que são estabelecidas entre os diversos membros da sociedade. A superestrutura surge com este intuito e, por isso, deve corresponder às relações de produção.

Surgem aqui, portanto, dois novos conceitos: Base Econômica e Superestrutura. A base econômica nada mais é do que as relações de produção vistas por um novo prisma: em sua relação recíproca com a superestrutura. Observar as relações de produção através desse novo prisma é também observar a própria sociedade através de um novo prisma: é enxergá-la como uma Formação Econômico-Social, que, por sua vez, nada mais é que o conjunto formado entre determinada base econômica e a superestrutura que lhe corresponde.

Uma vez que surge como um meio de atender às necessidades impostas pela base e tendo por função organizá-la, a superestrutura aparece claramente como o elemento determinado na composição da formação econômico-social, e a base como elemento determinante. Mas, assim como na relação entre forças produtivas e relações de produção, a superestrutura é determinada pela base apenas no sentido de que precisa atender a necessidades específicas.

Como elemento determinante, as transformações da base acarretam transformações na

superestrutura, uma vez que esta deve corresponder àquela. A base econômica é, portanto, o fundamento da existência e do desenvolvimento das formações econômico-sociais.

Portanto, aqui pelo menos, o Estado, o regime político é o elemento subordinado, e a sociedade civil, o reino das relações econômicas, o elemento dominante. A ideia tradicional, que Hegel também consagrou, via no Estado o elemento determinante e na sociedade civil, o elemento condicionado por ele. E as aparências levam a pensar assim [...] todas as necessidades da sociedade civil – qualquer que seja a classe que a governe em um dado momento – têm de passar pela vontade do Estado, para adquirirem vigência real, **sob a forma de leis**. Esse é, porém, o **aspecto formal** do problema, evidente por si mesmo; o que interessa conhecer é o conteúdo desta vontade puramente formal [...]. Se nos detivermos nessa indagação, veremos que na história moderna **a vontade do Estado obedece, em geral, às necessidades variáveis da sociedade civil**, à supremacia desta ou daquela classe e, **em última instância, ao desenvolvimento das forças produtivas** e das condições de troca. (MARX & ENGELS, 2004, pp. 131-132; grifos nossos)

Aqui pode surgir certa confusão, visto que, na sua relação com as forças produtivas, as relações de produção eram um elemento estável e agora aparecem como um elemento dinâmico que constitui o fundamento do desenvolvimento da superestrutura. Mas é preciso entender que tudo deve ser visto em termos relativos.

Tanto a base econômica quanto a superestrutura são um conjunto de hábitos sociais e precisam de um estímulo externo para que se modifiquem. Contudo, enquanto o desenvolvimento do fator que estimula a base econômica é espontâneo, o do que estimula a superestrutura dá-se em função de estímulos exógenos vindos das forças produtivas. Em última instância, portanto, o nível de desenvolvimento das forças produtivas determinará tanto a base econômica, como a superestrutura, mas os estímulos gerados por elas demoram mais tempo para atingirem esta última, visto que devem atingir primeiramente a base econômica, que os transmitirá em seguida.

Há, portanto, três elementos operando em conjunto: i) o desenvolvimento das forças produtivas, que determina a forma material da apropriação; (ii) as relações materiais de produção, que refletem a anterior; (iii) os direitos de propriedade dos meios de produção, que representam, no plano jurídico, as relações materiais de produção vigentes. E há uma linha de causalidade na direção i) → ii) → iii). (GERMER, 2009, p. 87)

Na relação dialética que se estabelece entre estes aspectos distintos da formação econômico-social, a base econômica é, portanto, o conteúdo que se expressa através da superestrutura.

Al mismo tiempo, el contenido y la forma no son una pareja de contrarios inmutables e inmóviles. Cada uno de estos polos opuestos, enlazados en un conjunto de relaciones mutuas con otros fenómenos, puede desempeñar el papel de

forma o de contenido. Las relaciones de producción, por ejemplo, son la forma de las fuerzas productivas. Pero, si consideramos las relaciones de producción en otra conexión mutua, a saber, como base, en su interdependencia con la superestructura, la base actuará entonces como contenido, como objeto que se refleja en la conciencia social, y la superestructura desempeñará, aquí, la función de forma. (ROSENTAL & STRAKS, 1958, p. 199).

Dentro desta relação, no seu papel de forma, a superestrutura gerará o ambiente propício para o desenvolvimento da base econômica da sociedade. Na existência de normas cujo cumprimento é garantido (pelo menos até certo ponto) pelo Estado, o processo de expansão das relações de produção é muito mais rápido.

Assim, conforme vão se transformando as forças produtivas sociais e, conseqüentemente, as relações de produção, surge também a necessidade de alteração da superestrutura política e jurídica que se eleva sobre estas últimas. Na existência de novas relações de produção, torna-se necessária a criação de novas leis normativas do comportamento dos membros da sociedade. Mas não só isso. Uma nova ideologia que reforce o cumprimento destas normas precisa também ser criada.

A superestrutura não pode ser arbitrária: ela é, por natureza, adaptada à base econômica e, portanto, a todo o modo de produção caracterizando uma dada época histórica. Quando as relações de produção essenciais (isto é, as

relações de propriedade dos meios de produção) se modificam, a superestrutura modifica-se também: surge uma nova formação econômica social. Essa regra é a “lei da correspondência necessária entre a superestrutura e a base econômica” ou também a “segunda lei fundamental da Sociologia”

[...]

É preciso finalmente salientar que a primeira e a segunda lei fundamental da Sociologia atuam não durante períodos de tempo sucessivos, mas simultaneamente, ressaltando-se, contudo, o fato de que o processo de adaptação da superestrutura leva usualmente muito mais tempo do que o processo de adaptação das relações de produção às novas forças produtivas. (LANGE, 1967, pp. 39 e 47)

Uma vez, porém, que se erige em poder independente, face à sociedade, o Estado cria rapidamente uma nova ideologia. Nos políticos profissionais, nos teóricos do direito público e nos juristas que cultivam o direito privado, a consciência da relação com os fatos econômicos desaparece por completo. Como em cada caso concreto, **os fatos econômicos têm de revestir a forma de motivos jurídicos** para serem sancionados em forma de lei e, como para isso, é necessário ter também em conta, como é lógico, todo o sistema jurídico vigente, pretende-se que a **forma jurídica** seja tudo e o **conteúdo econômico**, nada. (MARX & ENGELS, 2004, pp. 133-134; grifos nossos)

Agora, diante de tudo que foi exposto por nós, torna-se infinitamente mais fácil compreender a célebre passagem do Prefácio de Para a Crítica

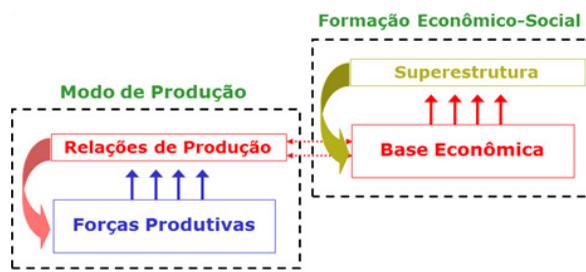
da Economia Política, reproduzida pela esmagadora maioria dos marxistas que trata sobre o assunto, onde Marx resume a Teoria dos Modos de Produção.

A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser: é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. [...] Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvol-

vam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhes substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade (MARX, 1973, pp. 28-29).

Sintetizamos esta dinâmica, de forma esquemática, na figura 2, com a intenção de deixar mais clara nossa exposição.

Figura 2 Dinâmica dos Modos de Produção:



Fonte: Elaborado pelos autores.

Eis o mecanismo geral das transformações sociais que se deriva na Teoria Marxista dos Modos de Produção. Forças produtivas de determinado tipo e grau de desenvolvimento necessitam de relações de produção que as combinem de tal forma a atender necessidades impostas pelas suas características específicas. Como sua forma de expressão, tais relações têm por objetivo principal estimular o processo de desenvolvimento do seu conteúdo. Por sua vez, para a perpetuação destas relações de produção, criam-se determinadas leis e estruturas políticas e ideológicas que devem também atender as necessidades particulares destas relações e que,

em conjunto, constituem a forma de manifestação delas e, desta forma, também servem ao processo de desenvolvimento do seu conteúdo. O desenvolvimento das Forças Produtivas impõe a transformação das relações de produção que, a partir de um determinado grau de mudança, impõem também a transformação da superestrutura que a elas corresponde.

2.4 A Transição ao Comunismo e a Aceleração do Processo de Desenvolvimento Social

Ao longo da sua história, portanto, a evolução das formas nas quais se organiza a humanidade ocorreu de acordo com a lógica por nós exposta. Contudo, na teoria marxista, a transição ao comunismo deve ser encarada de forma diferente das demais. Isto porque constitui a passagem de uma sociedade de classes para uma sociedade sem classes. Assim, é preciso caracterizar bem tal processo, chamando atenção para as diferenças qualitativas existentes entre a sucessão dos Modos de Produção ao longo da história e a passagem para o Comunismo.

A primeira coisa a notar aqui é que, até agora, não nos referimos especificamente à passagem do capitalismo ao comunismo. Fazemos isso propositadamente, pois a existência de uma relação forma-conteúdo entre forças produtivas e relações de produção implica que as forças produtivas de uma sociedade que estejam no nível de desenvolvimento imediatamente inferior ao das forças produtivas que supostamente

corresponderão ao modo de produção comunista não precisam, necessariamente, manifestar-se através de relações de produção capitalistas.

Isto porque:

[...] la dialéctica de las relaciones mutuas entre el contenido y la forma se manifiesta y se hace más compleja por el hecho de que una y la misma forma, durante algún tiempo, puede encarnar en diferentes contenidos, y por el hecho de que contenidos similares pueden servirse de diferentes formas, en su proceso de desarrollo. (ROSENTAL & STRAKS, 1958, pp. 213-214)

Este princípio da lógica dialética é nada mais do que a expressão ideal de que a necessidade imposta pelo tipo específico e pelo nível de desenvolvimento, também específico, das forças produtivas não necessariamente precisa ser atendida por relações de produção determinadas. O que importa é que tais necessidades sejam suplantadas. O mesmo é válido para as relações entre base e superestrutura. Achamos, no entanto, conveniente frisar que tais necessidades, em todos os casos, são necessidades específicas. Assim sendo, não pode, o leitor, concluir disto que qualquer tipo de relações de produção poderão servir de forma de manifestação para determinadas forças produtivas. O mesmo é válido, novamente, para a superestrutura em sua relação com a base econômica.

O materialismo histórico fornece-nos diversos exemplos do que aqui afirmamos. Hobsbawm, por exemplo, da análise que faz do que é

exposto por Marx nos Grundrisse, mais especificamente no texto que foi publicado sob o título de “Formações Econômicas Pré-Capitalistas”, conclui que: “A teoria geral do materialismo histórico requer apenas a existência de uma sucessão de modos de produção, e não a existência de modos específicos, nem que haja uma ordem pré-determinada para esta sucessão” (HOBBAWM, 1986, p. 22).

Desta forma, tendo em mente o princípio de que conteúdos similares podem manifestar-se através de mais de uma forma, vamos dar prosseguimento a nossa análise.

Para analisarmos a transição ao comunismo, primeiramente precisamos entender o regime socialista como o regime que se estabelece durante tal transição. Ao longo da história, se estudarmos os processos de transição de um modo de produção para outro, poderemos identificar certos períodos onde coexistiram o velho e o novo, ou seja, existiam tanto relações de produção e elementos da superestrutura característicos do velho modo de produção, como relações de produção e elementos da superestrutura característicos do novo modo de produção. O regime socialista, apesar de ser um regime transitório bem mais nítido que os demais, também é marcado pela coexistência do velho com o novo. Desta forma, a análise com base nas categorias da lógica dialética leva-nos a classificar as relações de produção do socialismo

como uma Forma de Transição. Tal categoria pode ser definida da seguinte forma:

Las formas de transición [...] se caracterizan por la combinación de elementos de formas cualitativamente distintas en un todo único, **lo que responde al carácter específico del contenido en cada caso concreto.** (ROSENTAL & STRAKS, 1958, p. 212; grifo nosso)

Quando se fala que estas formas de transição correspondem ao caráter específico do conteúdo em cada caso concreto, significa dizer que não só a forma é uma forma de transição, como também o conteúdo, ou seja, as forças produtivas sociais, também está em um período de transição.

[...] no momento da revolução política⁵ [...] as forças produtivas encontram-se em transição: não são mais as forças produtivas puras do modo de produção que está chegando ao fim, pois já são parcialmente forças produtivas do novo modo de produção. Por outro lado, estas novas forças produtivas não podem encontrar-se já na forma definitiva correspondente às novas relações materiais de produção, uma vez que a vigência, até este momento, da forma jurídica antiga da

4 “Há, obviamente, certos limites. Não é provável que uma formação econômico-social baseada numa tecnologia que exija máquinas a vapor ocorresse antes de outra que não requiera tal nível tecnológico”. (HOBSBAWM, 1986, p. 22)

5 Na transição de um Modo de Produção a outro, o período que vai do surgimento da contradição entre as Forças Produtivas e as Relações de Produção até a consolidação do novo regime é chamado Período de Revolução Social, e o momento do auge revolucionário no qual ocorre a alteração do poder do Estado e ocorre a mudança na forma jurídica de propriedade é chamado Revolução Política (GERMER, 2009, pp. 87-88);

propriedade constituiu um obstáculo ao seu desenvolvimento. (GERMER, 2009, pp. 89-90)

Sabendo, portanto, que as relações de produção do regime socialista constituem uma forma de transição, justamente porque representa um conteúdo em transição, é necessário sublinhar uma característica bastante importante dos fenômenos que se enquadram neste conceito:

Conviene subrayar que las formas de transición no solamente son complejas, sino que son además muy contradictorias de por sí, reflejando de este modo las contradicciones existentes en el contenido. Por ello, las formas de transición tienen menor estabilidad histórica que las que no poseen ese carácter. Y esto se expresa incluso en su propia denominación. (ROSENTAL & STRAKS, 1958, p. 213)

Isto implica dizer, portanto, que, mesmo que já esteja instalado o poder socialista revolucionário, ainda existe a possibilidade de retorno ao modo de produção anterior. Esta dedução lógica é corroborada, inclusive, por fatos históricos como a queda do muro de Berlim e o “desmoronamento” da União Soviética, seguidos da reconversão destes territórios ao Modo de Produção Capitalista.

Contudo, mesmo sendo uma forma transitória, a instauração do regime socialista acarreta o surgimento de fenômenos que provocam profundas modificações no processo de desenvolvimento das forças produtivas.

Marx já afirmava que “As relações de produção burguesas são a última forma contraditória do processo de produção social [...] Com esta organização social termina, assim, a pré-história da sociedade humana” (MARX, 1973, p. 29). Mas o que isto significa?

O próprio autor, juntamente com Engels, em *Ideologia Alemã*, explica que:

A relação coletiva na qual entraram os indivíduos de uma classe, relação esta condicionada por seus interesses comuns diante de um terceiro, consiste sempre em uma coletividade que conglomerava tais indivíduos somente como indivíduos médios, [...] isto é, uma relação na qual participavam não como indivíduos, mas como membros de uma classe. Por outro lado, **com a coletividade dos proletários revolucionários, que tomam o controle das suas condições da sua existência** e as dos demais membros da sociedade, ocorre justamente o contrário: nela os indivíduos participam enquanto indivíduos. **E é essa união de indivíduos [...] que põem sob seu domínio as condições de livre desenvolvimento e de movimento dos indivíduos, condições que até aqui estavam sob o acaso e tinham tomado uma existência independente relativamente aos diferentes indivíduos [...]** Tais condições de existência são simplesmente os meios de produção e os meios de intercâmbio existentes em cada período. (MARX & ENGELS, 2004, p. 113; grifos nossos)

O papel das ciências sociais é precisamente a identificação das leis que regem o movimento do seu objeto de estudo. A razão para isso consiste no fato de que “[...] se o ser humano puder identificar com precisão as leis de desenvolvimento da sociedade, poderá promover o seu desenvolvimento deliberadamente” (GERMER, 2009, p. 79). No regime socialista, por sua vez, com a extinção da propriedade privada dos meios de produção e o consequente estabelecimento da propriedade coletiva destes meios, somada ao conhecimento das leis de desenvolvimento da sociedade, criam-se as condições necessárias para um maior controle da velocidade do desenvolvimento das forças produtivas.

Isso só se torna possível devido ao fato de que, neste regime, exceto nas suas fases iniciais de extinção da propriedade privada dos meios de produção, inexistem classes sociais antagônicas.

A existência de classes sociais antagônicas é uma característica dos modos de produção antagônicos. Isto gera, por sua vez, relações de produção também antagônicas. O problema que surge é que:

Nas formações sociais fundadas sobre as relações de produção antagônicas, atua, além disso, um fator suplementar, que acentua o caráter conservador das relações de produção e da superestrutura. Trata-se do interesse que tem a classe à qual as relações de produção em vigor garantem o privilégio da propriedade dos

meios de produção de conservar tais relações e de manter a superestrutura correspondente. (LANGE, 1967, p. 40)

Esse interesse da classe detentora dos meios de produção de manter as relações de produção e a superestrutura vigentes tem como consequência que as contradições que se produzem entre as forças produtivas e as relações de produção são também antagônicas. Assim, certas adaptações só se tornam possíveis se processadas em conjunto com uma transformação radical da velha forma. Enquanto isto não ocorre, no entanto, o desenvolvimento das forças produtivas encontra-se consideravelmente prejudicado.

No socialismo, no entanto, em virtude da inexistência de classes antagônicas e com a consequente existência de relações de produção não antagônicas, este fator de rigidez inexistente, e as contradições entre forma e conteúdo assumem o caráter de contradições não antagônicas.

En el socialismo se dan contradicciones no antagónicas entre la forma y el contenido, que pueden presentarse en diferentes momentos de su desarrollo. Sin embargo, uno y otro aspecto non entran en abierta discordancia en todas las relaciones fundamentales, que es lo que sucede bajo el capitalismo. Ello se explica por el hecho de que en la sociedad socialista, por no existir clases antagónicas, las formas sociales y, de modo general, algunas de ellas, cambian gradualmente y se adaptan a las necesidades de edificación del comunismo. (ROSENTAL & STRAKS, 1958, p. 217).

No regime socialista, com todos os indivíduos como proprietários dos meios de produção, há uma convergência dos seus interesses no sentido de atenderem cada vez melhor às necessidades da sociedade. Assim, não opera, neste regime, qualquer fator que acentue o caráter conservador das relações de produção e da superestrutura. Muito pelo contrário. Cientes de que as contradições entre a forma e o conteúdo, por menores que sejam, atrasam o desenvolvimento deste último, e tendo as relações de produção sob o seu domínio, uma vez surgida qualquer contradição entre forças produtivas e relações de produção, todos os indivíduos da sociedade terão interesse em resolvê-la.

Além disso, embora nos modos de produção antagonísticos fosse possível agir de forma intencional no intuito de desenvolver novos e melhores meios de produção, aumentando a produtividade do trabalho, ou seja, desenvolvendo as forças produtivas de forma intencional, estes esforços dão-se unilateralmente. Sua falta de coordenação, a anarquia que domina nestas ações, minimiza o seu efeito. Quando a propriedade dos meios de produção passa à coletividade, a intencionalidade do desenvolvimento das forças produtivas é potencializada em virtude do fato de que o esforço torna-se coordenado e coletivo.

Diante do exposto neste ponto, portanto, pelo menos na perspectiva teórica, a despeito da sua instabilidade como forma transitória, a instauração do regime socialista implica uma

aceleração do processo de desenvolvimento das forças produtivas.

3.Considerações Finais e Conclusões

Como dissemos na introdução do presente artigo, a imposição da “tese da evolução histórica em cinco fases” provocou um grande retrocesso na Teoria Marxista dos Modos de Produção e, conseqüentemente, nos estudos empíricos deste tema. O nosso trabalho, portanto, vem se juntar aos demais que passaram a trabalhar no sentido de reverter tal retrocesso.

A primeira contribuição nossa que merece destaque é a elaboração de uma justificativa teórica para a impossibilidade da aceitação da tese stalinista. Dado que conseguimos identificar a existência de uma relação forma-conteúdo entre forças produtivas e relações de produção e entre base econômica e superestrutura, e que as propriedades desta relação dialética garantem que conteúdos semelhantes podem expressar-se em formas de manifestação distintas, não há sentido algum em conceber a necessidade de uma via única de desenvolvimento para todas as sociedades, um erro no qual Lange (1967), por exemplo, incorre ao reafirmar a tese stalinista supracitada (LANGE, 1967, pp. 29-30).

No entanto, tirar de cena a tese das cinco fases é apenas a ponta do iceberg, pois isso elimina apenas os equívocos que se produziam com a sua utilização. É necessário, como dito, retomar

o desenvolvimento da teoria que foi outrora interrompido. Contudo, a situação é de tal modo preocupante, que o nosso trabalho contribui para esta retomada apenas como uma tentativa de trazer a discussão de volta ao seu nível teórico original, o que é uma tarefa audaciosa, já que o nosso argumento contraria alguns aspectos da concepção de grandes expoentes da teoria marxista.

Em nossa opinião, no entanto, tais aspectos não passam de equívocos cometidos em função da não utilização ou da má compreensão dos recursos da lógica dialética que são indispensáveis para o entendimento absoluto de toda a complexidade da teoria. A ausência desta ferramenta ou a compreensão incompleta dela dificultam enxergar com maior clareza a relação existente entre Forças Produtivas, Relações de Produção e Superestrutura. Um exemplo disto é o que afirma Corazza acerca da relação entre o Estado e a Sociedade Civil.

O que Marx quer dizer quando define o Estado como “expressão oficial” ou “forma” da sociedade civil?⁶ Em primeiro lugar, fica claro que a sociedade e o Estado se identificam, eles são ambos uma relação social [!]. A sociedade civil expressa-se no Estado e este não passa de uma forma daquela. É a própria natureza contraditória da sociedade que a faz existir na forma de Estado. O Estado é a expressão oficial da sociedade ou, como diz Hirata, o Estado “é a síntese da sociedade civil”. (CORAZZA, 1987, p. 27)

Aqui fica patente que Corazza (1987) percebe a utilização do par de categorias forma e conteúdo. Contudo, a falta de clareza quanto a esta relação o leva a concluir que “O Estado é um aspecto das relações sociais capitalistas⁷ de produção. Se quisermos ser mais radicais na definição, diríamos que ele é a própria relação social de produção” (*ibidem*, p. 24). O autor parece não entender, portanto, que dizer que B é a forma de manifestação de A não significa dizer que B é A. Dentro da concepção exposta neste trabalho, é equivocado classificar o Estado como uma relação de produção, uma vez que ele faz parte da superestrutura da formação econômico-social. Esta caracterização, no entanto, deriva-se do entendimento que Corazza (1987) tem das categorias forma e conteúdo.

Outro autor que incorre em imprecisões é Germer. Em seu artigo, o mesmo afirma que:

Com o surgimento da propriedade privada dos meios de produção ocorre uma mudança crucial: as relações de produção passam a manifestar-se de modo duplo, por um lado na forma material ou objetiva segundo a qual os indivíduos se relacionam no processo de produção, e por outro lado na forma jurídica, isto é, nas leis nas quais são codificados os direitos dos proprietários e os deveres dos não proprietários. Isto institui um fator de rigidez no cenário dinâmico em que as forças produtivas e as relações de produção se

6 Refere-se aqui ao trecho do prefácio da “Contribuição à Crítica da Economia Política”, transcrito por nós na página 144.

7 No artigo, o autor demonstra que isto é válido também para os demais modos de produção.

transformam coordenadamente, com as últimas seguindo as primeiras. (GERMER, 2009, p. 86)

Para Germer (2009), portanto, as relações de produção possuem duas formas de manifestação, sendo elas mesmas uma dessas formas, e a superestrutura, a outra. Além disso, o fato de não utilizar este recurso da lógica dialética como ferramenta de análise deixa ligeiramente nebulosa, para o referido autor, a compreensão da diferença entre a estabilidade apresentada pelas relações de produção e a apresentada pela superestrutura.

Já no caso de Godelier, a falta de domínio das categorias da lógica dialética forma e conteúdo salta aos olhos. A respeito deste par de categorias, o autor afirma:

[...] Marx não se contenta em retomar a ideia banal de que forma e conteúdo são inseparáveis, que uma não existe sem o outro e o exprime. Vai mais longe e afirma – tal como Hegel – não somente que um conteúdo existe apenas sob uma forma específica [!], mas que é a própria forma que especifica o seu conteúdo [?]. (GODELIER, 1986b, p. 134)

Ao mesmo tempo, no entanto, no seu “inventário” dos modos de produção distinguidos por Marx com base em pesquisas históricas, o autor aponta que a:

[...] síntese do pensamento de Marx [...] fornece a prova de que Marx nunca concebeu “necessidades históricas”, impondo a todas as sociedades os mesmos percursos, os mesmos modos de produ-

ção, as mesmas formas de organização social. [...] Hoje em dia, sentir-se-ia apenas envergonhado se visse o modo como os “marxistas” acomodaram a história e a antropologia nos países em que o pensamento de Marx deixou de ser uma hipótese de investigação para se transformar numa filosofia do Estado⁸, num jogo de fórmulas que é necessário pronunciar no bom momento, para subir os “degraus” de uma sociedade socialista. (GODELIER, 1986a, pp. 99-100)

Imaginem, portanto, o tamanho do embaraço deste autor, caso admitisse uma relação forma-conteúdo entre forças produtivas e relações de produção, dado seu entendimento destas categorias da lógica dialética, e, ao mesmo tempo, tivesse de demonstrar teoricamente o que se observa através do estudo da história da humanidade.

Por outro lado, apesar de criticarmos estes aspectos da concepção dos autores marxistas consultados e as conclusões presentes nelas, é possível perceber que, longe de invalidar as interpretações da maioria deles, nossos argumentos contribuem para aumentar a capacidade de análise destas, corrigindo algumas de suas limitações. Na sua essência, tais interpretações também contribuem para o desenvolvimento da teoriamarxista dos modos de produção, e a sua utilização para a elaboração do presente texto comprova isso.

8 Referência à antiga União Soviética.

Por fim, reconhecemos que há questões neste trabalho que ainda não estão suficientemente claras para nós. Um exemplo delas é a conceituação do Regime Socialista: visto que ele é uma forma transitória, poderíamos classificá-lo como um modo de produção especial, uma espécie de modo de produção transitório, ou deve ele ser classificado de outra forma?

Acreditamos que questões como esta, nebulosas para nós, podem ter influenciado nossa interpretação da teoria de modo a comprometer sua justeza em relação à realidade ou à teoria marxista. Por esta razão, convidamos a comunidade acadêmica a dar continuidade ao debate.

Bibliografia

CHESNAUX, Jean. "O Modo de Produção Asiático: algumas perspectivas de pesquisa." In: CERM. *O Modo de Produção Asiático*. Lisboa: Seara Nova, 1974.

CORAZZA, Gentil. "Estado e Relações de Produção", *Ensaio FEE*. 8(2). Porto Alegre: 1987, pp. 21-30.

GERMER, Claus Magno. "Marx e o Papel Determinante das Forças Produtivas na Evolução Social", *Crítica Marxista*. n 29. Campinas: IFCH Unicamp, 2009. pp. 75-95.

GODELIER, Maurice. "Modo de Produção" In: ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi*. V. 7. Lisboa: Imprensa Nacional/casa da Moeda, 1986a, pp. 63-106.

_____. Formação Económico-Social. In: ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi*. V. 7. Lisboa: Imprensa Nacional/casa da Moeda, 1986b, pp. 132-162.

HOBSBAWM, Eric. "Introdução" In: MARX, K. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 13-64.

LANGE, Oskar. *Moderna Economia Política: princípios gerais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1967.

MARX, Karl & FRIEDRICH, Engels. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MARX, Karl. *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. 2.ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

_____. *O Capital*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858*. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. Volume 1. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROSENTAL, M. M. & STRAKS, G. M. *Categorías del Materialismo Dialéctico*. 1 ed. México, D. F.: Editorial Grijalbo, S.A., 1958.

VARGA, Evgueni. *Essais sur l'économie politique Du capitalisme*. Moscou: Editions Du Progrès, 1967.

RESENHA

O PROBLEMA DA CRISE CAPITALISTA EM O CAPITAL DE MARX

Heçtor Benoit e Jadir Antunes

Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 209.

ELEUTÉRIO F. S. PRADO

Recebida em 02/2017

Aprovada em 04/2017

Num debate recente, duas posições polares novamente se entrecrocaram e o ruído gerado, mesmo se tem aspectos interessantes, não foi nada agradável de captar. Por um lado, para desacreditar mais uma vez a “lei da queda tendencial da taxa de lucro” de Marx, David Harvey esmerou-se para provar o seguinte ponto: “não há – penso – uma causa única da formação das crises na obra de Marx”. Por outro lado, Michael Roberts, para contestar essa posição que advoga a pluricausalidade na explicação das crises capitalistas, considerou que a Lei de Marx brilha porque fornece uma explicação clara e unitária para as crises: a “lei provê uma explanação do subjacente, indica a causa última das crises do modo de produção capitalista”. Ora, o livro que aqui se resenha começa mostrando que essa disputa não é nova na história do marxismo e que ela está completamente equivocada. Nele, lê-se logo no início:

De modo geral, diversos comentadores preocuparam-se em encontrar nos textos de O Capital uma passagem determinada que mostrasse qual seria a “causa principal”, na concepção de Marx, que impulsionaria a produção capitalista a entrar regularmente em crise. Utilizando

¹ Os trechos citados nesse parágrafo inicial encontram-se em artigos publicados no livro *The great financial meltdown – systemic, conjuctural or policy created?*, organizado por Turan Subasat: David Harvey, “Crisis theory and the failling rate of profit”; Michael Roberts, “Monocausality and crisis theory: a reply do David Harvey”. De passagem, este resenhista não poderia deixar de mencionar que considera as pesquisas empíricas de Michael Roberts como valiosas para a compreensão do capitalismo contemporâneo; ademais, convém sobre a sua posição teórica, que ela, apesar do viés positivista iniludível, é mais próxima daquela

justamente essa noção de “causa”, autores clássicos como Tugán-Baranovki, Karl Kautsky, Rosa de Luxemburg, Rudolf Hilferding, Henrik Grossman, Paul Sweezy, Ernest Mandel, entre outros, discutiram longamente durante boa parte do século XX a obra *O Capital*, procurando encontrar em qual texto ou passagem canônica poderia residir a verdadeira concepção de Marx sobre as crises do capitalismo. (p. 19 – Introdução)

O defeito básico da questão dilemática assim posta pelos comentadores de ontem e de hoje é que ela se atém de maneira crucial à noção mecanicista de causa, a qual não convém à dialética marxiana senão como aparência. Pois, mediante essa noção, não se pode pretender mais do que apreender os encadeamentos empíricos dos fatos, isto é, os nexos externos entre os fenômenos, ficando assim nos limites da ciência vulgar.

A noção de causalidade eficiente da ciência moderna admite que as coisas são objetos separados entre si e que elas atuam umas sobre as outras com base em forças, em exteriorizações de si mesmas. Ora, a ontologia marxiana pressupõe que as coisas são também determinadas por nexos que mantêm entre si, isto é, pelos vínculos internos que as constituem enquanto tais. Liames estes, aliás, que também condicionam o modo como as coisas interagem entre si. Por isso, se o entendimento quer ler os

resultados das interações em geral, os vínculos entre os fatos, mediante a noção de “causa”, ainda nesse nível de apreensão da realidade, o pensamento dialético apreende-os com a categoria de “ação recíproca”. Para Marx, por exemplo, a queda abrupta da produção (sintoma da crise) e a queda da taxa de lucro (agulhão da crise) determinam-se mutuamente – e de um modo que pode ser bem complexo. Assim, para compreender bem a sua teoria – tal como apontam Benoit e Antunes –, é preciso superar a visão de crise como mera facticidade para chegar ao seu conceito (tomando, evidentemente, essa palavra no sentido que Hegel lhe deu²).

Ao contrário do que pensam muitos teóricos que se debruçam sobre os textos, demonstram cabalmente esses dois autores que não se pode falar em lacunas na teoria das crises de Marx,

² Para Hegel, como se sabe, o conceito não é nem o abstrato por excelência, nem uma mera ferramenta do pensamento. É, ao contrário, o princípio do real, mas de modo diverso daquele de Aristóteles. No *Prólogo da Fenomenologia do Espírito* está escrito: “o conceito é o próprio si mesmo do objeto, representado em seu devir; nesse sentido, não é algo quieto que dá suporte imóvel aos acidentes, mas sim o que se move e o que repõe por si mesmo as suas determinações”.

mesmo se há, sim, lacunas na explicação das crises historicamente ocorridas, na compreensão dos “ciclos industriais”, na explicitação, por exemplo, dos nexos entre a superacumulação na esfera da produção mercantil e na esfera financeira. Pois a teoria das crises encontra-se exposta em *O Capital* e nas obras preparatórias não aqui e acolá, em determinadas passagens, mas do começo ao “fim”, isto é, na obra como um todo. Eis que a compreensão do conceito de crise em Marx acompanha a compreensão do próprio conceito de capital. Eis que o próprio capital avança sempre também por meio de crises.

Para compreender essa tese – eles advertem –, é preciso ter presente que não se encontra em *O Capital* uma teoria formal que parte de definições e postulados e chega, por meio de deduções lógicas exatas, a proposições que teriam, como virtude, poder captar hipoteticamente os nexos empíricos, as relações de causalidade, entre os fenômenos, mas uma “apresentação dialética” do conceito de capital. A teoria das crises – asseveram – “está, sim, desenvolvida em todo o percurso dialético-expositivo de *O Capital*, aparecendo e começando a se desenvolver logo nas primeiras páginas do Livro Primeiro e se encerrando nas últimas páginas do Livro Terceiro”.

E por “percurso” entenda-se um método capaz de abarcar, de forma rigorosa, as “complexas interações” dos elementos que compõem o

sistema econômico, fundado num plexo de relações estruturais centrado na relação de capital, em constante processo de desenvolvimento.

Trata-se, portanto, de uma forma de exposição que busca apreender as suas contradições iminentes e as suas leis tendenciais de movimento. O sistema econômico, enquanto totalidade concreta indeterminada, é apreendido, assim, após um enorme esforço da razão teórica, como uma totalidade conceitual, agora pensada e determinada.

As relações de causalidade com que se contenta o entendimento meramente analítico não desaparecem na compreensão da totalidade; ao contrário, elas figuram agora como manifestações aparentes e superficiais do evoluer das contradições tal como são apreendidas pela razão dialética. Um aumento da demanda ainda pode elevar o preço da mercadoria, mas a formação de seu preço – para dar um exemplo didático – é compreendida como o evoluer da contradição entre os “exércitos” dos compradores e dos vendedores da mercadoria sob diversas condições de escassez relativa. E essa contradição não é um mero artifício teórico, pois os comportamentos dos compradores e dos vendedores encontram-se, de fato, determinados pela natureza da relação mercantil que também é, em si mesma, bem objetiva e bem determinada.

A apresentação do capital – e das crises – em *O Capital* desenvolve-se, como se sabe, em três livros. Nos dois primeiros, trata-se do capital em

geral, isto é, expõe-se a relação de capital como um movimento insaciável em suas determinações mais abstratas e mais gerais. No primeiro, examina-se, grosso modo, a produção de capital; no segundo, a circulação de capital. Apenas no terceiro livro mostra-se como essa relação molda concretamente o modo de ser da socialidade descentrada e concorrencial que caracteriza o capitalismo enquanto tal. Eis que o capital – indica-se aí – só existe verdadeiramente como pluralidade de capitais individuais que lutam entre si, sem trégua e ferozmente, pela própria sobrevivência. Ora, o conceito de crise encontra-se apresentado aí do mesmo modo, ou seja, primeiro, de forma abstrata, como mera possibilidade e, depois, no último livro, de forma concreta, como ocorrência necessária ao próprio evoluir da relação de capital.

Eis o que se lê sobre isso, em resumo, no livro aqui resenhado:

Desse modo, a renovação periódica do capital fixo, a superprodução de mercadorias, o subconsumo das massas e a desproporção intersetorial – analisadas nos Livros Primeiro e Segundo – não podem, de modo algum, ser chamadas de “causas das crises”. Estes fenômenos constituem unicamente, do ponto de vista da exposição dialética, meras formas de manifestação de contradições ainda abstratas, formais, indeterminadas e potenciais da crise. Do mesmo modo, a lei da queda tendencial da taxa de lucro não pode também ser chamada de “causa

das crises”, mas deve, sim, do ponto de vista da exposição dialética, ser concebida como a forma mais complexa e desenvolvida das múltiplas e parciais determinações contraditórias anteriores que estão contidas na própria contradição entre valor de uso e valor. (p. 38 – Introdução)

Portanto, a queda tendencial da taxa de lucro não pode ser vista como uma causa possível das crises, a qual existiria ao lado de outras, também possíveis em princípio. Mas é isto o que ocorre precisamente porque uma persistente e irritante leitura vulgar a vê desse modo. Ao fazê-lo, difunde e perpetua uma brutal distorção da teoria da crise de Marx. Ao contrário, “longe de ser uma causa superior, a queda tendencial da taxa de lucro” – dizem Benoit e Antunes com clarividência – “seria a síntese das contradições potenciais, formais e abstratas expostas nos Livros Primeiro e Segundo, que se convertem [no Livro Terceiro] em efetividade ou em ato (en-ergon)”.

É por isso que se recomenda aqui, àqueles verdadeiramente interessados em compreender Marx, que façam uma leitura atenta deste livro introdutório, deixando de lado mesmo certos manuais que se vendem por aí como mercadorias de alta qualidade. Aqui se tratou apenas, em largos traços, do conteúdo da própria introdução do livro de Benoit e Antunes. Mas ele tem, além desta introdução, três capítulos, nos quais estão expostos, com simplicidade e profundidade, os principais movimentos,

respectivamente, dos três livros que compõem O Capital, tendo em mira a exposição do conceito de crise. Lendo esse livro, eles não se libertarão, é certo, da “fadiga de galgar as abruptas escarpas” de O Capital, mas certamente darão os primeiros passos seguros para “chegar a seus cimos luminosos”.

Voltando ao ponto inicial, agora sob a luz do livro de Benoit e Antunes, deve-se concluir que não se encontra em O Capital nem uma explicação única, nem uma pluralidade de explicações para as crises do capitalismo. Também não se acham aí modelos que visam descrever a facticidade possível, sob determinadas condições, de certas variáveis macroeconômicas. Encontra-se, isto sim, uma apresentação geral das condições de reprodução da relação de capital e, assim, do modo de reposição das contradições que lhe são inerentes. A síntese que aparece na famosa seção III do Livro Terceiro³ – que, aliás, não é fixa e pode ser ampliada – articula as principais tendências e contratendências que operam nos avanços e nas crises do processo de acumulação em geral. A partir dela e com base em outras considerações, torna-se possível examinar o devir real do capital em sua historicidade, sempre determinada. E não deveria ser necessário dizer aqui o óbvio: que os saltos para frente e os tropeços historicamente concretos do processo de acumulação apenas podem ser bem

compreendidos examinando os próprios fenômenos históricos em sua dinamicidade, atualidade e complexidade.

³ Seção esta a que Engels, como bem se sabe, deu o nome de Lei da queda da taxa de lucro.

Outras Referências Bibliográficas

HARVEY, David. “Crisis theory and the falling rate of profit” In: SUBASAT, Turan. *The great financial meltdown – systemic, conjunctural or policy created?* Cheltenham (UK); Northampton (USA): Edward Elgar Publishing, 2016 (pp. 37-54).

HEGEL, G. W. F. *Fenomenología del Espíritu*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1966.

ROBERTS, Michael. “Monocausality and crisis theory: a reply to David Harvey” In: SUBASAT, Turan. Op. cit., 2016 (pp. 57-73).

RESENHA

FINANCE CAPITAL TODAY: CORPORATIONS AND BANKS IN THE LASTING GLOBAL SLUMP

François Chesnais

Leiden: Brill, 2016 Historical Materialism Book Series

GUSTAVO MOURA DE CAVALCANTI MELLO

Recebida em 02/2017

Aprovada em 04/2017

Publicado em setembro de 2016, *Finance Capital Today* é apresentado por Chesnais como resultado de mais de 20 anos de investigações. Com um vasto currículo, do qual se pode destacar sua carreira como docente na Universidade Paris XIII, suas atividades técnico-administrativas junto à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), seu vínculo com a *Association pour la Taxation des Transactions pour l'Aide aux Citoyens* (Attac-França), sua militância política em organizações trotskistas, bem como sua participação no grupo *Socialisme ou Barbarie*, Chesnais é reconhecido no interior do debate intelectual marxista sobretudo por seus estudos sobre as determinações e a dinâmica assumidas pelos mercados e instituições financeiras nas últimas décadas.

Em 1996, dois anos após lançar o livro *A Mundialização Financeira*, em que parte “da ideia de que a mundialização do capital constituía uma etapa a mais no processo de internacionalização do capital produtivo” (CHESNAIS, 1998, p. 7), Chesnais constata que “é da esfera financeira que é necessário partir se desejarmos compreender o movimento em seu conjunto” (*idem ibidem*), e é esse o objeto de grande parte de suas investigações empíricas e conceituais realizadas desde então, que, diga-se de passagem, levaram-no a se afastar da “Escola da Regulação”,

processo no qual o aprofundamento da leitura do terceiro volume de *O Capital* fora decisivo (CHESNAIS, 2016, pp.13-14). Em seu mais recente livro, entretanto, a referida constatação é parcialmente contraditada; a despeito de a ênfase recair na análise da dimensão financeira da acumulação, Chesnais busca apreender os nexos existentes entre esta e a sua dimensão produtiva, escapando assim da armadilha “proudhonista” de distinguir entre um “bom” e um “mau” capitalismo, o industrial e o financeiro, e vacinando-se contra posições nostálgicas e reformistas.

Logo de saída, o autor explicita o que compreende por *capital financeiro*: a centralização e a concentração “simultânea e combinada do capital-dinheiro, do capital industrial, e do capital mercantil ou comercial” (p.8), ou a imbricação de “bancos globais altamente concentrados e internacionalizados, grandes corporações transnacionais industriais e de serviços, e gigantes varejistas” (p.1). Assim, Chesnais distingue capital financeiro de “*finança qua finança*”, relativa à profusão de ações, títulos e derivativos que singram pelos mercados financeiros mundiais em movimentos altamente especulativos.

Igualmente elucidativo é o modo como Chesnais sintetiza sua concepção de “financeirização”, a “onipresença de determinações” próprias

ao capital portador de juros (e ao capital fictício, pode-se agregar), associada, entre outros fatores, ao amplo reconhecimento da imbricação entre o “capital como propriedade” e o “capital como função”; ao direcionamento das operações dos grandes oligopólios e oligopsônios industriais no sentido de se apropriar da mais-valia produzida globalmente, ao invés de criá-la— o que, por sua vez, estaria relacionado tanto à importância adquirida por suas práticas propriamente financeiras, como também às relações de cunho espoliador, crescentemente impostas às empresas mais fracas que compõem as “cadeias globais de valor”—; à “degeneração” do sistema creditício mundial, dando azo ao “*shadow banking system*”; à progressiva autonomização do capital em relação aos seus suportes materiais, assim como à sua substância social (o trabalho abstrato), na forma de uma exponencial profusão de capital fictício, cujo movimento é inerentemente instável; à universalização do “fetichismo do dinheiro”, avassalando as mais distintas esferas da vida social; e, finalmente, ao desenvolvimento da “subsunção real do trabalho às finanças”, potencializando a “exploração secundária” dos trabalhadores no interior dos mercados financeiros (pp.15-16).

Cada um desses processos é considerado empiricamente ao longo do livro, de modo mais

ou menos exaustivo, e sempre com interesse. Ao fim e ao cabo, a leitura propicia-nos uma profícua descrição de relevantes fenômenos e dimensões do capitalismo contemporâneo, incluindo o atual padrão de internacionalização do capital produtivo e as principais estratégias das grandes corporações transnacionais; o desenvolvimento e a crescente imbricação das instituições que compõem o chamado “*shadow banking system*” (fundos de pensão, companhias de seguro, gerenciadores de ativos, fundos de investimento, fundos hedge, fundos mútuos, fundos de privateequity etc.), bem como suas principais formas de atuação, pari passu à descrição do recente evoluer dos mercados financeiros em escala mundial; a evolução do sistema creditício e das instituições bancárias nas últimas décadas; o processo de emergência e a dinâmica da vulgarmente chamada “crise do *subprime*”; e, sobretudo, as recentes formas de imbricação entre o “*shadow banking system*”, os grandes bancos de investimento, bancos comerciais, varejistas e indústrias, constituindo “blocos de poder” relativamente homogêneos e hegemônicos no interior de distintos países, cujos aparatos estatais encontram-se fortemente subordinados a esse “blocos”.

Além da “financeirização”, Chesnais sustenta que a principal determinação do capitalismo contemporâneo é a completude do mercado mundial, como resultado de um complexo processo que, nas últimas décadas, teria como

momentos decisivos a derrocada do bloco soviético, a incorporação da China à Organização Mundial do Comércio e o avanço da liberalização na Índia (p.25). A “inérita” constituição de um mercado efetivamente mundial teria produzido pela primeira vez uma força de trabalho global (p.41), identificada por Chesnais como a principal conquista do capital na contemporaneidade. Desse modo, e diante da progressiva “perda de autonomia” por parte dos Estados-nacionais, far-se-ia necessário, mais do que nunca, adotar o ponto de vista da totalidade, ou seja, da dinâmica da acumulação em escala propriamente global. Não obstante, reconhece o autor, trata-se de algo que é “mais fácil dizer do que fazer”; os passos que Chesnais dá nesse sentido consistem em incluir em seu livro análises sobre a maneira específica por meio da qual um conjunto de países insere-se no mercado mundial e no processo de “financeirização”.

Há de se destacar, ainda, as considerações de Chesnais sobre as perspectivas do capitalismo contemporâneo; ao esposar as proposições de István Mészáros, ele propugna que o capitalismo chegou aos seus “limites estruturais” absolutos, gestando uma “crise civilizacional” sem precedentes. Por outro lado, influenciado por Robert Kurz, Chesnais reconhece que, diante da inexistência de um consistente projeto político revolucionário em escala mundial, o colapso do capitalismo tende a conduzir à imersão da humanidade na barbárie (melhor seria falar de

um novo tipo de barbárie, posto que a forma capital faz do progresso material retrocesso social, e que, sob seu jugo, civilização é barbárie e barbárie, civilização).

De uma perspectiva estritamente econômica, haveria aí uma aporia: tendo como referência as teses de Andrew Kliman, Chesnais constata que a efetivação da tendência à queda da taxa de lucro, tal qual conceituada por Marx, explicaria as pífiyas taxas globais de acumulação nas últimas décadas, e não um suposto direcionamento dos excedentes econômicos aos mercados financeiros, em detrimento da produção. Seria a crescente competição nesses mercados, num contexto de baixo crescimento econômico, que conduziria à profusão de inovações financeiras verificada, sobretudo, a partir das décadas de 1970 e 1980(o que, diga-se de passagem, Chesnais já sustentava há tempos, como se pode ver em CHESNAIS, 2005, p.40). Ocorre que a onda de desvalorização de capital, que tradicionalmente sucede as crises econômicas e que permitiria a retomada do processo de acumulação sobre novas bases, estaria bloqueada por meio da atuação do grande capital financeiro e, particularmente, do Estado, subsumido ao primeiro. Logo, o “*quantitative easing*”, as políticas privatizantes, a redução dos impostos para os abastados e o grande capital, tudo isso competiria para alimentar a ciranda financeira e o endividamento público e privado, com esteio em uma cada vez mais falsa promessa de acumulação

futura, o que agravaria a instabilidade econômica. Não obstante, a despeito desse desempenho econômico sofrível, das instabilidades geopolíticas, da crescente desigualdade social, e assim por diante, Chesnais considera que “a crise climática e ambiental é, evidentemente, a dimensão mais grave do impasse histórico do capitalismo” (p.5).

À guisa de conclusão desta breve resenha, cabe mencionar algumas breves ressalvas ao texto de Chesnais. Fundamentalmente, parece que o autor analisa insuficientemente o movimento do conceito de capital, negligenciando ou tratando isoladamente os distintos níveis de abstração que correspondem aos diferentes passos da conceituação marxiana. Assim, por exemplo, discorre sobre o fetichismo do dinheiro, e não sobre o fetichismo do capital; deixa subteorizadas as perspectivas do desenvolvimento tecnológico, em particular do automatismo, e a tendência à elevação da composição orgânica do capital. Ademais, a despeito da proposta de estudar a dinâmica da acumulação em escala global, articulando a investigação sobre as formas contemporâneas de produção e de distribuição da mais-valia, Chesnais pouco trata dos conceitos de trabalho produtivo e improdutivo ou se dedica à distinção conceitual e empírica entre atividades produtivas e improdutivas desenvolvidas no interior das grandes corporações. No mesmo sentido, apesar de mobilizar a noção

de rentismo e de parasitismo, atribuindo-lhes um papel relevante, deixa de lado a análise do conceito marxiano de renda, em suas distintas formas, o que dá azo a assimilações reformistas e moralistas de suas análises (sobre o conceito de renda e sua importância para a análise do capitalismo contemporâneo, cf. PAULANI, 2016; para uma crítica tácita aos maus usos da noção de rentismo, cf. PRADO, 2015). Igualmente sintomático, Chesnais promove uma clivagem entre sobreacumulação de capital e a tendência à queda da taxa de lucro – sendo que o primeiro fenômeno resta evidentemente incompreensível sem a referência ao segundo – e tropeça aqui e acolá nos equívocos do “subconsumismo”. Numa formulação que repete em distintos momentos da obra, ele define a mais recente crise econômica mundial como “uma crise de sobreacumulação e sobreprodução combinada à uma taxa de lucro declinante”, e assevera que “o problema da realização existe ao lado de uma taxa de lucro insuficiente” (p.22). A despeito de sua singularidade irreduzível, as crises econômicas tendem a articular distintos momentos, que incluem ainda a desproporção entre departamentos, a quebra de cadeias de pagamentos, o estancamento comercial, o colapso financeiro etc. Cabe à crítica elucidar os nexos entre esses momentos, discriminando ainda entre as contradições fundamentais à forma capital e suas formas específicas de manifestação; do

contrário, corre-se o risco de produzir uma descrição eclética e equivocada dos fenômenos, ao invés de uma teoria crítica com potenciais explicativos e preditivos.

Parece problemático também o modo como Chesnais endossa a tese de Claude Serfati (pp.106-109), segundo a qual ainda se está longe da emergência de uma classe capitalista transnacional, sustentando, ao contrário, a ancoragem dos capitalistas a um Estado-nacional, mesmo no interior da União Europeia. Apesar da existência de tal ancoragem, esta parece superestimada e sustentada empiricamente de modo frágil, por meio da quantificação do número de pessoas que compõem conselhos diretivos das transnacionais sediados em mais de um país. Com isso, ignora-se a mobilidade internacional dos gestores, a tendência à sua uniformização cultural, à sua homogeneidade ideológica, entre outros fatores, muitos dos quais facilitados pelas atuais tecnologias de transporte e comunicação. Tendo em vista o decisivo papel desempenhado pelos Estados-nacionais na sustentação da acumulação de capital e no desenvolvimento dos mercados financeiros, haveria de se considerar que as grandes corporações transnacionais mobilizam estrategicamente, por canais oficiais e extraoficiais, as múltiplas estruturas e mecanismos estatais não por um sentimento patriótico, ou um apreço pelas fronteiras nacionais, e tampouco por um enraizamento nacional, mas por necessidade e por oportunidade.

Enfim, a exposição de Chesnais abre flanco para um conjunto de objeções conceituais, que não é possível considerar devidamente nos limites desta resenha. Não obstante, trata-se de um livro que cumpre com êxito sua proposta: fornecer uma “perspectiva história sobre a situação atual; excertos apropriados de *O Capital* e de trabalhos de outros grandes marxistas clássicos [...], e uma introdução a dados de fontes oficiais que não as contas nacionais” (p.256). Ademais, Chesnais realiza uma leitura crítica de um conjunto de autores e de correntes explicativas sobre o capitalismo contemporâneo, em particular no interior do marxismo, valorizando elementos que considera relevantes e apontando para o que compreende como limites e equívocos; ainda que de modo célere, apresenta, assim, um instigante panorama do debate. Por essas e outras, oxalá que *Finance Capital Today* seja prontamente traduzido para o português, e receba a devida atenção dentre os que se pretendem a refletir criticamente sobre as perspectivas do capitalismo contemporâneo.

Outras Referências Bibliográficas

- CHESNAIS, François. A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.
- _____. “O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- PAULANI, Leda Maria. “Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo.”, *Revista de Economia Política*, v.36, n.3 (144), pp. 514-535, julho-setembro/2016.
- PRADO, Eleutério Fernando da Silva. “EUA: um país extrator de mais-valor”. Disponível em: <https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2015/01/eua-um-pais-extrator-de-mais-valor.pdf>. Acesso em: 15/02/2017.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS, COMUNICAÇÕES E RESENHAS

1. A Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política aceita apenas submissões *online* pelo sistema:

<<http://revista.sep.org.br>>.

2. Os artigos, comunicações e resenhas encaminhados à REVISTA, que se encontrarem dentro da ORIENTAÇÃO EDITORIAL, serão submetidos à apreciação de pelo menos dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos *ad hoc*.

3. Os trabalhos submetidos à REVISTA deverão ser originais. Em casos especiais, será aceita a publicação simultânea em outras revistas estrangeiras ou nacionais.

4. A remessa de originais à REVISTA implica a autorização para sua publicação pelo autor. Não serão pagos direitos autorais.

4. Os trabalhos submetidos à REVISTA NÃO devem estar identificados, para garantir uma avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos autores; (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (textos do tipo “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, acesse <<http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/about/submissions#onlineSubmissions>>.

5. Transfira também, como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s) autor(es) e a identificação

institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista editada. Esta versão não será acessada pelos avaliadores.

6. Se não tem cadastro no sistema da Revista da SEP, por favor, cadastre-se no sistema da revista <<http://revista.sep.org.br>>. Se já está cadastrado, faça login como Autor.

7. No lado direito da tela, sob o menu AUTOR, encontra-se o link Nova submissão. Clique e siga os passos para submeter o trabalho.

8. Utilize a seguinte formatação, em Word for Windows:

– Margens: de 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior.

– Fonte: times new roman, 12 pontos e entrelinhas com 1,5 de espaçamento.

– Tamanho: máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos. Para as comunicações e resenhas o limite é de 4 laudas. Incluir neste limite as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações.

– Apresentar as tabelas, gráficos e figuras em preto e branco; numerados, e, se estiverem em arquivo separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto. As notas vão para o final do texto e não no rodapé.

9. O formato das referências bibliográficas é o seguinte: (Marx 1982, p. 124). As referências

bibliográficas completas devem ser colocadas no final do texto e conter apenas as obras citadas, conforme exemplos abaixo:

• **Livro:**

PACKARD, Vance. *Estratégia do desperdício*. São Paulo: Ibrasa, 1965.

• **Capítulo de livro ou parte de obra coletiva:**

VOINEA, Serban. “Aspects sociaux de la décolonisation”. In: FAY, Victor. *En partant de Capital*. Paris: Anthropos, 1968. p.297-333.

• **Artigo publicado em periódico:**

YATSUDA, Enid. “Valdomiro Silveira e o dialeto caipira”. *Revista Novos Rumos*. São Paulo: Novos Rumos, Ano I, n. 2. p. 27-40, 1986.

• **Artigo publicado em Anais:**

DUFOURT, D. “Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation étatique”. In: COLLOQUE ÉTATET RÉGULATIONS, 1980, Lyon. *Anais do Colloque Étatet Régulations*. Lyon: PUF, 1980. p. 49-72.

• **Teses, dissertações e monografias:**

CRISENOY, Chantal de. *Lénine face aux moudjiks*. Tese (Doutorado de 3º ciclo em Ciências Sociais) — École de Hautes Études en Sciences Sociales – Paris, 1975.

• **Outros Documentos:**

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

A Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política tem publicado e continuará publicando artigos científicos de diversas tendências teóricas – inspiradas sejam em Marx, Keynes, Schumpeter entre outros – desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e que não tratam a sociedade como mera natureza. Em suma, ela discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, ademais, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento. Dentro dessa orientação editorial e desde que estejam respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a Revista da SEP mantém o compromisso de que os artigos recebidos serão julgados isonomicamente, pelo critério da dupla revisão.

Instituto de Economia – Universidade Federal de Uberlândia

Campus Santa Mônica, bloco J, sala lj254 – Uberlândia, MG - 38400-902

Portal: www.sep.org.br – Correio eletrônico: sep@sep.org.br

CGC 02. 040.272/0001-40

FICHA DE FILIAÇÃO

Nome: _____

Instituição: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

E-mail: _____

Tel: (____) _____ Fax: (____) _____

Endereço Residencial: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

E-mail: _____

Tel: (____) _____ Fax: (____) _____

Áreas de Interesse: (Pesquisa e Ensino)

1 _____

2 _____

3 _____

Palavras Chave:

1 _____

2 _____

3 _____

Concordo com a divulgação das informações acima: () sim () não

Assinatura

ASSINATURA DA REVISTA
DA SEP, CONTATO E
SUBMISSÕES ONLINE

Acessar o sistema online da Revista da Sociedade Brasileira para
Economia Política em revista.sep.org.br ou enviar email para a equipe
editorial pelo endereço revista@sep.org.br.



XXII Encontro Nacional de Economia Política

Restauração Neoliberal e as Alternativas na Periferia em Tempos de Crise do Capitalismo

30/05 a 02/06

ORGANIZAÇÃO



APOIOS E PATROCÍNIOS



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

